

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

TAMIRIS DEMONER

**“MULHER NEGA SEXO E MATA MARIDO”**: DA NOTÍCIA  
JORNALÍSTICA AO DISCURSO MACHISTA NO FACEBOOK

VITÓRIA  
2018

TAMIRIS DEMONER

“MULHER NEGA SEXO E MATA MARIDO”: DA NOTÍCIA  
JORNALÍSTICA AO DISCURSO MACHISTA NO FACEBOOK

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Micheline Mattedi Tomazi.

VITÓRIA

2018

TAMIRIS DEMONER

**“MULHER NEGA SEXO E MATA MARIDO”:** DA NOTÍCIA  
JORNALÍSTICA AO DISCURSO MACHISTA NO FACEBOOK

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Profª Drª Micheline Mattedi Tomazi**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientadora**

---

**Profª. Drª. Ana Lúcia Tinoco Cabral**  
**Universidade Cruzeiro do Sul**  
**Membro Externo**

---

**Profª. Drª. Janayna Bertollo Cozer Casotti**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Membro Interno**

*Dedico este trabalho à minha irmã, que sempre me incentivou, mesmo estando longe.*

## AGRADECIMENTO

Primeiramente à Deus, que me deu forças a todo momento para que eu acreditasse mais em mim e enfrentasse todos os obstáculos durante essa jornada.

Aos meus amados pais, Tadeu e Teresa, a quem devo o que sou e que sempre entenderam minhas ausências.

À minha amada irmã, Tatiane, que é a minha segunda mãe. Obrigada por acreditar tanto no meu potencial.

À minha querida orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Micheline Mattedi Tomazi, pelo apoio, cuidado e zelo que teve por mim e pela minha pesquisa todo esse tempo.

Aos Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Daniel Ferraz e Gustavo Ximenes cunha, que leram meu trabalho com tanto carinho e fizeram excelentes contribuições na minha qualificação.

Às Profa. Dra Ana Lúcia Tinoco Cabral e Janayna Bertollo Cozer Casotti, pelas preciosas considerações em relação à minha pesquisa, pelas sugestões e pela atenção a mim dispensada.

Aos doutores do Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos, por todo o conhecimento adquirido durante essa jornada.

Às minhas amigas, companheiras de pesquisa, Anna Maria, Bhárbara, Jéssica, Maruza, Mayra, Mariana e Sheila, por me auxiliarem nos momentos de aflição, me dando força e acreditando no meu potencial.

Às minhas amigas de infância e graduação que sempre torceram pelo meu sucesso. Muito obrigada pelo apoio e orações.

Aos colegas do GEDIM, por compartilharem seus conhecimentos durante as reuniões de estudo.

Aos meus amigos e companheiros de trabalho do SESI, em especial à Letícia Rossetto, Rosinéia Fiorese, Kátia Carvalho e Marcela Tononi, que sempre torceram por mim e acreditaram na minha capacidade.

À minha pedagoga, Isabella Artilheiro, por sempre auxiliar nos meus momentos de desespero, demonstrando total apoio para que eu finalizasse mais essa etapa de minha carreira acadêmica.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que sempre torceram por mim e acreditaram até mais do que eu que esse sonho seria possível.

*“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”.*

*Audrey Lorde*

## RESUMO

Tendo em vista o cenário da violência contra a mulher no Espírito Santo, achamos relevante trabalharmos com esse tema, uma vez que, de acordo com o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), a cidade de Vitória é considerada a capital onde há mais casos de agressão contra as mulheres. Além dessa imagem negativa da violência pela qual passa a mulher capixaba, a mídia jornalística, como veículo propagador de notícias, não tem contribuído para minimizar essa imagem. Prova disso, no dia 1º de maio de 2016, o jornal *A Tribuna* veiculou uma notícia com a seguinte manchete: “Mulher nega sexo e mata marido”. A notícia teve repercussão nacional, sendo publicada na página *Não me kahlo* da rede social *facebook* e gerou, aproximadamente, mil comentários. Diante disso, objetivamos, nesta pesquisa, analisar a construção discursiva sobre a vítima e o agressor nos comentários do *post* da página *Não me Kahlo*, verificando quais são as estratégias de polarização discursiva que ocorrem nos comentários dos internautas e como elas se manifestam discursivamente na descrição desses atores sociais. Com base no levantamento de dados, adotamos a metodologia de análise qualitativa, uma vez que selecionamos um *corpus* com 817 (oitocentos e dezessete) comentários e, posteriormente, fizemos um recorte de 40 (quarenta). Nessa perspectiva, adotamos como aparato teórico a teoria sociocognitiva cunhada por Teun van (2001; 2002; 2003; 2006; 2012a; 2012b; 2012c; 2012d; 2015; 2016a; 2016b), os estudos de gênero de Beauvoir (1970), Butler (2003) e Scott (1986), Cavalcanti (2006), Almeida (2006), Lessa e Souza (2006), Louro (1997), Pinto (2010), Montenegro (2015), Tomazi (2014a; 2014b), Tomazi e Natale (2015), Natale (2015) e Nader (2006). Além disso, no que concerne aos estudos sobre a mídia e rede social, adotamos os trabalhos de Recuero (2016), Cardoso e Vieira (2014), Charaudeau (2010), Carvalho e Kramer (2013), Hernandez (2012) e Paiva (2016). Os resultados demonstram que os comentários analisados, a partir do *post* da notícia na página *Não me Kahlo*, descrevem os atores sociais, reforçando a construção de uma cultura capixaba machista e patriarcal voltada para uma ideologia sexista, que objetifica e menospreza a mulher.

**Palavras-chave:** Violência de gênero; Redes sociais; Comentários no *facebook*; Ideologia; Mídia.

## ABSTRACT

Considering the scenario of violence against women in Espírito Santo, we found relevant to work with this theme, since, according to the Map of Violence (WAISELFISZ, 2015), the city of Vitória is considered the capital where there are more cases of aggression against women. In addition to this negative image of the violence that capixaba woman experience the news media, as a propagator of news, has not contributed to minimize this image. Proof of this, on May 1, 2016, the newspaper *A Tribuna*, veiled the news with the following headline: "Woman denies sex and kills husband". The news had national repercussion, being published on the page *Não me kahlo* of social network facebook and generated, approximately, a thousand of comments. Therefore, we aim, in this research, to analyze the discursive construction on the victim and on the aggressor in the page post comments "Não me Kahlo", verifying which are the strategies of discursive polarization that occur in the users comments and how they manifest themselves discursively in the description of these social actors. Based on the data collection, we adopted the methodology of qualitative analysis, since we selected a corpus with 817 (eight hundred and seventeen) comments and, later, we made a clipping of 40 (forty). In this perspective, we adopt as a theoretical apparatus the sociocognitive theory coined by Teun van Dijk (2001; 2002; 2003; 2006; 2012a; 2012b; 2012c; 2012d; 2015; 2016a; 2016b), the gender studies of Beauvoir (1970), Butler (2003), Scott (1986), Cavalcanti (2006), Almeida (2006), Lessa and Souza (2006), Louro (1997), Pinto (2010), Montenegro (2015), Tomazi (2014a; 2014b), Tomazi and Natale (2015), Natale (2015) and Nader (2006). Furthermore, in what concerns the studies on the media and on the social network, we adopted the works of Recuero (2016), Cardoso and Vieira (2014), Charaudeau (2010), Carvalho and Kramer (2013), Hernandes (2012) and Paiva (2016). The results demonstrate that the analyzed comments, from the news post on the page *Não me Kahlo*, describe the social actors, reinforcing the construction of a macho and patriarchal capixaba culture focused on a sexist ideology wich objectifies and disparages women.

**Keywords:** Gender violence; Social networks; Facebook comments; Ideology; Lexicon; Media.

## **LISTA DE SIGLAS**

ACD – Análise Crítica do Discurso

CPMIVCM – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência Contra a Mulher

DEAM - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

FB - Facebook

GEDIM – Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia

OEA – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rede de atendimento à mulher no ES.....	38
Tabela 2: Estruturas discursivas encontradas nos comentários contra a mulher.....	81
Tabela 3: Estruturas discursivas encontradas nos comentários a favor da mulher.....	100
Tabela 4: Recomendações para evitar um discurso machista, sexista e patriarcal nas mídias sociais.....	117

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) no Brasil no período de 2003/2013.....	36
Gráfico 2 – Rede social preferida no Brasil.....	47

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Notícia “Mulher nega sexo e mata marido”, veiculada pelo jornal <i>A Tribuna</i> .....	44
Imagem 2 – Publicação da notícia retirada da página <i>Não me kahlo</i> .....	54
Imagem 3 – Publicação da notícia retirada da página <i>Não me kahlo</i> .....	75

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tríade Sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso.....	59
Figura 2: Esquema da reprodução discursiva do poder.....	64

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estruturas discursivas a partir da leitura de van Dijk (2012a, p. 136 – 137, 53).....	62
Quadro 2 – Quadrado ideológico de van Dijk (2003, p. 44) adaptado por Natale (2015).....	68
Quadro 3 – Tipos de negação.....	69
Quadro 4 – Tipos de ressalva.....	70
Quadro 5 – Categorias selecionadas para análise do <i>corpus</i> , com base nos estudos de van Dijk (2012a, 2012b, 2012c).....	79

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
1.1	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	19
1.2	O <i>CORPUS</i> DE NOSSO ESTUDO .....	20
1.3	DEFINIÇÃO DO QUADRO TEÓRICO .....	20
1.4	OBJETIVOS DO TRABALHO .....	21
1.5	METODOLOGIA .....	22
1.6	DIVISÃO DOS CAPÍTULOS.....	22
<b>2</b>	<b>A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA .....</b>	<b>24</b>
2.1	PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DO FEMINISMO .....	24
2.2	PODER SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....	29
2.3	A VIOLÊNCIA SEXUAL NO RELACIONAMENTO CONJUGAL .....	31
2.4	LEI MARIA DA PENHA .....	33
2.4.1	Atendimento à mulher em situação de violência no Brasil.....	37
<b>3</b>	<b>O PODER DA MÍDIA NA PROPAGAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA MACHISTA .</b>	<b>40</b>
3.1	MÍDIA IMPRESSA: CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA.....	40
3.2	FACEBOOK: UM SUPORTE DIGITAL.....	46
3.3	NÃO ME KAHLO .....	50
3.4	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA MÍDIA JORNALÍSTICA ..	52
<b>4</b>	<b>A INTERFACE ENTRE COGNIÇÃO, DISCURSO E SOCIEDADE NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) .....</b>	<b>56</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) .....	56
4.2	PROPOSTA SOCIOCOGNITIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO..	59
4.2.1	A visão de um ator social numa perspectiva ideológica .....	65
4.2.2	A influência do poder no discurso da mídia .....	70

4.2.3	Reporte histórico da teoria da representação social.....	72
<b>5</b>	<b>DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E METODOLOGIA .....</b>	<b>75</b>
5.1	DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	75
5.2	DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	76
5.3	DELIMITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	77
<b>6</b>	<b>ANÁLISE.....</b>	<b>81</b>
6.1	ESTRUTURAS DO DISCURSO QUE APONTAM PARA UMA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA DOS COMENTÁRIOS CONTRA A MULHER.....	81
6.2	ESTRUTURAS DO DISCURSO QUE APONTAM PARA UMA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA DOS COMENTÁRIOS A FAVOR DA MULHER..	100
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>114</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119</b>
	Apêndice.....	126

## 1 INTRODUÇÃO

Vemos, diariamente, casos de violência contra a mulher serem veiculados em jornais de todo o Brasil. Um caso específico que nos chamou a atenção foi a maneira como o jornal *A Tribuna* – jornal de grande circulação no estado do Espírito Santo – construiu a manchete, “Mulher nega sexo e mata marido”, ao noticiar um caso de violência contra a mulher, no dia 1º de maio de 2016.

Tal notícia teve repercussão nacional ao ser publicada na página *Não me Kahlo*, da rede social *facebook*, uma vez que gerou aproximadamente 900 comentários, além de milhares de compartilhamentos. Com isso, achamos relevante darmos uma atenção especial para esse caso, inclusive pelo fato de que Vitória, capital do ES, é considerada a capital mais perigosa para as mulheres viverem, devido a esse cenário de violência contra o sexo feminino (WAISELFISZ, 2015).

Diante desse contexto de violência no ES, percebemos a relevância de se problematizar a diferença de gênero assumindo um posicionamento crítico, afinal, a mídia capixaba, por meio de notícias divulgadas diariamente, constrói rotineiramente os acontecimentos do mundo social, indo das complexas relações entre as práticas discursivas até as práticas sociais. Com isso, entendemos a importância de discutirmos os modos de ação da mídia jornalística, já que é na e pela linguagem que se estabelecem as relações de poder.

Salientamos que a escolha pela página *Não me Kahlo* se deve ao fato de se tratar de uma *fanpage* feminista de cunho social, a qual tem se destacado por reflexões acerca da sociedade machista e patriarcal. Dessa maneira, suas publicações abordam casos de violência contra a mulher, a fim de contribuir socialmente, por meio de reflexões críticas sobre essa prática que, historicamente, foi naturalizada pela sociedade.

É importante destacar que o Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia (GEDIM/UFES) desenvolve, desde 2012, pesquisas sobre violência contra a mulher, violência doméstica e desigualdade de gênero em discursos veiculados pela mídia jornalística capixaba. Com um *corpus* de 900 (novecentas) notícias publicadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do

grupo têm avançado na representação social da mulher que sofre violência doméstica e que se enquadra na Lei Maria da Penha (TOMAZI, 2014a; TOMAZI, 2014b; TOMAZI; NATALE, 2015; TOMAZI; MARINHO, 2014; NATALE, 2015; SOUZA, 2015, TOMAZI; ROCHA; ORTEGA, 2016; DEMONER; TOMAZI, 2017).

Ao analisarmos os comentários dos seguidores da página *Não me Kahlo* sobre a notícia “Mulher nega sexo e mata marido”, buscaremos contribuir com a construção de um pensamento crítico sobre o problema social da violência contra a mulher para a área de Texto e Discurso. Faremos uma análise em um âmbito nacional, em vez de nos delimitarmos apenas ao ES, diferindo, assim, de pesquisas já realizadas sobre a mesma temática.

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Embora a página tenha um público alvo, previamente composto por internautas que pertencem ao grupo de apoio à ideologia feminista, como a notícia teve grande repercussão e muitos compartilhamentos, acreditamos que os comentários não pertencem apenas a um grupo social específico que frequenta a página *Não me Kahlo*.

Nesse sentido, os seguintes questionamentos norteiam esta dissertação:

- Como foi construída discursivamente a notícia no jornal *A Tribuna* e na página *Não me Kahlo*?
- Quais discursos são utilizados para defender ou penalizar a mulher pelo ato cometido?
- O discurso dos internautas aponta para uma ideologia machista, sexista e patriarcal, mesmo estando em uma página feminista?

A partir dessa problemática, percebemos a necessidade de contribuir para os estudos sobre o tema da violência contra a mulher sob um viés linguístico-discursivo. Essa consideração advém não apenas do fato de o assunto ser de extrema importância para o Espírito Santo e merecer uma atenção maior, mas também da compreensão de que é possível e necessário ampliar a visão de como

esse tema é tratado pelos internautas que postam seus comentários nas redes sociais. Sendo assim, nossa proposta não se restringe à notícia, e sim busca entender a forma como ela foi recebida por pessoas de diferentes lugares.

## 1.2 O CORPUS DE NOSSO ESTUDO

O *corpus* de nossa pesquisa é composto por 817 (oitocentos e dezessete) comentários extraídos da página *Não me Kahlo*, no *facebook*, sobre a notícia “Mulher nega sexo e mata marido”, a qual foi veiculada pelo jornal *A Tribuna*, no dia 1º de maio de 2016.

A razão para a escolha desse *corpus* foi a repercussão que esse caso tomou após a notícia do jornal *A Tribuna* ser compartilhada na página *Não me Kahlo*, obtendo centenas de comentários e compartilhamentos, o que não aconteceu, por exemplo, com outros casos de violência doméstica ocorridos durante o ano de 2016<sup>1</sup>.

## 1.3 DEFINIÇÃO DO QUADRO TEÓRICO

A Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) se interessa por investigar criticamente como a desigualdade social é expressa e legitimada por meio do discurso. Segundo Wodak (2004), as pesquisas nessa área se voltam especificamente para os discursos institucionais políticos, midiáticos e de gênero social que materializam relações de luta ou conflito.

Por se tratar de uma perspectiva multidisciplinar, adotamos como base teórica para nosso estudo a proposta sociocognitiva da ACD, cunhada por Teun A. van Dijk (2001, 2002, 2003, 2006, 2012a, 2012b, 2012c, 2015, 2016a, 2016b). Nela, o teórico se preocupa com as relações de poder que ocorrem em grupos sociais e, com isso, propõe uma tríade sociocognitiva na qual relaciona *Discurso – Cognição –*

---

<sup>1</sup> Esse caso teve repercussão nacional, uma vez que, além de ter sido compartilhado por mais de mil internautas da página *Não me Kahlo*, também foi noticiado pelo Jornal Nacional – telejornal da Rede Globo.

*Sociedade*. Por meio dessa tríade, van Dijk (2012a) ressalta que o discurso possui relação indireta com a sociedade e ambos têm ligação direta com a cognição. Nessa perspectiva, o principal objetivo dessa proposta teórica é explicar, por meio das estruturas linguístico-discursivas, como ocorrem o abuso de poder nas relações sociais.

Ademais, sabemos que a violência de gênero não possui só características linguísticas, mas também históricas, culturais, discursivas e cognitivas, já que não pode ser dissociada do contexto<sup>2</sup>. Por conseguinte, além da teoria sociocognitiva de van Dijk (2001, 2002, 2003, 2006, 2012a, 2012b, 2012c, 2015, 2016a, 2016b), adotaremos também os estudos sobre gênero de Beauvoir (1970), Butler (2003) e Scott (1986). Além dessas escritoras renomadas, nos apoiaremos em pesquisas desenvolvidas sobre violência contra a mulher no Brasil, como Cavalcanti (2006), Almeida (2006), Lessa e Souza (2006), Louro (1997), Pinto (2010) e Montenegro (2015), e no que diz respeito ao contexto do estado do Espírito Santo, utilizaremos os trabalhos desenvolvidos pelas pesquisadoras Tomazi (2014a), Tomazi (2014b), Tomazi e Natale (2015), Natale (2015) e Nader (2006). Em adição, no que se refere aos estudos sobre mídia e redes sociais, adotaremos as perspectivas de Recuero (2016), Cardoso e Vieira (2014), Charaudeau (2010), Carvalho e Kramer (2013), Hernandes (2012), Paiva (2016), Lima (2015).

#### 1.4 OBJETIVOS DO TRABALHO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a construção discursiva sobre a vítima e o agressor nos comentários do *post* da página *Não me Kahlo*.

Para tanto, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar se as estruturas discursivas utilizadas nos comentários contribuem para reforçar uma ideologia machista, sexista e patriarcal;

---

<sup>2</sup> A noção de contexto será abordada no capítulo 4 desta dissertação, uma vez que esse conceito é importante para a nossa pesquisa.

- b) verificar quais são as estratégias de polarização discursiva que ocorrem nos comentários dos internautas e como elas se manifestam discursivamente;
- c) discutir as maneiras pelas quais as distorções de uma notícia sobre violência contra a mulher podem influenciar a opinião pública.

## 1.5 METODOLOGIA

Adotamos para esta pesquisa uma metodologia qualitativa e interpretativa, visto que, em um primeiro momento, coletamos 817 (oitocentos e dezessete) comentários do *post* da página feminista *Não me Kahlo*, a qual reconstruiu a manchete “Mulher nega sexo e mata marido”, veiculada em uma notícia pelo jornal *A Tribuna*, no dia 1º de maio de 2016. Em seguida, selecionamos 40 (quarenta) comentários que versam para as categorias de análise selecionadas para este estudo.

No capítulo cinco, discorreremos com mais detalhes sobre a seleção do *corpus* e a metodologia adotada.

## 1.6 DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

Esta pesquisa encontra-se dividida em sete capítulos, sendo esta introdução o primeiro.

No segundo capítulo, realizamos uma reflexão a respeito do histórico da violência de gênero contra a mulher até os dias atuais, enfatizando a violência sexual conjugal. Em seguida, ressaltamos algumas conquistas, tais como a Lei Maria da Penha e a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs).

No terceiro capítulo, discorreremos sobre como o poder da mídia pode contribuir com a perpetuação da violência de gênero. Em um primeiro momento, realizamos um percurso histórico sobre a mídia impressa, descrevendo as características da notícia. Em seguida, discorreremos sobre a mídia social *facebook*, destacando sua

popularidade e importância em relação à opinião pública a respeito dos grupos sociais, com ênfase na representação social da mulher.

No quarto capítulo, dissertamos sobre o quadro teórico que sustenta este estudo. Nesse sentido, realizamos uma contextualização sobre a ACD e sua consolidação. Em seguida, discorremos sobre a proposta sociocognitiva da ACD, dando destaque à tríade “Discurso, Sociedade e Cognição” e às estruturas que compõem o discurso. Por conseguinte, destacamos o papel da ideologia no processo de polarização grupal, bem como o poder discursivo midiático na contribuição da representação social feminina.

No quinto capítulo, descrevemos a metodologia adotada para esta dissertação, apresentamos o *corpus*, assim como o percurso de coleta e seleção. Além disso, destacamos as estruturas discursivas selecionadas para a execução das análises.

No sexto capítulo, realizamos a análise dos comentários sobre violência contra a mulher a partir de uma divisão de grupos – comentários a favor da mulher e comentários contra a mulher – e aplicamos as estruturas discursivas, a fim de apresentarmos os resultados obtidos por meio delas.

No sétimo capítulo, apresentamos as considerações finais a partir dos resultados obtidos na análise do *corpus*, bem como algumas reflexões no âmbito social a respeito da temática da violência contra a mulher.

## **2 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA**

Este capítulo está dividido em quatro tópicos relevantes para a compreensão da diferença de gênero. Buscamos no primeiro tópico, intitulado “Perspectiva sócio-histórica do feminismo”, fazer um apanhado histórico do movimento feminista e explicitar algumas definições acerca de gênero. Além disso, esse tópico também discorre sobre como a igreja descrevia a mulher ideal e como os valores cristãos contribuíram para que as mulheres fossem tidas como seres subordinados. No segundo tópico, intitulado “Poder social e violência contra a mulher”, mostraremos como o patriarcalismo contribuiu para a dominação masculina, manifestando uma relação de poder do homem sobre a mulher em uma situação de violência. Ademais, discorreremos sobre vários tipos de violência que podem ocorrer em um relacionamento por meio dessa relação de poder. No terceiro tópico, intitulado “A violência sexual no relacionamento conjugal”, definiremos esse tipo de violência, uma vez que poucas pessoas sabem que tal ato pode ser considerado um estupro. O quarto tópico foi subdividido em duas partes. Na primeira, intitulada “Lei Maria da Penha”, discorreremos sobre a perspectiva social da mulher antes de surgir a Lei 11.340/06; sobre o que influenciou o Brasil a criar uma lei que visasse proteger a mulher em situação de violência e também sobre como essa Lei tem contribuído para “erradicar” esse cenário violento em que a mulher se encontra. Na segunda parte, intitulada “Atendimento à mulher em situação de violência no Brasil”, discorreremos sobre as instituições que fazem atendimento à mulher, em situação de violência, além de mostrar também a quantidade de delegacias da mulher por estado, dando uma atenção especial ao estado do ES, local onde aconteceu o caso de violência doméstica mencionado em nossa pesquisa.

### **2.1 PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DO FEMINISMO**

Uma das mudanças sociais mais marcantes talvez tenha sido nas relações sociais entre homens e mulheres, tendo como impacto, nesse processo, a presença da mulher no trabalho, na política, na escola, na universidade etc. Consequentemente, essa temática tem se expandido, possibilitando destaque para a categoria de gênero.

Segundo Pinto (2010), “pode-se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: a da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e a da produção teórica feminista nas áreas da história, das ciências sociais, da crítica literária e da psicanálise”.

Na virada do século XIX<sup>3</sup>, manifestações femininas ganharam atenção e ficaram conhecidas como *sufragismo*, ou seja, movimento a favor do direito das mulheres de votarem. Esse movimento estava ligado a questões sociais e políticas e ficou conhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo.

A “segunda onda”, protagonizada na década de 1960, voltou-se para as construções teóricas, problematizando o conceito de sexo e de gênero. Sendo assim, esse movimento teve foco não somente para protestos públicos e marchas, mas também para os livros, as revistas e os jornais.

Beauvoir (1970), pioneira dos estudos feministas, lançou seu primeiro livro em 1949, intitulado “O segundo sexo”, no qual defende a Teoria Binária. Essa teoria diz respeito à dicotomia: homem x mulher, fêmea x macho, feminino x masculino, ou seja, de acordo com o binarismo, o sexo se reparte em duas categorias: homens e mulheres.

Para definir ambos os sexos, ela os compara a dois polos de eletricidade, no qual o homem é o polo positivo e neutro e a mulher, o polo negativo. Isso significa dizer que a mulher é imputada de limitação, sem reciprocidade, ela não é considerada um ser autônomo, visto que, de acordo com a autora, a humanidade é masculina e a mulher é considerada um ser submisso ao homem.

De acordo com a perspectiva de Beauvoir (1970), a noção de sexo é compreendida como característica biológica, e gênero como característica determinada pelas ações do ser humano, isto é, gênero é a construção do social. As atividades desenvolvidas pelas pessoas que irão determiná-las como homem ou como mulher.

---

<sup>3</sup> É interessante ressaltar que será a partir desse período que iremos adotar a teoria de feminismo nesta dissertação.

Conforme Beauvoir (1970, p.13), “a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana”. No entanto, a mulher sempre foi vista e tratada em um nível de inferioridade ao homem e, por ser mantida nesse nível de inferioridade, acaba entendendo isso como uma situação normal, o que resulta em um consentimento.

Já a filósofa estadunidense Judith Butler (2003) começou a pesquisar a noção de gênero ao final dos anos de 1980. Suas reflexões estão no campo da identidade e sexualidade. Ela defende a Teoria *Queer*, que se caracteriza como um postulado de ideias que confrontam construções teoricamente naturais acerca das esferas de identidade e sujeito.

Para Butler (2003), a construção de sujeito é realizada por meio de um processo. Além disso, sua teoria sobre sexo e sujeito vai de contraponto à teoria da feminista Beauvoir, uma vez que a autora define o sexo por meio dos processos discursivos e culturais no qual o sujeito está situado. Ou seja, o sexo se define por meio da performatividade do sujeito, no desenrolar da história, no interior das culturas.

O sexo deve ser inscrito fora do campo social, visto que Butler (2003, p.25) destaca que “o gênero não deve ser meramente concebido como uma inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”. Logo, isso se opõe à teoria binária macho x fêmea, homem x mulher, feminino x masculino, no qual os gêneros são considerados polos diferentes.

Outra feminista que também ganhou espaço nos livros acadêmicos foi a historiadora norte-americana, conhecida no campo pós-estruturalista, Joan Scott. Ela escreveu em 1986 um artigo intitulado “*Gender: a useful category of historical analysis*”, o qual norteia muitos estudiosos na definição de gênero.

A autora, assim como Butler (2003), tenta desconstruir a teoria binária, na qual o feminino e o masculino são vistos como polos opostos, que se relacionam numa lógica de dominação – subordinação; dominante (homem) – dominada (mulher).

Nessa perspectiva, a feminista define gênero como tendo duas partes e algumas subpartes. Segundo ela,

[...] Essas partes são interligadas, no entanto deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo da definição baseia-se numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e o sexo é uma forma primária de significar relações de poder (...). A teorização do gênero, no entanto, é desenvolvida na segunda proposição: sexo é uma forma primária de significados entre as relações de poder. Talvez seja melhor dizer, o sexo é um campo primário dentro da qual, ou por meios de que o poder é articulado (SCOTT, 1986, p. 1067, tradução nossa).<sup>4</sup>

No Brasil, somente no final da década de 1980 é que as feministas começaram a utilizar o termo gênero, o qual pode ser considerado o constituinte da identidade do sujeito. Essa identidade pode ser múltipla, transformar-se, ou seja, pode não ser fixa ou permanente.

A discussão acerca de gênero passa a ser problematizada em torno do campo social, uma vez que é por meio dele que se reproduzem as relações entre sujeitos, as quais podem ser classificadas como desiguais. Nesse sentido, não se deve pensar numa construção de papéis entre homem x mulher, visto que isso pode ser interpretado como regras estabelecidas socialmente e justificar a desigualdade social existente entre ambos.

Para Louro (1997, p.27), “tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento”.

O autor ainda destaca que

Não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino numa dada sociedade (LOURO, 1997, p. 21).

As diferenças sexuais incluem não só construção social, cultural, histórica, mas também relação de poder advinda da trama política, visto que, de acordo com Lessa

---

<sup>4</sup> My definition of gender has two parts and several subsets. They are interrelated but must be analytically distinct. The core of the definition rests on an integral connection between two propositions: gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power. (...) The theorizing of gender however is developed in my second proposition: gender is a primary way of signifying relationships of power. It might be better to say, gender is a primary field within which or by means of which power is articulated.

e Souza (2006, p 28), “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos [...], portanto é uma maneira de significar relação de poder”. Essa relação de poder, construída sobre um viés patriarcal contribuiu para que as mulheres fossem tratadas como seres subordinados e a igreja teve forte influência nesse processo.

No século XIX as mulheres eram vistas pela igreja como guardiãs da moral e dos bons costumes e, por isso, deveriam cuidar da casa, dos filhos e do marido, ou seja, deveriam se resguardar dentro de casa.

De acordo com Almeida,

[...] a religião se insere na cultura da sociedade ao edificar regras e valores, ditando hábitos e costumes normatizando corpos e esculpindo mentes, numa escalação axiológica que regula comportamentos e estabelece uma tessitura inconsútil nas relações entre homens e mulheres (ALMEIDA, 2006, p. 59).

A partir do século XX, a mulher começou a ter relações sociais com outros homens sem ser seu esposo; ir às ruas, ao teatro, às escolas, à igreja e às lojas. Isso significou os primeiros passos para a libertação da autoridade patriarcal.

Embora as mulheres tivessem acesso à escolarização, esta era erigida sobre os valores cristãos tradicionais. Com isso, as meninas aprendiam a ser submissas ao patriarcalismo, o que visava à manutenção da ordem social.

De acordo com Almeida (2006, p. 73), “a religião sempre foi decisiva na definição de padrões comportamentais femininos. [...] Assim, a ideologia religiosa pode tanto deformar a realidade como solidificar ideias que são veiculadas pela cultura”.

Dessa forma, o discurso da pureza feminina contribuía para referendar a inferioridade biológica, na qual se acreditava que a mulher era a parte negativa do homem e por isso deveria ser subordinada a ele. Ideologias patriarcais como essas ainda se perpetuam em nossa sociedade, o que contribui para a mulher ser vista sob um olhar de subordinação, dependência, inferioridade e obediência ao homem.

A partir de trabalhos sobre gênero de Beauvoir (1970), Butler (2003), Scoot (1986), Tomazi (2014a), Tomazi (2014b), Tomazi e Marinho (2014), Tomazi e Natale (2015),

Natale (2015), Tomazi, Rocha e Ortega (2016), Almeida (2006), Lessa e Souza (2006), Louro (1997), Pinto (2010) e dos estudos sobre os discursos que promovem as relações de poder entre os grupos sociais de van Dijk (2001, 2002, 2003, 2006, 2012a, 2012b, 2012c, 2015, 2016a, 2016b), pode-se observar que essa temática é muito importante para os estudos linguístico-discursivos, uma vez que a linguagem é a maior ferramenta de dominação.

No próximo tópico, discorreremos sobre a violência contra a mulher que ocorre no ambiente familiar entre esposo x esposa perpetrada por meio de uma ideologia machista e patriarcal como relação de poder.

## 2.2 PODER SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O feminismo não luta apenas pelo espaço da mulher no trabalho, na educação e na vida pública, mas também por uma nova forma de homem e mulher se relacionarem, na qual a mulher possa decidir sobre sua vida e seu corpo.

De acordo com Nader (2006, p.238), “o artigo do Código Civil Brasileiro, de 1917, dizia que a mulher deveria obedecer ao marido, corroborando a expectativa masculina de domínio sobre a mulher”. Nessa acepção, o comportamento masculino, em uma sociedade patriarcal, infelizmente já se tornou habitual e muitas mulheres, por se encontrarem em situações de submissão, acreditam que esse tipo de comportamento é normal e não dão a devida importância a tal gravidade.

Nesse sentido, é interessante destacar que a violência contra a mulher não se trata de um fenômeno isolado, ela faz parte de uma estrutura simbólica e complexa, a qual pode ser associada à cultura, à impunidade e também ao machismo, comportamento este muito presente em nossa sociedade.

Conforme Freitas e Pinheiro (2013), a violência contra a mulher é uma manifestação que envolve relação de poder do homem sobre a mulher, resultado de uma dominação masculina patriarcal. E, quando falamos de violência conjugal, não estamos nos referindo apenas à violência física, mas também à violência psicológica, à violência sexual, à violência patrimonial e à violência moral.

De acordo com Fernandes (2015), a violência física pode ser definida por um dano corporal realizado por meio de força física, tendo o agressor utilizado ou não algum instrumento que possa causar lesões internas e/ou externas. A violência psicológica é uma forma de dominação oculta, uma vez que é praticada silenciosamente, causando danos a autoestima da vítima. A violência sexual pode ser definida por toda ação na qual uma pessoa é obrigada por outra, em relação de poder, a prática sexual. A violência patrimonial consiste na destruição parcial e/ou total de bens, objetos e documentos da mulher. E, por fim, a violência moral diz respeito a ofensa, difamação ou calúnia sobre a mulher em ambientes públicos ou privados.

Em 1994, o Brasil assinou uma Convenção Interamericana, na qual incluía a violência física, sexual e psicológica como integrantes da violência contra a mulher. Tal documento descreve o seguinte:

- [...] a) que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus tratos e abuso sexual;
- b) que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e
- c) que seja perpetrada ou tolerada pelo estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (CAVALCANTI, 2006, p.256).

Essa convenção demonstrou um grande avanço em relação ao tema de violência contra a mulher, uma vez que se fundamenta em acabar com a discriminação e em assegurar a igualdade de gênero, visto que, a violência praticada contra a mulher se legitima por meio do poder social que o homem acredita ter sobre a mulher.

Sendo assim, a mulher é considerada a maior vítima das práticas violentas familiares. Isso ocorre em ambientes domésticos patriarcais, nos quais o companheiro acredita ter a posse e o poder sobre a esposa. Por ter esse pensamento, o homem acha que pode fazer o que quiser com ela, inclusive penalizá-la por algum ato que não o agradou. Dessa maneira, o ambiente doméstico torna-se um local de segregação de gênero feminino.

A partir de pesquisas realizadas por Tomazi e Natale (2015), Natale (2015), Souza (2015), Tomazi, Rocha e Ortega (2016), Demoner e Tomazi (2017) em notícias

jornalísticas, pode-se averiguar que a violência sofrida pela mulher sempre é justificada pelo álcool, droga, ciúmes, traição, o que minimiza a culpa do agressor, quando não a transfere para a vítima. Outro estudo que também comprovou tal constatação foi o Estágio Pós-doutoral da pesquisadora Micheline Mattedi Tomazi, intitulado “Articulação discursiva em processos sobre violência doméstica”, no qual Tomazi (2014a) verificou nos processos da Lei 11.340/06, na 11ª Vara Criminal de Vitória Especializada em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no Espírito Santo, uma estratégia de culpabilização da vítima e também de terceirização da culpa do agressor sobre a violência sofrida pela mulher. Além disso, a partir de Tomazi (2014b), podemos perceber que levantamentos como a do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>5</sup>, realizado em março de 2014 sobre violência contra a mulher, também podem contribuir para uma visão estereotipada da mulher, como elemento causador da violência sofrida por ela. E o mais preocupante é que a maioria das mulheres agredidas pelos companheiros tem medo ou vergonha de contar para seus familiares e denunciar o agressor em delegacias especializadas que nem sempre se mostram eficientes e suficientes.

No próximo tópico, discorreremos sobre a violência sexual conjugal, que é bastante vigente em nossa sociedade, no entanto, pouco denunciada.

### 2.3 A VIOLÊNCIA SEXUAL NO RELACIONAMENTO CONJUGAL

A violência familiar não escolhe classe social, raça, religião ou região. Todas as mulheres estão sujeitas a sofrer algum tipo de violência por seus companheiros, inclusive violência sexual conjugal.

A violência sexual conjugal ocorre quando o marido/companheiro obriga a esposa/companheira a ter relação sexual contra a sua vontade. Embora essa ação seja um estupro conjugal, a sociedade, em geral, não a considera um crime, mesmo que as consequências das ações violentas pelos parceiros atinjam a saúde física,

---

<sup>5</sup> Levantamento do IPEA sobre violência contra a mulher disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

psicológica e reprodutiva da mulher. Isso se deve ao fato de as relações sexuais constituírem o direito e dever recíprocos exigidos pela vida conjugal.

Contudo, afirma Jesus que

[...] tal direito não autoriza o marido a forçar a mulher ao ato sexual, empregando contra ela a violência física ou moral que caracteriza o estupro. Não fica a mulher, com o casamento, sujeita aos caprichos do marido em matéria sexual, obrigada a manter relações sexuais quando e onde este quiser (JESUS, 2002, p. 96).

Quando a mulher não consentir o ato sexual e for coagida pelo marido/companheiro, com violência ou ameaças, caracterizar-se-á como estupro conjugal. Este não deve ser confundido com a exigência do cumprimento de débito conjugal, uma vez que, como afirma Ferraz (2001, p. 194-195) o fato de o “casal que se encontra sob o mesmo teto praticar relações sexuais não autoriza o marido ao uso da força para obter relações sexuais com sua esposa”.

Contudo, esse tipo de violência é pouco evidenciada, visto que de acordo com Brazão e Grossi (2000, p. 48), “é praticamente impossível desvendar, nos dados estatísticos, situações de estupro conjugal, porque elas estão escondidas em outros itens, como o de lesões corporais”. Nessa perspectiva, a violência sexual conjugal geralmente é associada à violência física, como mostra o estudo internacional realizado por Schraiber, D'Oliveira e Falcão (2002), que revela que de 3.193 mulheres entrevistadas, 40% afirmou ter sofrido violência física seguida de sexual, enquanto 5% relataram casos exclusivos de violência sexual conjugal.

Esses dados nos fazem perceber como a ideologia patriarcal continua presente em nossa sociedade, vendando os olhos das mulheres sobre seus direitos de recorrer aos atos violentos de seus companheiros no que diz respeito à violência sexual. E, com isso, nos fazem refletir sobre a importância de trabalhar essa problemática no âmbito linguístico-discursivo, histórico e social.

No próximo tópico, discorreremos sobre a Lei 11.340/06, sua eficiência e os tipos de violência que são enquadrados por ela.

## 2.4 LEI MARIA DA PENHA

A Lei Maria da Penha trouxe um grande marco para a história do direito de proteção da mulher. Historicamente, o Direito Penal categorizava a mulher como: “virgem”, “honesta”, “prostituta” e “simplesmente mulher”. Por exemplo, o código penal (1940), com a alteração da lei 6.416/1977, ditava que, se a mulher perdesse a virgindade com um homem e se casasse com outro, perderia o direito de ser protegida pela justiça, caso sofresse algum tipo de agressão. Com isso, percebe-se que crimes contra liberdade sexual não visavam proteger a integridade da vítima (mulher), mas sim os bons costumes.

Segundo Montenegro,

[...] tantas restrições eram aplicadas à mulher pelo direito civil, tornando-a ausente de qualquer poder de decisão, que não poderiam, sob o ponto de vista jurídico, oferecer a mesma capacidade aos dois sexos no âmbito penal e visualizá-los de forma totalmente desiguais no âmbito civil (MONTENEGRO, 2015, p. 35).

Nessa acepção, a autora destaca que a redação do código penal (1940) categorizava as mulheres, o que não fazia com os homens, visto que as expressões “homem honesto” ou “homem virgem” não apareciam no documento. Além disso, o significado designado para a mulher desonesta, de acordo com o direito penal (1940), é a prostituta ou a que se entrega a todos que a desejam. Ao contrário disso, homem desonesto não tem nada a ver com sexualidade, uma vez que um homem pode se relacionar com várias mulheres, que não levará o título de desonesto, mas sim de homem viril.

A mulher sempre foi vista como um ser passivo e os papéis sociais eram muito bem definidos. O homem, considerado como o ser racional, provedor, o forte; a mulher como a doméstica, frágil, objeto. Esse patriarcalismo perdurou de maneira incisiva por muito tempo, mais especificamente até o surgimento da lei 11.106/2005, a qual retirou o capítulo que tratava da mulher honesta (aquela que se conduz pelos padrões aceitos pela sociedade), crime de sedução, dentre outros.

Embora no século XXI o discurso sobre a mulher tenha tomado outra forma, de acordo com Montenegro (2015, p. 58 - 59), “a reputação da mulher, sem dúvida, continuava sendo uma maneira de controle informal para defini-la como boa ou má,

prostituta ou honesta”. Nesse sentido, em relação à conduta sexual, quando uma mulher considerada “honestas” sofria algum tipo de assédio sexual, ela possuía assistência do código penal. No entanto, quando considerada “desonesta”, a mulher era vista como provocadora e não como vítima. Nesse caso, conforme Montenegro (2015), ela acabava recebendo intervenção do código penal ao invés de assistência.

Assim, para que houvesse mudanças na legislação, buscando a igualdade formal entre os gêneros, foi necessária uma grande luta de grupos feministas<sup>6</sup>. E, a partir daí surgiram organizações de apoio às mulheres vítimas de violência, como por exemplo, o SOS Mulher no Rio de Janeiro, a Delegacia Policial de Defesa da Mulher (DPDM) em vários estados. Outros movimentos importantes de mulheres no Brasil foram a campanha “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher”, a qual tinha 26 deputadas federais, que unidas, tiveram avanços significativos na Constituição Federal de 1988; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (1994), a qual passou a considerar a violência contra a mulher uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais; e a criação da Secretaria de Políticas Públicas (SPM), que objetivava estabelecer políticas públicas de assistência às mulheres de todo o Brasil.

Além dessas conquistas, a Lei 11.340/06 foi criada para dar um tratamento especial à mulher, vítima de violência doméstica. Ela foi nomeada como Lei Maria da Penha em homenagem a biofarmacêutica cearense, Maria da Penha Maia Fernandes, que lutou 20 anos para que seu agressor fosse preso.

Casada com o professor universitário Marco Antônio Herredia Viveiros, Maria da Penha sofreu a primeira tentativa de homicídio por seu esposo com tiros nas costas enquanto dormia, o que a deixou paraplégica. A segunda tentativa ocorreu alguns meses depois, quando seu companheiro tentou eletrocutá-la no chuveiro.

---

<sup>6</sup> Grupos feministas podem ser definidos, de acordo com Morrison (2006, p. 571) como “[...] a criação e a justificação consciente (às vezes “inconsciente”), pelas próprias mulheres, de representações do feminismo e da posição da mulher na realidade social – em contraste com a ideias aceitas de “senso comum” ou do dia a dia, que são tidas como impregnadas de concepções masculinas -, e têm por objetivo a emancipação da mulher”.

Embora as investigações tenham sido iniciadas em junho de 1983 (ano em que ocorreram as tentativas de homicídio), a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público em setembro do ano seguinte. E em 1996, Viveiros foi condenado a 10 anos de prisão, no entanto conseguiu recorrer. Após 15 anos de luta, com a ajuda de ONGs, Maria da Penha conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que acatou a denúncia e condenou Viveiros em 2002 a cumprir a pena de dois anos de reclusão.

Além disso, o Brasil foi condenado pela OEA por negligência e punido com a recomendação de criar uma legislação adequada para a violência doméstica. Então, um conjunto de entidades se reuniu para definir uma lei que abrangesse a violência doméstica familiar contra mulheres, além de estabelecer mecanismos de prevenção e redução desse tipo de violência, bem como prestar assistência às vítimas. Assim, entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006 a Lei 11.340 que engloba não só a violência física e sexual, mas também a violência psicológica, a patrimonial e o assédio moral.

De acordo com Freitas e Pinheiro,

[...] para os efeitos dessa Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (FREITAS; PINHEIRO, 2013, p. 25).

Além disso, quando se fala em violência enquadrada na Lei Maria da Penha (11.340/06), tem-se uma gama de termos que podem ser utilizados para se referir a ela, como violência conjugal, violência doméstica, violência de gênero, dentre outras. Neste trabalho, adotaremos o termo “violência conjugal”, uma vez que o *corpus* de nosso estudo diz respeito à violência perpetrada entre marido e esposa. Dessa forma, achamos mais apropriado utilizar esse termo.

A Lei 11.340/06 é formada por 46 artigos e dividida em sete títulos a fim de proibir e evitar violência doméstica familiar. Na maioria dos casos que chegam à polícia, a vítima não deseja que o agressor seja preso, ela quer apenas não ser mais agredida e viver tranquilamente. O artigo 5º da lei 11.340/06, diz que

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

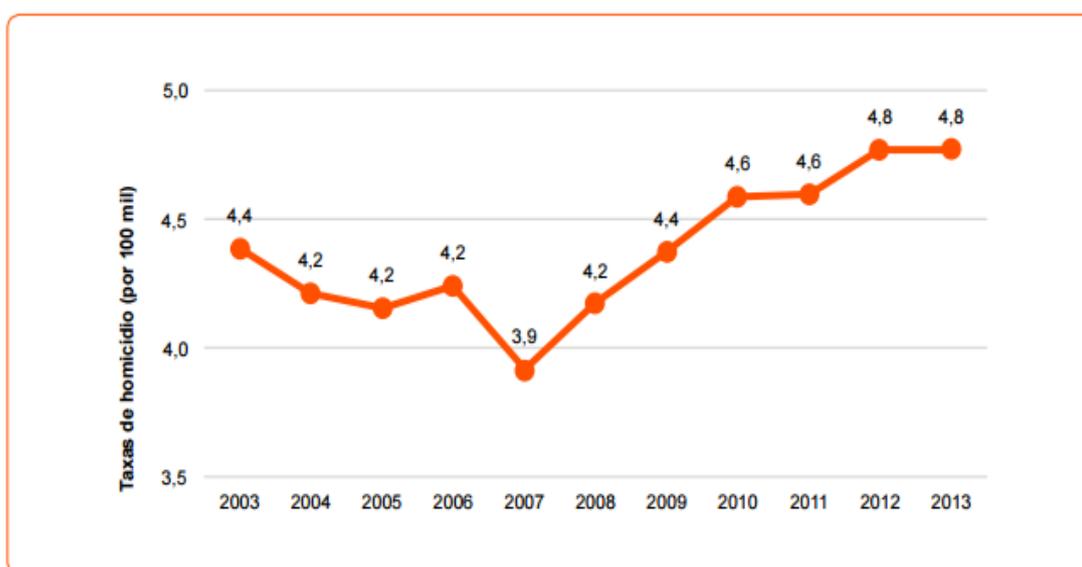
I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

De acordo com Waiselfisz (2015), do ano de 2006 a 2007, primeiro ano de vigência efetiva da Lei Maria da Penha, houve, no Brasil, um decréscimo de 4,2 para 3,9 homicídios para cada 100 mil mulheres, como é possível observar no gráfico 1:

Gráfico 1 - Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) no Brasil no período de 2003/2013.



Fonte: Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015)

Com a promulgação da Lei 11.340/06, a qual visa proteger as mulheres das ações violentas dos homens, o índice de violência diminuiu no período de 2003 a 2007. Contudo, conforme o gráfico, de 2008 a 2013 o índice de homicídios femininos voltou a subir, tendo em 2013 uma taxa de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres. Para Montenegro (2015, p. 180), “essa violência, por vezes, vem sendo praticada para suprir a perda do poder do homem nas relações domésticas, tão característico da sociedade patriarcal”.

Nesse sentido, embora a implementação da Lei 11.340/06 tenha sido um grande avanço no que diz respeito à proteção e à coibição da violência contra a mulher, os números apresentados pelo mapa da violência, Waiselfisz (2015)<sup>7</sup>, são assustadores. Isso, de acordo com Santos, Soares, Santos e Monte (2016, p. 46) se deve ao fato de as políticas de prevenção e de combate a violência contra a mulher serem, na maioria das vezes, “ineficientes e até mesmo não ocorrerem em alguns casos, já que existem poucos serviços disponíveis em algumas regiões e também a falta de profissionais capacitados para atuarem nesta área”. Nesse sentido, percebe-se que ainda há muito que progredir, principalmente porque todos os tipos de violência que prevê na Lei Maria da Penha estão enraizados na estrutura social.

Em decorrência desses dados, é importante destacar que o evento do qual surgiu nosso *corpus* de estudo ocorreu no estado do Espírito Santo e, de acordo com Waiselfisz (2015), Vitória, capital do ES, é considerada a cidade mais violenta para as mulheres viverem no que diz respeito à violência contra a mulher.

No próximo tópico, discorreremos sobre as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e sobre a sua eficiência.

#### **2.4.1 Atendimento à mulher em situação de violência no Brasil**

As Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres em situação de violência (DEAM) foram criadas em 1985, a partir de reivindicações do movimento feminista. Ao todo, são 372 DEAM's localizadas nos estados brasileiros. Contudo, em algumas regiões brasileiras, o atendimento é realizado em delegacias comuns. Embora as DEAM's sejam uma excelente iniciativa, existem algumas críticas a respeito do funcionamento delas, como falta de capacitação de alguns profissionais no atendimento e a falta de materiais para o seu funcionamento.

---

<sup>7</sup> De acordo com o Mapa da Violência, Waiselfisz (2015), em 2014, de 223.796 pessoas que foram atendidas, vítimas de violência, 147.691 eram mulheres. Isto é, duas em cada três vítimas de violência, pertencem ao sexo feminino.

Com a intenção de melhorar os serviços oferecidos nessas delegacias, ocorreu um treinamento com os policiais das Delegacias de Atendimento à mulher, a fim de qualificá-los para o atendimento. A importância dessa capacitação se deve ao fato de algumas mulheres desistirem de efetuar a denúncia devido ao modo como são tratadas durante a entrevista policial.

Além das DEAM's, outra iniciativa governamental foi a instalação de casas de abrigo para mulheres em situação de violência. Nessas casas, são oferecidas ações na área da saúde, assistência social, psicossocial, educacional, jurídica e profissionalizante.

No Espírito Santo, de acordo com a CPMIVCM – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013), a rede de serviços de atendimento à mulher, vítima de violência, é formada por:

[...] dois Centros de Referência de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência localizados nos municípios de Vitória e Serra, duas Casas Abrigo, com endereços em sigilo, um núcleo da Promotoria da Mulher do Ministério Público e quatro varas judiciais do Tribunal de Justiça, especializadas em violência doméstica contra mulheres. Uma Delegacia de Homicídios e Proteção as Mulheres -DHPM, 10 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMS, e Núcleo da Defensoria Pública Especializada no Atendimento às Mulheres Vítimas. (CPMI, 2013, p. 311).

Além disso, a cidade de Vitória, capital do ES, possui uma Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher e sete Núcleos de Atendimento Especializado à Mulher em dezessete (17) delegacias municipais. Ao todo, o estado do ES conta com trinta e duas (32) redes de atendimento à mulher, vítima de violência, como é possível observar na tabela 1:

Tabela 1: Rede de atendimento à mulher no ES.

Serviços	Quantidade
DEAM	10 <sup>18)</sup>
Postos da Mulher	07
Centros de Referência	06
Casas Abrigo	03
Juizados de Violência Doméstica e Familiar	0
Varas de Violência Doméstica e Familiar	04
Promotorias da Mulher	01
Defensorias da Mulher – NUDEM	01

Fonte: Elaborada pela CPMI (2013) com as informações fornecidas pelo Governo do estado.

Um fator importante a ser destacado é que os municípios do ES estão incluídos entre os 100 mais violentos do Brasil, informação que confirma o fato de Vitória ser a capital mais perigosa para as mulheres viverem no Brasil.

A partir dessas informações, nota-se a necessidade de continuarmos investigando sobre violência doméstica contra a mulher, principalmente no estado do Espírito Santo, uma vez que, mesmo com a vigência da Lei Maria da Penha (11.340) e com a instalação de Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM's), ainda ocorrem muitos casos diariamente. E, como será abordado no tópico 3.5, a mídia não tem contribuído muito para a representação da mulher nessas situações.

No próximo tópico, discorreremos sobre como a mídia pode influenciar, por meio de seu poder social, na disseminação de uma ideologia machista.

### 3 O PODER DA MÍDIA NA PROPAGAÇÃO DE UMA IDEOLOGIA MACHISTA

A mídia se tornou ao longo da sua história o maior veículo de informação que se tem hoje. Sob um ponto de vista macro, uma de suas maiores finalidades é transmitir informação, fornecendo dados, notícias e pesquisas no que tange aos assuntos diários. Com seu avanço, a mídia tornou-se fundamental no dia a dia das pessoas, seja por meio de jornal ou revista impressa, seja por televisão, rádio ou por meio da internet. Nessa perspectiva, dividimos este capítulo em quatro seções que se fazem relevantes para compreender, ainda que em linhas gerais, como a mídia pode contribuir para a perpetuação de uma ideologia machista.

Dessa forma, na primeira seção, intitulada “Mídia impressa: construção da notícia”, definiremos o que é o gênero notícia e como ele se divide, dando ênfase aos aspectos importantes para nossa pesquisa. Na segunda seção, denominada “Facebook: um suporte digital”, discorreremos sobre essa mídia social não só como objeto de entretenimento, mas como um espaço repleto de informações, uma vez que essa ferramenta digital tem sido cada vez mais acessada por usuários que buscam, em um curto espaço de tempo, um grande número de informações. Na terceira seção, faremos uma breve apresentação da página *Não me Kahlo, fanpage* da qual colhemos nosso *corpus* de análise e que, também, dá nome a essa seção de nosso trabalho, que mostra seu objetivo social, a razão de ter sido criada e o que se publica diariamente no veículo. Na quarta e última seção, intitulada “A representação social da mulher na mídia jornalística”, trataremos da representação da mulher na mídia em caso de violência doméstica.

#### 3.1 MÍDIA IMPRESSA: CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

O discurso midiático é caracterizado como a-histórico, visto que se fundamenta no presente e, dessa forma, não dá muita atenção para fatos históricos. De acordo com Charaudeau (2010),

[...] as mídias têm como tarefa dar conta de acontecimentos que se situam numa cotemporalidade enunciativa. Por isso, devem tentar aproximar ao máximo os dois momentos opostos na cadeia temporal: *instante do surgimento do acontecimento*> instante da produção midiática> instante da

saída do produto midiático> *instante do consumo da notícia* (CHARAUDEAU, 2010, p.133).

Esse meio de comunicação é considerado uma elite simbólica, ou seja, um grupo que tem acesso privilegiado ao discurso público e que utiliza estratégias de persuasão em seus textos com intuito de convencer seu leitor sobre o que publica, além de também possuir o controle do conhecimento, o qual é exercido por meio de uma seleção restrita dos assuntos veiculados.

Sendo assim, a mídia impressa tem por finalidade propiciar a difusão de informações por meio da escrita. O jornal, ao veicular suas informações, demonstra seu poder persuasivo, manipulando seu leitor mediante estratégias utilizadas na construção da notícia. Cardoso e Vieira (2014) ressaltam que os meios de comunicação são os grandes responsáveis pela formação da opinião de seu público, uma vez que propagam sua ideologia de forma implícita, ao utilizar uma linguagem reafirmando determinadas práticas sociais. Além disso, a seleção das informações é feita de acordo com os interesses de um grupo muito restrito e, por isso, os fatos noticiados em jornais muitas vezes ocorrem de forma estereotipada, a fim de naturalizar um discurso relacionado à minoria.

Charaudeau (2010, p.132) define notícia como “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado”. A notícia descreve o acontecimento, reporta as ações e analisa os fatos do acontecimento ocorrido. Além disso, de acordo com o autor, a notícia só se torna notícia a partir do momento em que é levada ao conhecimento de alguém. E o que a torna semelhante aos outros tipos de mídia é o quadro temporal, o qual a define como atual.

O autor ainda ressalta que a seleção dos acontecimentos a serem colocados na notícia distingue-se em critério externo e interno. O externo pode ser dividido em três tipos: o primeiro é denominado “o acontecimento surge”, o qual possui caráter inesperado, ou seja, não era previsto pelos sistemas, como por exemplo, tremores de terras, tsunamis e inundações. O segundo chama-se “o acontecimento é programado”, trata-se de algo conhecido ou anunciado anteriormente. Exemplo disso são os campeonatos de futebol, estreias de filmes e aberturas de exposições. Por fim, o terceiro tipo é denominado pelo autor como “o acontecimento é suscitado”,

uma vez que é preparado ou provocado por um setor institucional, como por exemplo, desviar a atenção da opinião pública com relação a um problema. Já o critério interno diz respeito às escolhas que a mídia faz ao construir uma representação sobre os participantes em uma notícia, com o objetivo de fazer o público leitor se interessar ou se emocionar<sup>8</sup>.

Além de escolhas para a construção da representação dos participantes, a mídia também seleciona as informações que serão apresentadas na notícia. Isso significa que o universo da informação da mídia se trata de um universo construído, visto que o acontecimento não é transmitido em seu estado bruto: o acontecimento passa primeiro por critérios de seleção dos fatos e dos atores sociais. Dessa forma, a visão de mundo que a mídia impõe ao cidadão é articulada e apresentada como se fosse a visão natural do mundo.

Além disso, o discurso de informação se constrói por meio do acontecimento midiático e esse possui três tipos de critérios: atualidade, expectativa e sociedade. O primeiro critério diz respeito à temporalidade coextensiva à do sujeito<sup>9</sup> – informador – informado; o segundo se trata da captação do jornal pelo interesse do sujeito alvo; por último, o terceiro critério diz respeito ao tratamento da informação do que surge no espaço público para que a visibilidade esteja assegurada.

Segundo Charaudeau,

[...] na imprensa escrita, a notícia é apresentada segundo critérios determinados de construção do espaço redacional e icônico, que seria o grau de importância que se atribui a ela: a localização, tipografia, a quantidade de superfície e redacional (CHARAUDEAU, 2010, p. 146).

Os jornais, segundo Hernandez (2012), têm um *projeto gráfico* que define, com alguma rigidez, a quantidade de colunas em cada página, os tipos e as características de letras utilizadas na manifestação verbal, o posicionamento de fotos e outros elementos, bem como a parte da notícia em que determinados

---

<sup>8</sup> Nesta dissertação, tratamos as noções de leitor e ator social como sinônimas.

<sup>9</sup> Embora o autor Patrick Charaudeau trabalhe com a noção de sujeito em sua teoria, nesta dissertação, utilizaremos o termo ator social, visto que estamos trabalhando com a proposta sociocognitiva da ACD, cunhada por van Dijk (2001, 2002, 2003, 2006, 2012a, 2012b, 2012c, 2015, 2016a, 2016b).

assuntos devem ser tratados. Essa organização determina, de acordo com a diagramação, o grau de importância que tal notícia possui para o jornal. Isso ocorre conforme o tamanho da fonte do título, por exemplo, o espaço que a notícia ocupa na página, o contraste da imagem, entre outros elementos. Esses fatores contribuem para chamar atenção do leitor ao visualizar a matéria do jornal.

É interessante ressaltar que o jornal procura “facilitar” a leitura do interlocutor e, com isso, busca, por meio de estratégias, informá-lo do que é importante na notícia. Para isso, quanto mais espaço der ao que está sendo noticiado, mais valor atribui à matéria. Além disso, como já mencionado, é que toda informação que estiver escrita na parte inicial da notícia demonstra mais valor, ou seja, o jornalista descreve aquilo que acha mais relevante no início da matéria, a fim de transmitir a informação de modo ágil ao seu leitor, uma vez que o início da notícia é mais valorizado e, por isso, nele devem ser colocadas as informações mais relevantes, a fim de impactar o leitor e o impelir a dar continuidade à leitura.

Hernandes (2012) afirma que toda essa organização guia a atenção do leitor e informa o valor das notícias na visão do enunciador. Logo, quanto maior o bloco da notícia, mais valor haverá sobre aquilo que se está noticiando. Assim, o tamanho da página, o alinhamento, o formato da fonte (mais grossa ou mais fina) significa uma informação que o jornal objetiva passar, implicitamente, ao leitor, uma vez que toda notícia possui uma intencionalidade pretendida por meio do discurso proferido.

A mídia impressa é considerada uma mídia de massa e, com isso, uma elite simbólica. A notícia é construída do ponto de vista do grupo que possui acesso ao discurso jornalístico. De acordo com van Dijk (2012a, p. 90), “através do acesso à mídia de massa, os grupos dominantes também podem ter acesso e, conseqüentemente, controle parcial sobre o público em geral”.

Assim, é relevante destacar que, no dia 1º de maio de 2016, o jornal *A Tribuna* veiculou a seguinte notícia:

Imagem 1: Notícia “Mulher negra sexo e mata marido”, veiculada pelo jornal *A Tribuna*.

24 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, DOMINGO, 01 DE MAIO DE 2016

## Polícia

FALE COM A EDITORA GIOVANNA SANTOS E-MAIL: policia@redetribuna.com.br

AGREDIDA DENTRO DE CASA

# Mulher nega sexo e mata marido

Sidilene Durães foi presa após esfaquear o serralheiro Gilberto Carlos da Silva. Crime ocorreu em Pedro Fontes, Cariacica

Tais de Hollanda

Ao ser agredida por se negar a fazer sexo com o marido, uma faxineira de 29 anos acabou matando o serralheiro, de 33 anos, com um golpe de faca. Sidilene de Oliveira Durães alegou que estava cansada das agressões e confessou o crime.

O caso foi às 5h20 de ontem, no bairro Pedro Fontes, em Cariacica. A facada atingiu o lado esquerdo do peito da vítima.

Segundo familiares, Sidilene e o marido, o serralheiro Gilberto Carlos da Silva, de 33 anos, estavam em casa bebendo. Após um tempo, o marido propôs que eles fizessem sexo, mas a jovem se recusou.

“Ele queria fazer sexo com ela na frente da filha caçula deles, de 2 anos. Ela não quis. Então ele começou a dar tapas nela e tirar a roupa dela. Até que ela pegou uma faca e o golpeou”, contou a mãe de Sidilene, a dona de casa Ana Maria Durães, de 52 anos.

A dona de casa ficou sabendo do crime, após o outro filho ir até sua casa e contar. Eles moram a cerca de 12 quilômetros do local.

O soldado Luciano Cancellieri da 4ª Companhia (Nova Rosa da Penha) do 7º Batalhão (Cariacica) da PM informou que, quando a polícia chegou ao local, a jovem estava dentro de casa ainda suja de sangue e confessou o crime.

“Ela ligou para o Ciodes avisando que o marido estava agressivo e que queria transar com ela à força. Tentou sufocá-la e ela o atacou com uma faca. Depois que ele saiu de casa correndo, ela ainda contou que trançou a porta com o cadeado, pois estava com medo dele. A filha de 2 anos viu tudo e chorou”.

Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), depois do ataque, Gilberto saiu de casa correndo nu e caiu no chão na rua Bela Vista. Ele morreu no local.

Sidilene foi levada ao Pronto-Atendimento de Alto Laje com ferimentos no cotovelo e no joelho esquerdo e teve de levar pontos no cotovelo. Na DHPP, a faxineira só disse: “Simplesmente, ele me agredia e eu só fui me defender”.

### VIOLÊNCIA

Segundo a mãe de Sidilene, a filha foi morar com o marido aos 14 anos e sempre foi agredida. “Ele sentia ciúmes dela. Mas ela disse que não conseguia se separar dele, pois tinha medo de morrer. Ainda bem que minha neta de 9 anos estava dormindo na casa da tia durante essa briga”, relatou.



FOTOS: FERNANDO IBEROLAI

**POLICIAL MILITAR** conduz Sidilene de Oliveira Durães na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, onde ela foi ouvida sobre a morte do marido. Ela admitiu ter esfaqueado o companheiro, após ser agredida por se negar a fazer sexo. Crime aconteceu no bairro Pedro Fontes

## União marcada por brigas, afirma pai



JOSÉ DURÃES: “Filhas trancadas”

Um histórico de brigas, principalmente motivadas por causa de excesso de bebida, marcaram a vida da faxineira Sidilene de Oliveira Durães, de 29 anos, e do serralheiro Gilberto Carlos da Silva, de 33 anos, segundo familiares.

O pai de Sidilene, o pedreiro José Durães da Silva, de 62 anos, afirmou que a família já presenciou casos em que Gilberto deixava as filhas de 2 e 9 anos em casa sozinhas trancadas.

“Minha filha ia trabalhar e ele quem tomava conta das crianças.

E chegava à tarde ele saía para ir no bar e trancava elas dentro de casa”, contou.

Na madrugada de ontem, depois de recusar fazer sexo com o marido, a faxineira Sidilene pegou uma faca e golpeou o marido no peito.

Um parente de Sidilene, que não quis se identificar, contou que já teve de arrombar a porta da casa da faxineira em uma dessas situações.

“Eu arrombei a porta e as meninas estavam lá sozinhas. Já entrei em luta corporal enquanto ele a

agredia”, contou.

Por duas vezes Sidilene já levou o caso para a polícia no Plantão Especializado da Mulher (PEM), todas as duas por agressão.

“Mas da segunda vez ela retirou a queixa contra ele. A mãe dela conversava muito sobre isso e até com a minha neta de 9 anos. Mas ela tinha muito medo de se separar”, contou o pai.

Na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Sidilene foi autuada por homicídio e encaminhada ao presídio.

ANA MARIA DURÃES MÃE DA ACUSADA

## “Ele ameaçou envenenar ela e as filhas”

Segundo a dona de casa Ana Maria Durães, de 52 anos, mãe da faxineira Sidilene de Oliveira Durães, de 29 anos – que confessou ter dado uma facada no marido, que acabou morrendo – por várias vezes a jovem já precisou fugir do marido para não morrer.

**A TRIBUNA** – Como a senhora soube da facada?

**ANA MARIA DURÃES** – Estava dormindo e meu filho me chamou no portão, depois foi até a minha cama e disse: Mãe. O que a gente não queria que acontecesse, aconteceu. Eu comecei a bambear e

quando soube pensei: ‘Eu preciso correr pela minha filha’.

> **O que aconteceu?**  
O que soube é que ele queria fazer sexo bem na frente da minha neta de 2 anos e minha filha não queria. Não esperava essa reação dela. Mas ela sofreu por muitos anos.

> **A relação deles sempre foi conturbada?**

Desde o início do relacionamento, ela já começou a ser agredida. E nós já incentivávamos ela a se separar dele. Ele também costuma beber muito e, quando bebia, ele ficava mais agressivo.

> **E qual o motivo?**

Era muita ciúmeira dele e a minha neta de 9 anos acabou convivendo com tudo isso. Em uma das vezes, a minha filha me ligou de madrugada e falou: ‘Mãe, Estou no meio do mato. Vem me ajudar’. Ela tinha de se esconder. Até trazer

mulher para dentro de casa ele trouxe. E minha filha aturou tudo isso. Ele falava para ela que: “Se não fosse com ele, não seria mais com ninguém”.

> **Ele fez outras ameaças?**

Uma vez ela estava decidida a se separar e ele disse a mim que, se ela saísse de casa, ele daria veneno para as crianças e também a mataria envenenada. Ele ameaçou envenenar ela e as filhas. Eu não contei isso para ela. Já ameaçou colocar fogo na casa para matar a todos nós.

> **E o que espera agora?**

Eu não queria que as coisas tivessem tomado esse fim. Queria que eles tivessem ido cada um para o seu lado. Mas tenho certeza que era ela ou ele. As vezes ela me dizia: ‘Mãe, eu não aguento mais. Não posso me separar senão morro’. Eu espero que Deus a abençoe para ela sair da prisão e poder cuidar dela e das minhas netas.



**MARIA DURÃES**, mãe da faxineira que matou o marido, disse que a filha começou a ser agredida no início do relacionamento. “Tenho certeza que era ela ou ele”, afirmou

Fonte: Disponível em: <http://pdf.redetribuna.com.br/> Acesso em: 13 jun. 2016.

Essa notícia foi publicada no caderno “Policial” do jornal *A Tribuna*, em seção que aborda casos de crimes e assassinatos. Ela informa um caso de violência conjugal

“invertido”, isto é, um acontecimento em que a esposa mata o marido e não o contrário, como é comum vermos, diariamente, nas páginas dos jornais.

A organização estrutural e sintática da manchete chama bastante a atenção, uma vez que, ao ler o restante da notícia, percebe-se que ela foi estruturada de forma tendenciosa. Isso se deve ao fato de, no corpo da notícia, o jornal descrever que a mulher sofria violência doméstica e que foi agredida por seu esposo pelo fato de não ceder à tentativa do ato sexual. Por se tratar de um problema social, a forma como o jornal representa a mulher na manchete da notícia sustenta ideologias patriarcais e machistas, o que contribui na perpetuação da violência contra mulher. Ao analisar essa notícia, Demoner e Tomazi (2017) demonstraram que a construção sintática da manchete busca evidenciar duas ações negativas da mulher: negar sexo e matar o marido. Tais ações violam a ordem social, uma vez que se tratam, respectivamente, das obrigações matrimoniais e de um crime de homicídio. Com isso, ao construir a manchete dessa forma, o jornal pode reforçar socialmente a ideia da mulher como propriedade do marido.

Van Dijk (2012a) ressalta que no jornal, por se tratar de um meio de comunicação dominado por um grupo hegemônico, o título das notícias é construído de forma heterodoxa para as minorias e para os grupos dominantes, visto que, quando se trata de minorias, busca-se enfatizar características negativas pertencentes a esse grupo e, quando se trata dos grupos dominantes, há a tendência de se reforçar o que é positivo e ocultar o que é negativo. Essa informação é bastante preocupante, uma vez que, segundo o autor, “os títulos sumarizam as informações mais importantes de uma notícia e, portanto, também expressam seu tópico principal” (VAN DIJK, 2012a, p. 145).

A seguir, discorreremos sobre o *facebook*, mídia que, com o advento da internet, tem tomado cada vez mais espaço em nosso dia a dia, uma vez que a transformação mais importante na comunicação se deu por meio da comunicação interativa. Com isso, a comunicação unidirecional, como televisão, mídia impressa e rádio estão cada vez mais se imiscuindo na tecnologia digital. Dessa forma, faremos um percurso histórico de quando essa rede social foi criada, seu objetivo e seu estado atual. Além disso, destacaremos sua importância no âmbito linguístico, visto que é por meio das marcas linguístico-discursivas presentes nos comentários dos

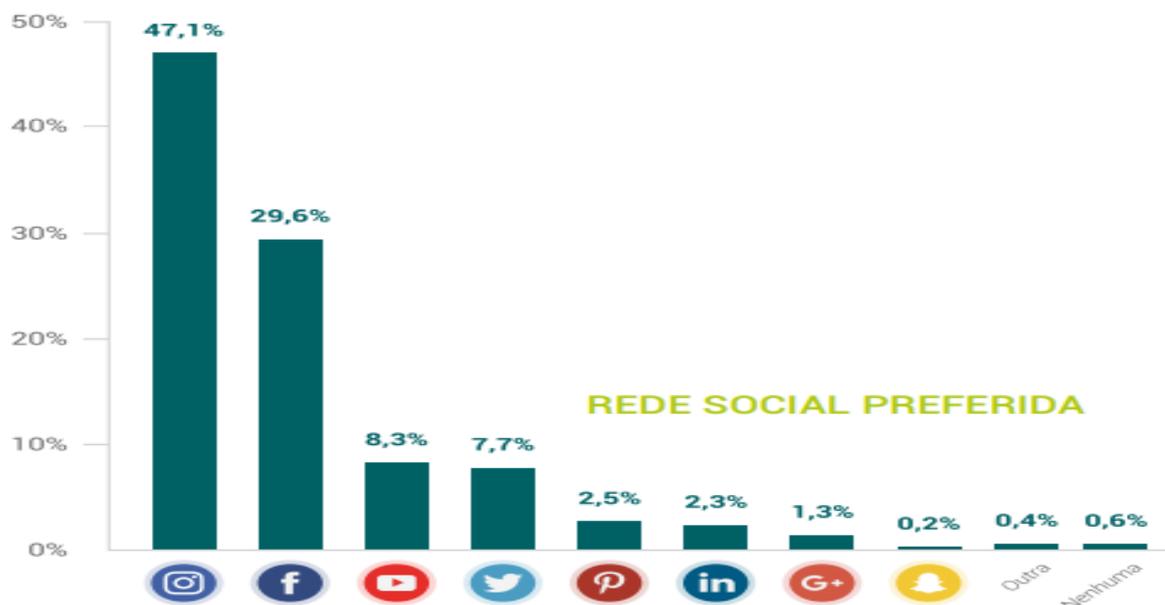
usuários desse suporte que se faz necessária uma análise na área de texto e discurso, a fim de observar como os usuários, por meio de seus discursos, revelam suas ideologias.

### 3.2 FACEBOOK: UM SUPORTE DIGITAL

O *facebook*, doravante FB, foi criado em 2004 por quatro universitários de Harvard. Inicialmente o projeto da rede social era para reunir alunos da universidade, no entanto foi muito além, espalhando-se rapidamente pelo mundo. Hoje, ele possui intenção atrativa e informativa de comunicação na internet. Além de chat, fórum, publicações de textos, imagens e vídeos, essa rede social também possui a opção de compartilhar, curtir e comentar publicações alheias. No FB, os vínculos sociais são mediados por uma nova forma de comunicação, o que nos possibilita afirmar que essa rede é composta por agentes em constante interação.

Essa rede social é uma das mídias mais colaborativas do mundo e, de acordo com Saliés e Shepherd (2013, p. 07), “à medida que a internet expande, essa infraestrutura atende as necessidades de comunicação, criando novas formas de [...] interação”. O FB se organiza em torno dos interesses dos sujeitos que criam sua conta de relacionamento. Além disso, é considerado a segunda mais popular e atraente do Brasil, conforme o gráfico 2, congregando pessoas de diferentes classes sociais, idade, ideologia, grau de instrução, dentre diversas características.

Gráfico 2: Rede social preferida no Brasil.



Fonte: <<https://marketingdeconteudo.com/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

Segundo Saliés e Shepherd,

[...] percebe-se que a maior parte dos leitores que publicam comentários participa uma única vez das trocas interacionais, manifestando algum tipo de reação ao tópico tratado na postagem e utilizando estratégias discursivas que não deixam muito espaço para negociação e continuidade do debate. Esse comportamento típico sugere que esses leitores consideram a janela de comentários um espaço para publicação de opiniões, sem necessariamente terem a pretensão de posteriormente debatê-las com outros leitores ou até mesmo de questionar os argumentos e posicionamentos adotados pelos mesmos (SALIÉS E SHEPHERD, 2013, p.12).

Sendo assim, os comentários de determinada publicação podem gerar um debate entre diversos internautas sem, necessariamente, o autor do primeiro comentário debater sobre as opiniões publicadas abaixo de seu comentário. Isso ocorre, porque, quando um internauta elabora um *post*, a rede social *facebook* possibilita um espaço para que sejam gerados comentários. Dessa forma, Lima (2015, p. 83) salienta que “a interligação entre *post* e comentário é que este não poderia existir sem que houvesse um conteúdo que o antecedesse”.

As redes sociais se popularizaram rapidamente, trazendo muita inovação na área da comunicação por meio de uma rede sem fronteiras. Apesar de o FB ter como uma de suas finalidades o entretenimento, essa mídia social é um veículo de informação

facilitador em compartilhamento de notícias, além disso, tornou-se também instrumento de luta social.

Esse suporte tem se tornado um veículo informativo por meio do compartilhamento de notícias pelos internautas e por páginas de cunho social. Por se tratar de um campo aberto, os usuários podem expor suas crenças abrindo uma discussão com posicionamentos antagônicos. Nessa perspectiva, Amossy (2017, p. 173) ressalta que “essas interações pelo computador são apontadas por alguns como lugar de livre curso de uma violência desenfreada e perigosa, enquanto outros reconhecem nelas um instrumento de participação cidadã e de democratização”.

Os usuários criam seus perfis virtuais, bem como participam de páginas e comunidades de acordo com seus interesses. Essas páginas e comunidades são criadas no FB com fins sociais e compartilham informações sobre diversos temas. Dessa forma, à medida que as pessoas vão participando, vão criando simultaneamente uma representação virtual na rede.

Segundo Paiva (2016, p. 68), “cada usuário tem o poder de interferir no que vê em sua página, curtindo, comentando, criticando, compartilhando, escondendo produções alheias ou até mesmo apagando suas próprias postagens”. Isso faz essa ferramenta digital ser considerada um sistema dinâmico.

Nessas páginas, a opinião pública torna-se fundamental devido à diversidade de grupos sociais que a compõem. Os comentários de uma publicação, por exemplo, tornam-se heterogêneos na medida em que esses grupos vão manifestando seus posicionamentos. E o antagonismo de ideologias contribui para um confronto verbal na rede, o que pode gerar uma polêmica virtual.

De acordo com Saliés e Shepherd (2013, p. 34), isso ocorre, porque “diante de um mesmo fato, os indivíduos veem coisas diferentes, não sentem as mesmas emoções, não veem as mesmas causas e fazem julgamentos que lhe são próprios”. Nesse sentido, quando houver uma discussão a respeito de determinado tema, haverá também pelo menos dois discursos contrários a ele, visto que os modelos mentais, embora sejam compartilhados socialmente, são construtos individuais.

Sendo assim, muitos usuários utilizam essa rede social para externar preconceitos e intolerâncias sem sequer medir as consequências que suas opiniões podem acarretar. Diante disso, Paiva (2016, p.70) afirma que, devido ao sistema ser aberto, os casos que geram turbulências, como discussões, às vezes saem dos limites da rede social e passam a ser tema de jornais, rádios, TVs e até de conversas face a face.

Segundo Carvalho e Kramer (2013, p.81), “hoje, se pensa a mídia como instrumento de persuasão das massas”. De acordo com as autoras,

[...] no jogo da comunicação midiática estão envolvidos sujeitos que desempenham funções como atores sociais e estabelecem entre si um tipo de contrato comunicativo em que seus papéis não são engessados e recebem diversas influências dos aspectos sociais, políticos e linguísticos envolvidos nos eventos comunicativos (CARVALHO E KRAMER, 2013, p. 81).

O *facebook* traz como diferencial das demais mídias a extrema mobilidade. A informação transmitida pela rede propicia ao participante da interação a oportunidade de se transformar em enunciador, uma vez que a informação obtida pode ser repassada. Dessa forma, podemos afirmar que essa mídia digital está contribuindo para que os leitores sejam agentes na construção da informação.

Além disso, as práticas conversacionais nas redes sociais delineiam os discursos do FB, que são legitimados, apresentando uma reprodução ideológica. O discurso *online* é democrático e permite a publicação de discursos heterogêneos, o que significa uma pluralidade de discursos ideológicos. Segundo Recuero (2016, p.20), “no âmbito da mediação por computador, muitas das materialidades das falas dos atores podem desvelar ideologias presentes e legitimadas pelas interações na sociedade”.

A seguir, discorreremos sobre a *fanpage* do *facebook* cujo nome é *Não me Kahló*, sobre o objetivo social dessa página e também sobre o porquê de ela ter sido criada. É importante destacar que a *fanpage* em questão aborda questões de minorias sociais, como, por exemplo, gênero e racismo. Essas temáticas dialogam com a proposta da análise crítica do discurso (Cf. van Dijk 2012a), visto que essa teoria visa estudar as relações de abuso de poder provocadas por dominador *versus* dominados. Ainda, essa corrente propõe um engajamento social por parte do

pesquisador, que, por sua vez, deve refletir sobre melhores condições sociais para a minoria estudada.

### 3.3 NÃO ME KAHLO

A página *Não me Kahlo* foi criada em abril de 2014 a partir de um espaço de estudo coletivo sobre feminismo e diz respeito a um suporte do *facebook* chamado *fanpage*. Esse suporte publica diariamente muitas notícias, pesquisas, informações sobre os acontecimentos do dia a dia, e os seguidores da página podem visualizar, comentar e compartilhar essas postagens.

A *Não me Kahlo* possui cerca de 1.247.405 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinco) seguidores. Assim como essa, existem diversas páginas com a mesma finalidade, como o “Arquivos Feministas”, “Empodere Duas Mulheres”, “Feminismo Sem Demagogia”, “Feminismo Empoderador”, “Feminista’s”, entre outras. Entretanto, embora todas essas páginas chamem a atenção para a defesa do direito das mulheres e o desenvolvimento dos estudos sobre o feminismo, a página *Não me Kahlo* tem se destacado pelo trabalho de conscientização que tem feito sobre problemas sociais, além de ser uma *fanpage* ativa, que possui o maior número de seguidores e compartilhamento de postagens. Outro fator que nos chamou a atenção é a organização de um coletivo feminista composto pelas administradoras da página: Bruna de Lara, Bruna Rangel, Gabriela Moura, Paola Barioni e Thaysa Malaquias. Além disso, a *fanpage* lançou uma campanha com a *hashtag* #MeuAmigoSecreto, na qual diversas mulheres publicaram depoimentos revelando comportamentos machistas no meio em que vivem. Essa campanha alcançou patamares tão grandes que, no dia 19 de maio de 2016, foi lançado o livro “#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes”, organizado pelo coletivo *Não me kahlo*. Na publicação, as autoras trazem alguns depoimentos deixados na página para debater assuntos como aborto, feminismo negro, violência contra a mulher e feminismo na mídia.

Ainda levando em consideração que se trata de uma *fanpage* feminista, destacamos o duplo sentido provocado pelo trocadilho linguístico *Não me Kahlo*. Uma primeira

interpretação faz referência a um símbolo histórico da luta feminista, a militante Frida Kahlo, que em seu tempo protagonizou diversas lutas em prol da melhoria da vida social das mulheres. Em diálogo com isso, a outra interpretação que se faz possível através do título diz respeito ao movimento feminista atual que tem enfatizado a importância das mulheres não se calarem frente à cultura machista, uma vez que, historicamente, elas não têm voz perante acontecimentos, como, por exemplo, abusos sexuais, violências físicas e psicológicas, assédio moral etc.

Nessa acepção, a página caracteriza-se por propor discussões e reflexões acerca do dia a dia das mulheres em uma sociedade culturalmente patriarcal. As publicações são voltadas para alertar e criticar acontecimentos que, por muito tempo, foram considerados normais pela sociedade, tais como agressões a mulheres em seu ambiente doméstico, o incentivo midiático e social à cultura do estupro, abandono paternal, a objetificação da mulher, entre outros temas.

É importante ressaltar que, apesar de se tratar de uma página feminista, que ganhou repercussão nacional, não há como afirmar que todos os seguidores concordam com a luta pela representatividade feminina, visto que, por se tratar de uma *fanpage* pública, isto é, que não precisa de autorização para seguir, não há um controle de pessoas que acompanham as publicações diárias dessa página. Além disso, o fato de ser uma página aberta permite que qualquer pessoa comente e interaja nas postagens, independente de ser seguidor ou não.

Tendo em vista que esta pesquisa visa analisar linguisticamente os comentários deixados pelos usuários, a escolha dessa página se justifica por conter comentários de grupos sociais polarizados e essa polarização é evidenciada por meio de marcas linguísticas que compõem o discurso dos internautas. Nessa perspectiva, é possível perceber que, embora a página *Não me Kahlo* não seja uma elite simbólica tradicional, funciona como porta-voz do grupo feminista em prol da luta social dessa minoria.

No próximo tópico, discorreremos sobre a forma que a mulher, vítima de violência doméstica, é representada pela mídia e como isso repercute socialmente.

### 3.4 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MULHER NA MÍDIA JORNALÍSTICA

Devido à evolução da tecnologia, os casos de violência contra mulher começaram a ganhar repercussão nacional e não ficaram somente no ambiente doméstico e familiar dos envolvidos nesses casos. Com isso, tornou-se tema de discussão na academia, na política e na mídia.

Um caso de violência contra a mulher que teve repercussão nacional e chamou a atenção das autoridades foi o da biofarmacêutica Maria da Penha, caso que impulsionou a criação da Lei Maria da Penha, 11.340/06, (cujo nome é uma homenagem à biofarmacêutica que lutou 20 anos para que seu agressor fosse preso), a fim de coibir essa prática violenta contra a mulher, como foi citado no capítulo dois.

O que levou esse caso a ter toda essa repercussão foi a história ter alcançado a mídia e, assim, o conhecimento de todos. O caso da biofarmacêutica Maria da Penha não foi o primeiro a acontecer no Brasil, no entanto, as agressões praticadas pelos companheiros de diversas mulheres por todo o país ficavam apenas dentro de suas casas, visto que essa ação era considerada apenas um problema de família.

Segundo Natale (2015, p. 37), “a divulgação feita pela mídia dos casos de violência de gênero passou a oferecer uma contribuição à sociedade no sentido de apresentar/denunciar os maus tratos sofridos pelas mulheres”. Isto é, com a veiculação de notícias sobre agressões sofridas por mulheres, a mídia contribuiu para que outras mulheres também denunciasses as ações de seus companheiros e, com isso, hoje tem se tornado cada vez mais comum a veiculação de notícias sobre violência contra a mulher.

Van Dijk (2012a) salienta que a mídia impressa, por meio de notícias divulgadas diariamente, constrói rotineiramente os acontecimentos do mundo social, indo das complexas relações entre as práticas discursivas e as práticas sociais. Entendendo, pois, que é na e pela linguagem que se estabelecem essas relações de poder.

Natale (2015) ressalta que

[...] a violência é um fenômeno discursivo, porque é expressa através dele, cabe aos meios de comunicação, utilizar-se do discurso para representar os casos de violência de gênero com o propósito de informar a sociedade e ajudar a combater esse problema, sem sensacionalismo, sem espetacularização e sem individualização (NATALE, 2015, p. 44).

Contudo, embora a veiculação de notícias sobre violência de gênero tenha, de acordo com Natale (2015), contribuído para a mulher denunciar o agressor pelos maus tratos, a mídia nem sempre faz uma representação social<sup>10</sup> positiva da vítima. Em sua dissertação de mestrado, a autora pôde comprovar, por meio de análises de notícias de violência contra a mulher nos dois maiores jornais do Espírito Santo, *A Gazeta* e *A Tribuna*, que a mídia trata o homem com superioridade em relação à mulher, transfere a culpa da agressão para a mulher, além de fazer uma apresentação negativa da mulher que sofre esse tipo de violência. E essa representação social da mulher ajuda a reforçar socialmente uma ideologia patriarcal e sexista.

Nessa perspectiva, a mídia não tem contribuído para minimizar a imagem da mulher em situação de violência, visto que, de acordo com trabalhos já realizados (Cf. Tomazi (2014b), Tomazi; Natale (2015), Natale (2015), Souza (2015), Tomazi, Rocha e Ortega (2016), Demoner; Tomazi (2017), esse meio de comunicação propaga uma imagem da vítima de forma machista, sexista e patriarcal. Conforme Tomazi, Rocha e Ortega

[...] as manchetes trazem a informação de maneira manipulada, podendo causar uma primeira impressão para o leitor de que agressão quase sempre pode ser justificada, pois o jornal sempre coloca as ações da mulher em primeiro plano, ou seja, trazem, na maioria das vezes, a motivação da violência abrindo a manchete (TOMAZI; ROCHA; ORTEGA, 2016, p. 63).

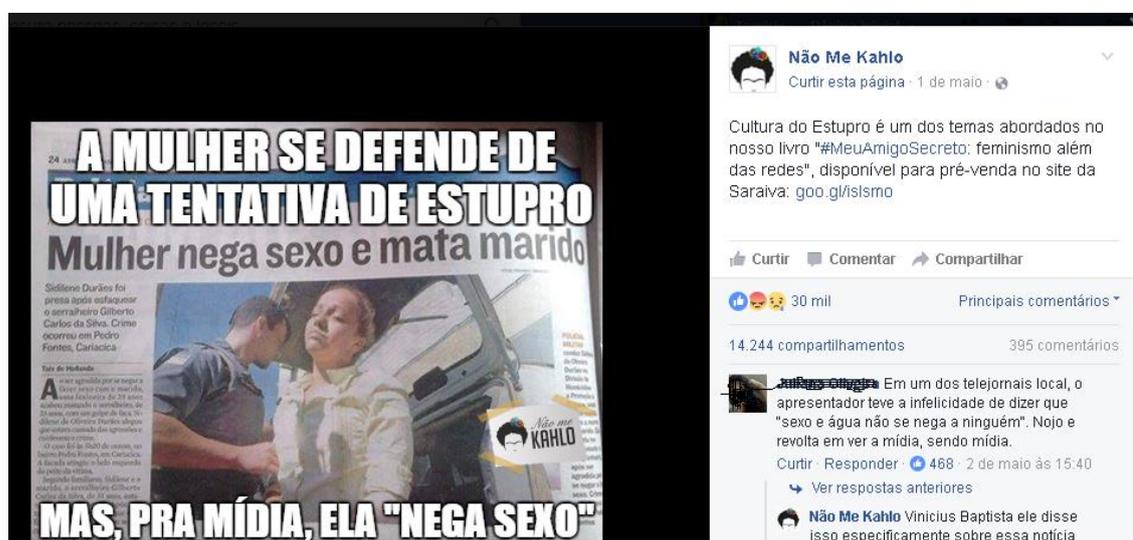
Dessa forma, apenas denunciar casos de violência contra mulher não é o suficiente para combater essa problemática, é necessário também que “os meios de comunicação parem de contribuir com a perpetuação da violência de gênero através da manutenção de estereótipos em nossa sociedade” (NATALE, 2015, p. 38).

---

<sup>10</sup> De acordo com van Dijk (2012c), a representação social está atrelada diretamente às representações mentais e é desencadeada por meio de estereótipos, preconceitos e outras formas de depreciação verbal no discurso de elites simbólicas, como por exemplo, da mídia.

Apesar de já existirem diversos trabalhos sobre essa temática e a luta feminista ter ganhado mais visibilidade nos últimos anos, outro exemplo de que a mídia pode contribuir na manutenção de estereótipos sexista e patriarcal em nossa sociedade é a notícia “Mulher nega sexo e mata marido”, veiculada originalmente pelo jornal *A Tribuna*, no dia 1º de maio de 2016, e, posteriormente, publicada no *facebook* pela página feminista *Não me Kahlo*. Embora a mídia jornalística veicule rotineiramente notícias desse cunho temático, ao ser compartilhada no *facebook* teve grande proporção, repercutindo nacionalmente. Com isso, houve centenas de comentários, além de 14 mil compartilhamentos, conforme a imagem 2:

Imagem 2: Publicação da notícia retirada da página *Não me kahlo*.



Fonte: Disponível em:

<<https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.382671338573205.1073741828.31354513215249>>  
> Acesso em: 12 out. 2016.

Essa publicação da página *Não me Kahlo* foi uma forma de protesto coletivo, uma vez que buscou “expressar suas frustrações e de juntar sua voz a outras vozes, na tentativa de se opor a um poder do qual ela se considera vítima e tenta contribuir para uma mudança social” (AMOSSY, 2017, p. 186). Dessa forma, é possível perceber que a representação social que a instituição jornalística fez da mulher, vítima de violência doméstica, na manchete da notícia, chamou bastante atenção dos seguidores da página *Não me kahlo* e, dessa forma, repercutiu por meio de compartilhamentos e comentários.

Por fim, é relevante salientar que o fato de a mídia publicar diversas notícias de violência contra a mulher diariamente sem se aprofundar em nenhuma delas faz com que o leitor se acostume com aquelas informações ao longo do tempo.

No próximo tópico, dissertaremos sobre a ACD, com foco na teoria sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso, cunhada por van Dijk.

## 4 A INTERFACE ENTRE COGNIÇÃO, DISCURSO E SOCIEDADE NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD)

Este capítulo está dividido em dois tópicos que se fazem essenciais para a explanação da teoria da ACD na vertente sociocognitiva.

O primeiro tópico, intitulado “Contextualização do Surgimento da Análise Crítica do Discurso (ACD)”, descreve de que forma a ACD foi criada, quando esse termo se consolidou, os teóricos que contribuíram para os estudos da ACD, além de, também, justificar nossa escolha em trabalhar com a vertente sociocognitiva.

No segundo tópico, nomeado “Proposta Sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso”, realizamos um estudo sobre a teoria sociocognitiva, destacando a tríade sociocognitiva – *Discurso, Sociedade e Cognição* – a qual é definida como a base teórica da proposta de van Dijk, além de explicar como acontecem as relações de controle e manipulação. Visando uma melhor didática para explicar essa teoria, achamos necessário dividir este tópico em outras três partes: na primeira, intitulada “A visão de um ator social numa perspectiva ideológica”, apresentamos a definição desse conceito, embasados na vertente de van Dijk, o qual a considera um conjunto de crenças que formam a cognição social compartilhada por membros de um determinado grupo. Na segunda parte, nomeada “A Influência do Poder no Discurso da Mídia”, apresentamos como o poder pode influenciar diretamente o discurso por meio das estruturas discursivas que controlam a mente dos grupos sociais. Por último, o terceiro subtópico, intitulado “Reporte Histórico da Teoria da Representação Social”, destacamos o surgimento dos estudos sobre a noção de representação social, a vertente defendida por alguns teóricos, principalmente a de van Dijk, o qual associa a ideologia como um fator crucial para isso, bem como o sistema cognitivo.

### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD)

O termo ACD foi criado por Norman Fairclough, linguísta britânico da Universidade de Lancaster, ao publicar um artigo em 1985. No entanto, esse termo somente se

consolidou a partir da década de 1990, quando foi realizado um Simpósio na cidade de Amsterdã. Esse evento contou com a participação de vários teóricos, como: Teun van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak e Norman Fairclough, os quais discutiram, durante dois dias sobre teorias e métodos na ACD. Dessa maneira, a proposta da ACD seguiu diversos caminhos, de acordo com a vertente defendida por cada um deles.

Teun van Dijk contribuiu com reflexões a respeito da comunicação midiática de massa, ao analisar discursos que codificam preconceitos. Além disso, destacou-se também ao desenvolver a vertente sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso, “modelo teórico que explica os mecanismos do processamento cognitivo do discurso” (WODAK, 2004, p. 231). Para o autor, a ideologia está associada à cognição e, para possuir acesso discursivo, é necessário, primeiramente, adentrar o domínio simbólico. Gunther Kress desenvolveu um conceito no âmbito da semiótica social e destacou-se com teorias multimodais. Theo van Leeuwen, por sua vez, contribuiu com estudos de representação social, ou seja, como os atores sociais podem ser representados em um discurso por meio de escolhas verbais. Essa representação ocorre, de acordo com o autor, porque socialmente há a necessidade de caracterizar as pessoas por meio de grupos ou atitudes. Ruth Wodak, em suas pesquisas sobre a ACD, preocupou-se em desenvolver uma teoria de cunho histórico, em que buscava definir o lugar da história na ACD. Norman Fairclough desenvolveu teorias de cunho social que sustentam a ACD, além de “revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturas contemporâneas” (WODAK, 2004, p. 230-231). Com isso, sua teoria auxilia na compreensão do discurso como um elemento que constitui a vida social.

A partir dessas contribuições teóricas, é possível constatar que a ACD constitui-se de trabalhos que envolvem uma investigação discursiva, com o intuito de buscar o modo como é reproduzido o abuso de poder, a dominação e a desigualdade em textos orais e escritos, no contexto social e político. Trata-se de uma abordagem multidisciplinar que se aplica, de acordo com seu objetivo, a outras disciplinas além da linguística, como, ciências sociais, psicologia, antropologia e filosofia. Embora possua diversas vertentes, todas estão ligadas a uma investigação crítica social.

Esse conjunto de práticas acadêmicas tem por intuito minimizar injustiças sociais, pois “o discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2012a, p. 12).

Segundo van Dijk (2012a, p. 115), o objetivo dos trabalhos que se apoiam nessa teoria é focar “os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de *poder* e de *dominação* na sociedade”. Dessa forma, o método de análise da ACD procura, especificamente, contribuir para a apoderação social dos grupos dominados. Além disso, o abuso de poder somente se exterioriza na língua onde existe possibilidade de variação ou escolha (VAN DIJK, 2012a).

O analista do discurso, em geral, está interessado em como o discurso pode ser legitimado através do poder, além da reprodução do racismo, sexismo e manipulação da mídia. Isto é, em como é reproduzida discursivamente a relação de dominação entre os grupos, visto que, de acordo com Wodak (2004, p. 01), “essas pesquisas se voltam especificamente para os discursos institucional, político, de gênero social, e da mídia, que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito”.

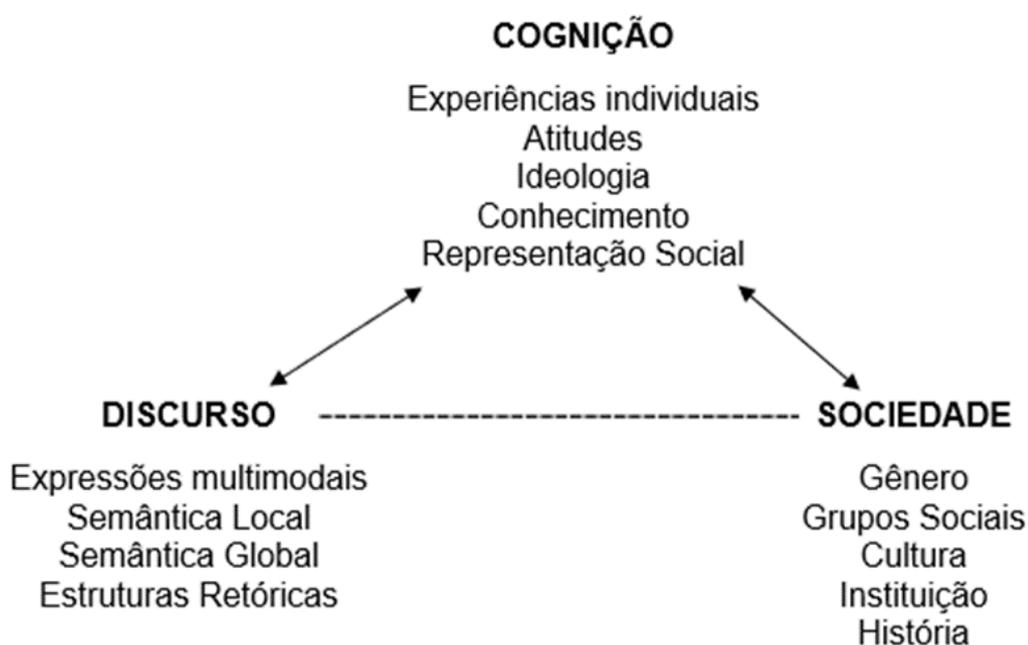
Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotamos a proposta sociocognitiva, cunhada por Teun van Dijk (2001, 2002, 2003, 2006, 2012a, 2012b, 2012c, 2015, 2016a, 2016b), para constituir o embasamento teórico de nossa investigação. Essa escolha justifica-se pelo fato de sua teoria contribuir para os estudos que expliquem os dispositivos cognitivos do discurso, elencando diversas categorias para a compreensão do discurso ideológico sobre minorias sociais. Além disso, por seus trabalhos abordarem como o abuso de poder e a desigualdade são promulgados no discurso, entendemos que eles dialogam com os estudos de gênero de Beauvoir (1970), Butler (2003), Scott (1986), Tomazi e Natale (2015), Natale (2015), Nader (2006), Cavalcanti (2006), Almeida (2006), Lessa e Souza (2006), Louro (1997), Pinto (2010) e Montenegro (2015), os quais também adotamos ao longo desta pesquisa.

A seguir, discutiremos mais detalhadamente sobre a teoria sociocognitiva da ACD, cunhada por Teun A. van Dijk, a fim de explicar a noção de discurso para o autor, bem como compreender como ele o relaciona à sociedade e à cognição dos grupos sociais.

#### 4.2 PROPOSTA SOCIOCOGNITIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A noção de discurso para van Dijk não se restringe apenas ao âmbito individual, uma vez que não é analisado como um objeto verbal autônomo, mas sim em um âmbito grupal e social. Nessa perspectiva, o teórico desenvolveu uma tríade sociocognitiva – *discurso, cognição e sociedade* – para explicar a relação social envolvida no discurso. Para van Dijk (2001), a noção de discurso está associada não somente à estrutura verbal do texto, como também à estrutura da escrita, além de imagens e gestos durante a interação. A cognição pessoal e social diz respeito às crenças e representações que podem atravessar o discurso. E, por último, a sociedade está relacionada aos grupos sociais envolvidos na interação, como é possível observar na Tríade de Análise Sociocognitiva do Discurso, no esquema representativo da figura 1:

Figura 1: Tríade Sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso



Fonte: Elaborado pela autora com base no esquema de Tomazi; Natale (2015, p. 143).

Conforme é possível observar na figura 1, o discurso é definido pelo autor em um aspecto amplo, uma vez que não é composto apenas pela interação verbal, mas também por texto escrito, imagens, estruturas retóricas, expressões multimodais, semântica local e global. A sociedade diz respeito aos grupos sociais, que são classificados por meio do gênero, cultura, instituições e história. Já a cognição é a parte fundamental da tríade e concerne às representações sociais, as experiências individuais, o conhecimento adquirido, as crenças e atitudes dos grupos sociais. Sendo assim, como afirma van Dijk (2001), o discurso é considerado um “acontecimento discursivo”, uma vez que possui relação indireta com a sociedade e, ambos estão diretamente ligados à cognição.

A partir dessas definições, é possível perceber que o “acontecimento discursivo” é formado por essas três dimensões e nenhuma pode ser entendida sem as outras. Assim, ao participar de um “acontecimento discursivo”, o indivíduo atua como membro de um grupo social, compartilha suas crenças por meio de atitudes, utilizando as estruturas discursivas para contribuir na construção de representações sociais. Assim, o processamento do discurso acontece, de acordo com van Dijk (2012b), em paralelo com muitos níveis simultaneamente. Dessa forma, o principal objetivo da ACD é descrever e explicar como as estruturas do discurso agem na interação social, desencadeando relações sociais de abuso de poder.

O discurso contribui nas interações sociais, vivenciadas pelos atores sociais, uma vez que ele está situado tanto em um contexto histórico, quanto social. Dessa maneira, os modelos de contexto, postulados nos modelos mentais dos usuários da língua, são as representações que eles possuem de determinadas situações das interações diárias.

De acordo com van Dijk (2012b), os modelos mentais são construtos mentais dos usuários da língua sobre determinado assunto ou evento. O autor destaca que “uma sequência de sentenças de um texto é coerente se os usuários da língua forem capazes de construir modelos mentais dos eventos ou fatos sobre os quais estão falando ou ouvindo” (VAN DIJK, 2012b, p. 90). Nessa perspectiva, é interessante salientar que os modelos mentais são subjetivos, visto que os falantes da língua interpretam seu modelo de evento pessoal, a partir de seus conhecimentos ou experiências. Dessa forma, aquilo que faz sentido para um pode não fazer para o

outro. Isto é, os atores sociais, por talvez possuírem modelos mentais que se sobrepõem, podem interpretar um mesmo discurso ou evento de maneira diferente.

Assim, van Dijk (2012b) destaca que, se os atores sociais representam suas experiências nos modelos mentais subjetivos, estes, por sua vez, constroem representações semânticas dos discursos a respeito desse evento. Portanto, “a compreensão do discurso envolve a construção, controlada pelo contexto, de modelos mentais baseados em inferências fundamentadas no conhecimento” (VAN DIJK, 2012b, p. 92).

Essas representações das experiências dos usuários da língua, denominadas por van Dijk (2012b) como modelos mentais, contribuem nas representações das situações sociais em geral, isto é, dos modelos de contexto. Dessa forma, os modelos de contexto, assim como os modelos mentais, também são subjetivos, uma vez que “o modo como *Eu*<sup>11</sup> represento o que é meu entorno no momento, a situação em que *Eu* estou pensando, agindo, falando, escrevendo, ouvindo ou lendo neste momento” (VAN DIJK, 2012b, p. 114).

Nessa perspectiva, as estruturas discursivas contribuem para influenciar os modelos mentais. Assim, se o controle discursivo modifica os modelos mentais, logo ele contribui no processo de manipulação dos grupos sociais. Tendo em vista essas informações, elencamos algumas estruturas do discurso a título de amostragem, como, as expressões multimodais, semântica local (léxico) e as estruturas retóricas (ironia, eufemismo), visto que essas estruturas discursivas são fundamentais para construir e modificar os modelos mentais dos eventos em que os atores sociais estão inseridos. Para tanto, exemplificamos essas categorias com excertos de nosso *corpus*.

---

<sup>11</sup> O Eu-mesmo é a categoria central dos modelos de contexto, uma vez que possui o papel de organizar as relações entre o Eu (no papel de falante ou receptor) e outros participantes.

Quadro 1: Estruturas discursivas

**Expressões visuais:** enfatizar (fonte grande, em negrito) significados positivos/negativos.

Exemplo: “Eu fui ESTUPRADA pelo meu ex-marido [...]”

**Semântica local (léxico):** seleção de palavras que podem ser mais ou menos negativas sobre Eles ou positivas sobre Nós.

Exemplo: “Tem que ser covarde e criminosa demais em acusar um homem inocente de ser agressor e esturador”.

**Estruturas retóricas (ironia, eufemismo):** centralizar a atenção na informação positiva/negativa sobre Nós/Eles.

Exemplo: “Mídia feminista é tão feminista que nem as feministas gostam”.

Fonte: Própria autora a partir da leitura de van Dijk (2012a, p. 136 – 137, 253).

As expressões visuais e/ou estilo da escrita, de acordo com van Dijk (2012b), são resultados de escolhas conscientes dos atores sociais em que são identificadas as suas intenções discursivas, bem como suas ideologias. Além disso, essa distinção está relacionada às propriedades contextuais e também de identidade individual ou grupal.

Outra estrutura discursiva que contribui na formação da representação social nos modelos mentais é o léxico. Isso se deve ao fato de os atores sociais mostrarem sua identidade por meio das palavras utilizadas durante o discurso. O mesmo acontece ao descrever outra pessoa ou evento, uma vez que a escolha lexical ajuda a definir emoções, valores, opiniões, atitudes, entre outras relações de identidade. Por isso, “a escolha lexical é antes de mais nada definida pelos significados ou pelos modelos de eventos subjacentes dos usuários da língua” (VAN DIJK, 2012b, p. 238).

As estruturas retóricas são, de acordo com van Dijk (2012b, p. 266), “mobilizadas tipicamente como recursos discursivos, que dão ou tiram realce aos significados por razões interacionais e comunicativas, por exemplo, para persuadir os receptores ou para conseguir fazer uma representação positiva de si mesmo”. Assim, a principal função dessa estrutura discursiva está relacionada à persuasão, uma vez que conforme o autor, ela põe em evidência as intenções do discurso na situação comunicativa, dando realce ao verdadeiro sentido pelo enunciador.

Nessa perspectiva, o discurso proferido por um grupo influencia a cognição dos atores sociais durante a situação comunicativa, modificando suas crenças por meio de um controle ideológico que é exercido através do modelo de contexto e de situação pessoal.

Van Dijk (2012a) define o poder social como um tipo de controle, principalmente de grupos ou instituições. Para o autor, “os grupos têm – mais ou menos – poder se são capazes de – mais ou menos – controlar os atos e as mentes dos – membros dos – outros grupos” (VAN DIJK, 2016a, p. 22).

O processo do controle da mente pode ser classificado como contextual e também discursivo. O controle contextual é constituído pela situação, cenário (tempo/espaço), participantes, ideologia etc. Já o controle discursivo diz respeito as estruturas e estratégias de textos orais e escritos. De acordo com van Dijk (2012a, p.122), “o controle que se baseia no contexto origina-se do fato de que as pessoas compreendem e representam não apenas os textos orais e escritos, mas também toda a situação comunicativa”.

Nessa perspectiva, o poder social é exercido de forma indireta e se dá por meio do controle da mente, ou seja, o controle dos desejos, planos, ações e crenças de uma elite simbólica (pessoas que têm acesso privilegiado aos discursos públicos como políticos, jornalistas e advogados, que controlam de forma indireta o acesso ao discurso) sobre uma minoria, visto que o controle da mente ocorre por meio da disseminação de uma ideologia. E, assim, as elites simbólicas dominam as ações da sociedade, exercendo um poder social ao limitar a liberdade das minorias. Geralmente, esse controle é exercido a partir da persuasão em uma comunicação discursiva.

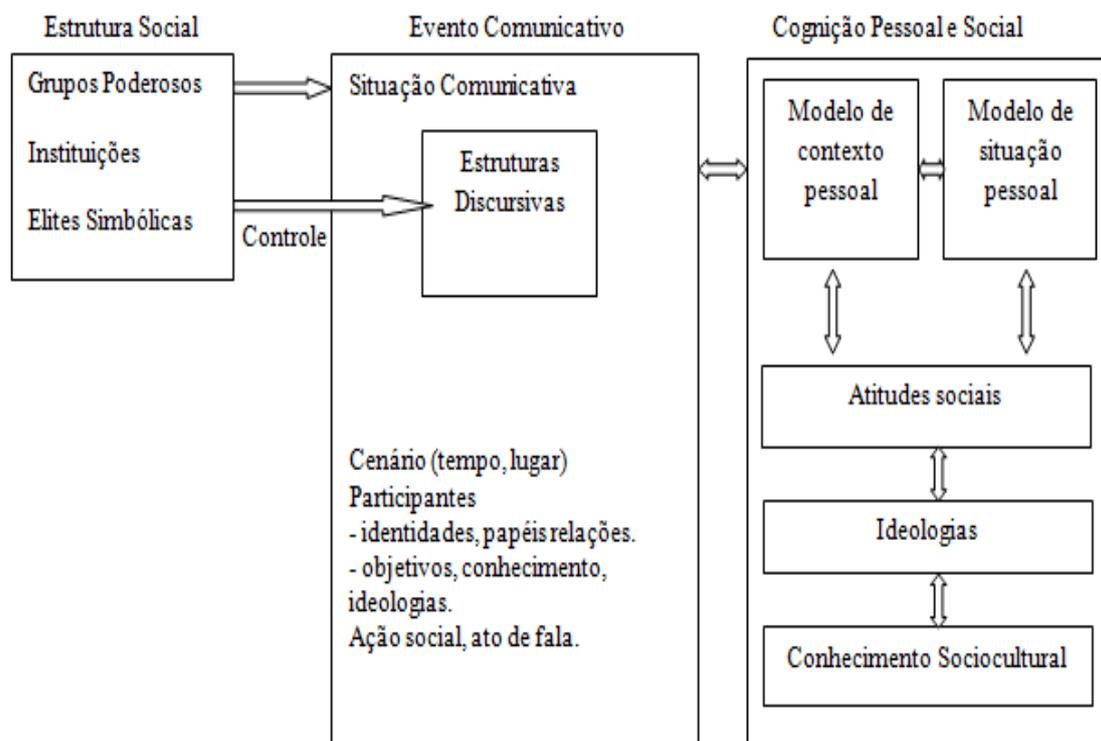
Segundo van Dijk,

[...] o exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica. Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros. É adquirida, confirmada ou alterada, principalmente, por meio da comunicação e do discurso (VAN DIJK, 2012a, p. 43).

Os construtos do discurso podem mudar os modelos de contexto subsequentes, de acordo com a forma como se diz o conteúdo e o estilo da fala. Os receptores vão, ao

receberem o discurso, atualizando e/ou construindo seu modelo de contexto e, assim “as pessoas e as relações sociais são avaliadas com base naquilo que fazem e dizem” (VAN DIJK, 2012b, p. 147), como é possível observar a reprodução discursiva do poder no esquema representativo da figura 2:

Figura 2: Esquema da reprodução discursiva do poder.



Fonte: VAN DIJK (2016a, p. 29).

Tendo em vista a figura 2, é possível perceber que a estrutura social é composta pelos grupos poderosos, isto é, pelas elites simbólicas, e estas controlam a situação comunicativa por meio do discurso. Por conseguinte, esse controle atinge o cognitivo pessoal e social, influenciando os modelos mentais e de contexto da sociedade. A partir disso, ocorre o controle das atitudes, ideologias e conhecimento sociocultural dos grupos sociais. Assim, ao controlar o modelo de contexto e os modelos mentais, as elites simbólicas controlam também as opiniões e as emoções dos grupos em relação ao evento comunicativo.

Além disso, van Dijk define o poder social como o controle de um grupo sobre o outro. Para o autor,

[...] esse controle não se aplica ao discurso apenas como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações sociais (VAN DIJK, 2012a, p. 18).

Van Dijk (2012a) ressalta que, se o controle do discurso é uma forma de obter poder, controlar a mente pública é fundamental para a dominação. O autor explica ainda que “o controle da mente envolve muito mais que mera aquisição de crenças sobre o mundo através do discurso e da comunicação” (VAN DIJK, 2012a, p. 121).

Desse modo, uma primeira forma de controlar a mente pública é por meio do discurso, uma vez que as minorias tendem a aceitar as crenças dos grupos majoritários. Essas questões são consideradas contextuais, ou seja, é necessário compreender não só os textos orais e escritos, mas também a situação comunicativa. Consoante, o controle da mente também pode ocorrer por meio de condições discursivas, isto é, estruturas presentes em textos orais e escritos que podem contribuir na legitimação de uma ideologia. Dessa maneira, van Dijk (2012a, p. 123) afirma que “se os grupos dominantes – e especificamente – suas elites – controlam amplamente o discurso público e suas estruturas, podem também, portanto, exercer maior controle sobre as mentes do público em geral”.

Em suma, o discurso são textos orais e/ou escritos que possuem relação histórica, cultural e social e legitimam as relações de poder. Isso ocorre através da ideologia disseminada direta ou indiretamente por meio das estruturas do discurso. Estas, por sua vez, afetam o cognitivo e modificam os modelos mentais dos grupos sociais sobre determinados eventos e participantes (minorias).

No próximo tópico, discorreremos sobre a ideologia como um conjunto de crenças, além de destacarmos algumas estratégias que auxiliam na reprodução de representações positivas e negativas a respeito de determinados grupos e minorias.

#### **4.2.1 A visão de um ator social numa perspectiva ideológica**

As ideologias são definidas, em termos gerais, como crenças, isto é, representações mentais socialmente compartilhadas que se manifestam por meio das práticas sociais, a fim de promover os interesses de determinados grupos, como, por

exemplo, das elites simbólicas. Esse sistema de crenças desempenha papel fundamental na cognição e, com isso, controla, influencia e modifica os modelos mentais. O discurso é crucial na (trans)formação de uma ideologia e quem determina essas crenças são os grupos poderosos, ou seja, as elites simbólicas. Assim, pode-se afirmar que esses grupos articulam e controlam a estrutura ideológica discursivamente, uma vez que estas representam nossa identidade, ações, objetivos, normas, valores e interesses.

Esse sistema de crenças pode ser entendido como tendencioso, pois, ao influenciar o discurso e as práticas sociais, contribui no controle e na organização das atitudes dos grupos sociais, podendo criar estereótipos e até preconceito em relação às minorias. Esse controle ocorre para determinar a organização do poder público, o que é um fator muito importante para a formação ideológica. Em um jornal, por exemplo, as estratégias de controle do que irá ou não ser informado é exercido por meio da seleção restrita dos assuntos. Segundo van Dijk (2012a, p.50), “esse processo é dirigido por um sistema de valores e de ideologias profissionais sobre as notícias e sobre o que deve ou não ser notícia”.

Além disso, é interessante ressaltar que “o acesso e a cobertura privilegiada a respeito de protagonistas das notícias é um importante fator da reprodução do poder social, o qual é mediado através dos meios de comunicação de massa” (VAN DIJK, 2012a, p. 50).

Uma forma de entendermos a ideologia defendida por um grupo é analisando o seu discurso, uma vez que é por meio da linguagem que se manifestam as crenças e valores.

Para van Dijk,

[...] as ideologias, por definição, são sistemas gerais, compartilhados por grandes grupos ou culturas. Isso significa que devem ser adquiridas (aprendidas) e modificadas em contextos sociais, tais como escolas, veículos de comunicação de massa e interações diárias. Muitas vezes, a aprendizagem (das ideologias) não se dá apenas de forma intuitiva, isto é, por inferência do discurso e dos atos dos outros, mas são ensinadas explicitamente em livros, manuais, panfletos, etc (VAN DIJK, 2002, p. 43).

Logo, a ideologia estará sempre associada às ideias compartilhadas socialmente por um determinado grupo. Essas ideias são construtos cognitivos e, com isso, podem

manipular a mente das minorias. É interessante salientar que essas ideias e/ou crenças, uma vez compartilhadas, podem influenciar o domínio público e, dessa forma, adquirir um caráter social e cultural.

Além disso, as crenças podem ser definidas como unidades de informação do produto do pensamento numa interação social. Assim, a ideologia é um conjunto de crenças que podem ser processadas por meio de estratégias e atividades mentais. Segundo van Dijk,

[...] essas crenças podem ser definidas como representação mental. Além disso, podem ser denominadas como crenças simples e crenças complexas, quando combinadas, podem formar grupos de outras crenças, e, assim, formar o complexo conjunto de ideias que chamamos de conhecimento ou atitudes (VAN DIJK, 2006, p. 42, tradução nossa).<sup>12</sup>

Entende-se, então, pela perspectiva de van Dijk (2006), que a ideologia é um conjunto de crenças socialmente compartilhadas por grupos, que são adquiridas, construídas e modificadas social e cognitivamente a partir dos interesses dos grupos dominantes.

A ideologia de um grupo contribui para legitimar o poder e a desigualdade de outro grupo. Nessa perspectiva, van Dijk (2015) destaca que o discurso ideológico pode ser utilizado para formar uma representação sobre outro grupo de forma polarizada, ou seja, enfatizar NOSSOS aspectos positivos e enfatizar os aspectos negativos DELES, conforme o quadro 2:

---

<sup>12</sup> Es decir, las creencias, ya sea que estén descritas como proposiciones, como redes o em términos de otros lenguajes de representación (mental), obviamente no vienen solas. Creencias simples pueden combinarse con creencias complejas. Pueden formar grupos con otras creencias, y así formar los conglomerados complejos de creencias que llamamos conocimiento o actitudes.

Quadro 2: Quadrado ideológico de van Dijk (2003:44) adaptado por Natale (2015).

- Enfatizar aspectos positivos sobre Eles (Homens-agressores)
- Enfatizar aspectos negativos sobre Elas (Mulheres-vítimas)
- (Des)enfatizar aspectos negativos sobre Eles (Homens-agressores)
- (Des)enfatizar aspectos positivos sobre Elas (Mulheres-vítimas)

Fonte: NATALE (2015, p. 79).

Ao utilizar essas estratégias, os grupos dominantes utilizam em seus discursos estruturas linguísticas e discursivas ideologicamente polarizadas, a fim de preservar sua face, fazendo uma representação positiva de si mesmo. Segundo van Dijk (2012a, p. 130), “o conflito social é cognitivamente representado e destacado pela polarização, e discursivamente sustentado e reproduzido pela depreciação”.

Uma das características que compõem a polarização discursiva é a estratégia de negação. Trata-se de uma estratégia discursiva com função cognitiva e social. Nessa perspectiva, esse mecanismo discursivo pode negar atitudes, consideradas socialmente negativas, por exemplo, no que diz respeito a minoria de gênero, fazendo uma representação positiva dos membros do intragrupo e uma representação negativa do exogrupo.

A preservação da imagem, bem como a representação positiva de si mesmo, diz respeito a uma estratégia discursiva global, na qual, segundo van Dijk (2012a), os atores sociais buscam falar do grupo ao qual pertencem de maneira positiva, construindo, assim, uma imagem mais positiva a respeito deles ou apenas tentam evitar a construção negativa.

Tal estratégia é utilizada para que um grupo discrimine o outro e, ao mesmo tempo, construa uma imagem positiva a respeito daquele ao qual pertence. Assim, são utilizadas negações e/ou ressalvas, a fim de evitar impressões ou representações sociais negativas por meio de modelos mentais, construídos socialmente.

Sendo assim, van Dijk (2012a, p.160) destaca que “as negações assumem muitas formas, cada uma com suas funções cognitivas, emocionais, sociais, políticas e culturais”. O ator social utiliza em seu discurso o advérbio de negação “não”, a fim de negar um ato discriminado socialmente, com objetivo de preservar a sua imagem.

Neste caso, dizemos que a estratégia de negação foi realizada de forma explícita, conforme os exemplos do quadro 3:

Quadro 3: Tipos de negação.

Tipo de negação	Exemplo
<b><i>Negação do ato</i></b>	Eu não fiz/ não disse isso de jeito nenhum.
<b><i>Negação do controle</i></b>	Eu não fiz/ não disse aquilo de propósito; Foi um acidente.
<b><i>Negação da intenção</i></b>	Eu não quis dizer isso; Você entendeu errado.
<b><i>Negação do propósito</i></b>	Eu não fiz/não disse isso para...

Fonte: van Dijk (2012a, p. 162), adaptado pela autora.

Além da negação propriamente dita, o autor ressalta que também existem outras estratégias cognitivas e sociais que estão relacionadas a esse mecanismo discursivo, como, por exemplo:

- *Justificativa*: o ator social justifica determinado ato como negativo, caracterizando-o como legítima defesa;
- *Escusa*: o ator social pode transferir a culpa para terceiros ou a provocação e culpa da vítima;
- *Reversão*: o ator social reverte as acusações para o grupo oponente, construindo argumentos de (contra)ataque;
- *Negação sutil*: o ator social utiliza recursos discursivos, como a *aspas*, a fim de pressupor dúvida ou distanciamento.

Além disso, outro tipo de negação que pode ocorrer no discurso são as ressalvas, as quais ocorrem de forma implícita, a fim de realizar uma representação positiva de si mesmo, isto é, do grupo que discursa, e uma representação negativa do outro, ou seja, sobre o grupo de que se fala. Conforme o quadro 4:

Quadro 4: Tipos de ressalva.

Tipos de ressalva	Exemplo
<b><i>Negação aparente</i></b>	Nós não temos nada contra feministas, mas...
<b><i>Concessão aparente</i></b>	Algumas delas são inteligentes, mas em geral...
<b><i>Empatia aparente</i></b>	É claro que as feministas tiveram problemas, mas...
<b><i>Ignorância aparente</i></b>	Eu não sei, mas...
<b><i>Desculpa aparente</i></b>	Desculpe-me, mas...
<b><i>Inversão</i></b>	Não elas, mas nós é somos as reais vítimas...
<b><i>Transferência</i></b>	Eu não me importo, mas meus clientes...

Fonte: van Dijk (2012a, p. 142), adaptado pela autora.

Esses movimentos semânticos locais se materializam na estrutura global das orações, construindo uma representação positiva intragrupal e uma representação negativa do outro, isto é, depreciações do exogrupo.

Van Dijk (2012a) explica que é por meio da ideologia disseminada pela linguagem que os grupos majoritários manifestam representações sociais a respeito dos grupos minoritários. E é importante ressaltar que essas representações são advindas dos esquemas mentais.

A seguir, discorreremos sobre como a mídia utiliza o poder para influenciar a mente e controlar as ações dos grupos sociais, a fim de dominá-los e manipulá-los.

#### **4.2.2 A influência do poder no discurso da mídia**

Por meio da tríade (figura 1) apresentada no tópico 4.2, é possível constatar que o discurso é considerado um evento e, por isso, não acontece sozinho, uma vez que é acompanhado por mais duas dimensões: *cognição* e *sociedade*. Tais dimensões se inter-relacionam com o poder social, uma vez que este, conforme aborda van Dijk (2012a), é definido por meio do controle das ações e da mente, exercido entre os grupos e realizado a partir do discurso, o qual pode influenciar as atitudes e as ideologias dos grupos sociais, manipulando-os.

Por ser caracterizado como uma elite simbólica, os meios de comunicação demonstram fazer parte da estrutura do poder social. E, dessa forma, as pessoas interpretam e avaliam as matérias jornalísticas manipuladas pelas opiniões e ideologia legitimada no discurso, uma vez que, de acordo com van Dijk (2012a), a mídia jornalística escolhe rotineiramente as informações que serão apresentadas, bem como o assunto e os atores sociais. Além disso, ela escolhe também *o que e como* será dito.

Van Dijk (2012a) destaca que a maneira como a mídia mais desinforma do que informa é chamada de dominação, ou seja, uma dimensão negativa de abuso que suscita em desigualdade, abuso de poder e dominação. Além do controle discursivo, van Dijk (2016b) ressalta que as elites simbólicas podem controlar também as estruturas do texto e da fala. Em uma notícia publicada num jornal, por exemplo, os editores podem dar prioridades a informações e temas negativos sobre mulheres e desenfatar ou ignorar temas negativos sobre os homens.

Outro fator importante no discurso que contribui para o uso ilegítimo do poder é o acesso de instituições às mídias de massa. O acesso preferencial dos grupos dominantes controla, parcialmente, a mente pública, modificando suas ideologias e os modelos mentais. Segundo van Dijk (2016a, p.23), “os grupos que controlam o discurso mais influente também têm mais chances de controlar indiretamente as mentes e ações dos outros”. Ou seja, quando os falantes são capazes de influenciar os modelos mentais, o conhecimento, as atitudes e, até mesmo, as ideologias dos receptores, esses locutores podem, indiretamente, controlar as ações futuras de seus interlocutores. Isso ocorre por meio da persuasão e da manipulação discursiva das elites simbólicas.

Contudo, o poder das elites simbólicas possui dimensões que podem ser divididas em quatro partes: em primeiro lugar, as grandes instituições de poder, como políticos, empresas, meios de comunicação. Em segundo lugar, está o *status* dessas instituições. Em terceiro, a relação de poder é exercida por um grupo, como por exemplo, homem *versus* mulher, sendo que essa relação é exercida pelos membros dos respectivos grupos dominantes. Em quarto lugar, estão os atos discursivos de líderes de instituições que afetam países, estados, entre outros.

Dessa maneira, é possível perceber que existem os grupos que possuem domínio total e os grupos que possuem domínio parcial. Conforme van Dijk (2012a, p. 55), essas diferenças (graduais) refletem as possibilidades de sanção dos poderosos, bem como a aceitação ou a resistência dos que se sujeitam ao exercício do poder. É válido ressaltar que “a dominação cobre igualmente os vários tipos de abuso de poder comunicativo, tais como a manipulação, a doutrinação e a desinformação. O abuso de poder é o uso ilegítimo do poder, ou seja, a violação das normas e de valores contra o interesse dos outros” (VAN DIJK, 2012a, p. 28).

Consoante a isso, ao manipular um grupo social por meio de sua ideologia, as elites simbólicas conseguem influenciar seus modelos mentais, suas atitudes, crenças, emoções e, com isso, representar social e ideologicamente as minorias, a fim de legitimá-las como tal.

#### **4.2.3 Reporte histórico da teoria da representação social**

A representação social (doravante RS) foi, primeiramente, debatida na perspectiva de Durkheim, o qual realizou uma pesquisa introdutória e separou a noção de pensamento em duas partes: pensamento individual e pensamento social. De acordo com o autor, “o pensamento individual seria um fenômeno puramente psíquico, no entanto, não se reduziria à atividade cerebral, e o pensamento social não se resumiria à soma dos pensamentos individuais” (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

Desse modo, ambas representam, respectivamente, relação com a psicologia e relação com a sociologia. No entanto, Moscovici (1978) ressalta que a representação social possui relação tanto na contextura psicológica individual das pessoas como em seu meio social e cultural. Com isso, é possível perceber que, para o autor, a representação social possui uma relação SUJEITO-SOCIEDADE e, à vista disso, está associada tanto no campo da psicologia, quanto no campo da sociologia.

De acordo com Alves-Mazzotti, a intenção de Moscovici é retratar que

[...] as representações sociais não são apenas “opiniões sobre” ou “imagens de”, mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos que ‘determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das ideias compartilhadas pelos grupos e regem, subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas (ALVES-MAZZOTTI, 2000, p. 59).

Assim, a representação social não é uma construção social estática sobre o sujeito, mas sim dinâmica, que vai sendo construída a partir de seus comportamentos cotidianos. Dessa forma, Abric (1994) ressalta que a representação pode funcionar como sistema sociocognitivo e também contextualizado. Para o autor,

[...] como sistema sociocognitivo, supõe um sujeito ativo que produz representações acerca de um determinado objeto. Tais representações, embora estejam submetidas às regras dos processos cognitivos, são determinadas inicialmente pelas condições sociais nas quais se elabora e se transmite uma representação (ABRIC, 1994, p. 14).

Ao contrário da noção de RS, cunhada por Durkheim e Moscovici, van Dijk (2012c) refere-se a essa teoria na perspectiva cognitiva. E, a partir de alguns estudos sobre desigualdade com minorias realizados pelo autor, pôde-se identificar estereótipos, preconceitos e outras formas de depreciação verbal no discurso de elites simbólicas, como por exemplo, da mídia. Esses discursos, de acordo com van Dijk (2012c), acabam influenciando a opinião pública, o que desencadeia uma representação compartilhada socialmente.

Considerando que a ideologia é a base da representação social, o discurso ideológico de um grupo dominante (mídia, homem, político) manipula os leitores, perpassando o cognitivo, a fim de confirmar essa representação social. Para tanto, apresenta uma representação positiva do grupo dominante e uma apresentação negativa e estereotipada dos atores sociais pertencentes ao grupo minoritário. Desse modo, van Dijk (2012a) define essa representação de grupos como polarização discursiva, bem como definido no tópico 4.2.1. Com isso, as representações acontecem por meio do léxico, sintaxe, atos de fala, estratégias semânticas, etc.

Dessa forma, utilizam-se no discurso, hipérboles, metáforas, léxico (associado com indiferença e ilegitimidade), além da inversão semântica da culpa. De acordo com van Dijk (2012a, p. 130), “o conflito social é assim cognitivamente representado e destacado pela polarização, e discursivamente sustentado e reproduzido pela

depreciação e exclusão dos Outros da comunidade que pertence a Nós”. Em outras palavras, as elites simbólicas polarizam seus discursos com objetivo de representar socialmente uma imagem negativa das minorias e, assim, estereotipá-las.

As representações sociais estão atreladas diretamente às representações mentais, mesmo essas não sendo estáticas, uma vez que estão armazenadas em nossa memória episódica. Com isso, ambas fazem parte da (re)produção discursiva.

Além disso, van Dijk (2002) salienta que a RS não diz respeito somente à ideologia, mas também às atitudes e aos conhecimentos desse grupo. Isto é, as representações sociais estão atreladas ao sistema de valores, a partir de crenças compartilhadas socialmente. Com isso, podem ser identificadas quando os grupos buscam uma relação entre o Eu e o OUTRO, ou seja, a construção da representação social ocorre por meio do processo discurso-social, o qual é capaz de construir e também desconstruir a identidade do outro e de si mesmo. Esse processo pode ser realizado por meio de estruturas discursivas, bem como da polarização discursiva. E essas estruturas podem ser identificadas por meio de marcas discursivas deixadas implícita ou explicitamente no discurso.

Por se tratar de uma elite simbólica, a mídia, ao construir uma imagem negativa da mulher, vítima de violência doméstica conjugal, por meio de estruturas discursivas, ajuda a estereotipar seu papel social em notícias veiculadas diariamente.

A seguir, realizaremos a descrição de nosso *corpus*, bem como a metodologia utilizada na coleta, seleção e categorização até chegar ao processo de análise.

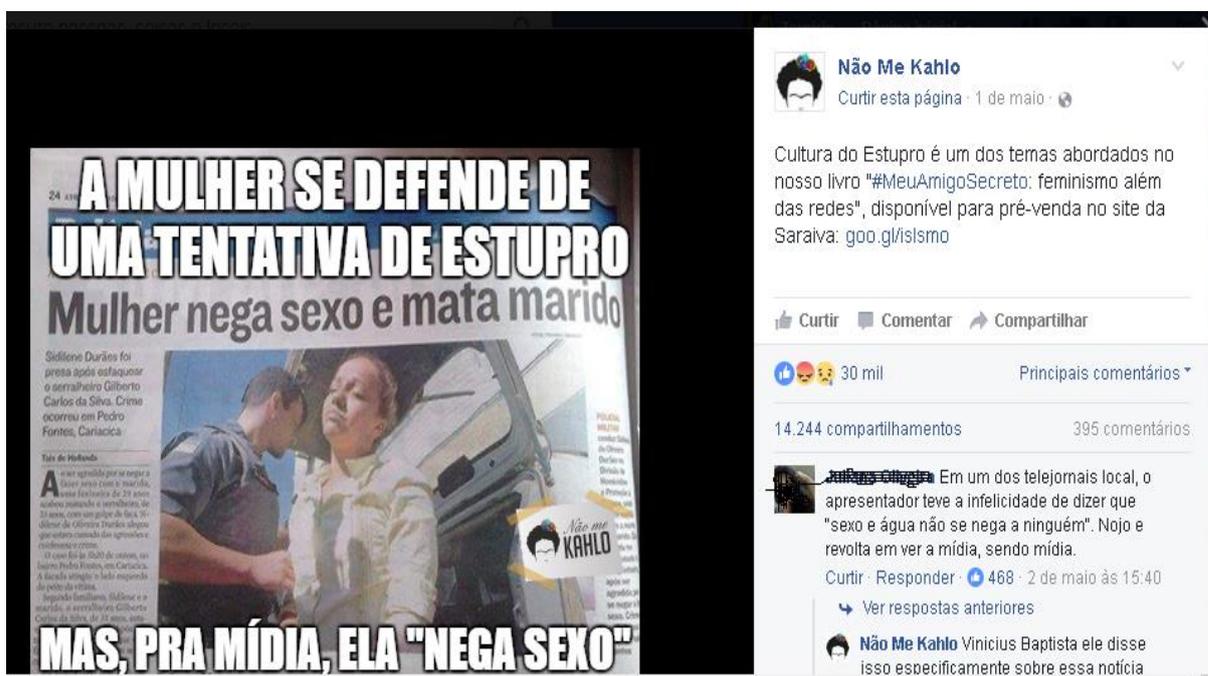
## 5 DESCRIÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA

### 5.1 DESCRIÇÃO DO CORPUS

Nosso *corpus*, como já adiantamos, desenvolve-se por meio do discurso publicado, em forma de comentários, em uma página feminista de cunho social no *facebook*, acerca de um *post* sobre violência conjugal contra mulher.

O evento que se destacou na rede social e se originou a partir da publicação de uma notícia de violência doméstica contra mulher no jornal *A Tribuna*, no dia 1º de maio de 2016, conforme a imagem 1 no tópico 3.2. Essa notícia chamou bastante a atenção da população e, em seguida, sua manchete foi reconstruída e publicada pela página feminista do *facebook*, *Não me kahlo*, conforme a imagem 3:

Imagem 3: Publicação da notícia retirada da página *Não me kahlo*.



Fonte: Disponível em:

<<https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.382671338573205.1073741828.313545132152493/602847366555600/?type=3&theater>> Acesso em: 12 out. 2016

A partir desse *post*, vários internautas e seguidores da página fizeram comentários a respeito do evento, totalizando um número de oitocentos e dezessete comentários. A proporção gerada por meio dessa publicação nos chamou atenção para um

estudo na linha de Texto e Discurso, uma vez que a linguagem é vista como a maior ferramenta de dominação devido ao seu poder de persuasão.

Nessa acepção, a nossa metodologia está traçada em quatro etapas, como apresentaremos no próximo tópico.

## 5.2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

As redes sociais, como discutido no capítulo três, são uma das mídias mais colaborativas do mundo e têm se estendido cada vez mais em relação a usuários e infraestrutura, a fim de atender as demandas geradas no dia a dia devido ao seu crescimento. De acordo com Lima (2015, p. 66), “as redes virtuais estão possibilitando mudanças nos comportamentos sociais” e, com isso, possibilitam não só o entretenimento, como também informações compartilhadas por páginas de cunho social, informativo e também pelos usuários.

Por se tratar de uma rede aberta, o *facebook* promove uma vasta discussão a respeito dos *posts* compartilhados, proporcionando uma prática social comunicativa. Dessa forma, esta dissertação diz respeito a uma pesquisa de caráter social, uma vez que “apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são o resultado, e são construídos nos processos de comunicação” (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2010, p. 20). Nosso estudo constitui-se de dados construídos no processo de comunicação social, uma vez que nos interessa a maneira textual escrita em que os atores sociais se expressam deixando marcas em seus discursos.

Para tanto, adotamos o modelo de análise qualitativa, visto que esse tipo de investigação se faz relevante para nossa pesquisa devido aos objetivos traçados nesta dissertação. Assim, entendemos por pesquisa qualitativa aquela que analisa uma realidade social e, por isso, não se atém a números e, sim, a descrição, interpretação e explicação dos dados (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2010, p. 22 - 23).

No próximo tópico, discorreremos sobre as etapas de coleta e seleção de nosso *corpus*.

### 5.3 DELIMITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CORPUS

Para a estruturação dos dados do *corpus*, foi necessário realizar quatro etapas. Primeiro, coletamos a notícia “Mulher nega sexo e mata marido”, publicada pelo jornal *A Tribuna*, no dia 1º de maio de 2016. Nesse sentido, vale salientar que tal notícia descreve um evento de violência contra mulher, no qual, após ser agredida por não querer fazer sexo com o marido, esfaqueia seu companheiro, que morre logo em seguida. De acordo com a instituição jornalística, o fato aconteceu de madrugada e, enquanto o casal estava bebendo em casa, o homem quis fazer sexo com sua esposa na frente da filha de dois anos, contudo, ela se negou. Com isso, ele começou a tirar a roupa de sua esposa e agredi-la. Na tentativa de se defender da agressão, a mulher o esfaqueou. Em seguida, ligou para o Centro Integrado Operacional de Defesa Social – Ciodes – a fim de denunciar a violência sofrida. O homem saiu vivo de casa, porém morreu logo em seguida, perto da casa onde morava com a esposa. Por fim, a mulher foi presa por homicídio e, ao sair o evento na mídia, o jornal estruturou a manchete de forma que não parecesse um caso de violência doméstica contra a mulher.

Embora nosso objetivo aqui não seja analisar a notícia em si, realizamos a análise da notícia em um artigo<sup>13</sup>. Nele, constatamos que a forma como a instituição jornalística estruturou a manchete evidencia duas ações negativas da mulher, o que faz uma apresentação negativa dela socialmente. Além disso, no decorrer da notícia a imagem da mulher é ameaçada por léxicos depreciativos, como por exemplo, “assassina”. E ao se referir ao homem, o jornal busca minimizar suas ações, desenfaticando, assim, a agressão sofrida pela mulher.

Na segunda etapa de seleção do *corpus*, foi necessário coletar todos os comentários publicados no *post* da página *Não me Kahlo*, que totalizaram o número de 817 (oitocentos e dezessete) comentários. É interessante destacar que copiamos e colamos os enunciados tal como estavam digitados no *facebook*. Dessa maneira,

---

<sup>13</sup> Artigo sobre a notícia “Mulher nega sexo e mata marido” disponível em: < [http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499474967\\_ARQUIVO\\_VIOLENCIACONTRAMULHERNOECENARIOJORNALISTICOANALISEDISCURSIVADENOTICIAS.pdf](http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499474967_ARQUIVO_VIOLENCIACONTRAMULHERNOECENARIOJORNALISTICOANALISEDISCURSIVADENOTICIAS.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2018.

achamos mais sensato mantê-los na íntegra, não acertando os erros gramaticais e ortográficos. Feito isso, excluímos o nome dos internautas, autores dos comentários, por uma questão de ética.

Na terceira etapa, categorizamos todos os comentários de acordo com as ideologias e os estereótipos revelados por meio das estruturas discursivas utilizadas na construção dos comentários. Com isso, intitulamos os comentários como:

- contra a mulher (58 comentários);
- a favor da mulher (106 comentários);
- outros (653 comentários).

Consideramos os comentários categorizados como *contra a mulher* aqueles que demonstravam o posicionamento do internauta em relação à ação da mulher, como, por exemplo, “Mas continua sendo assassina”. Já os comentários *a favor da mulher*, consideramos aqueles cujos posicionamentos demonstravam repúdio à violência sofrida por ela. A título de amostragem, temos o excerto “Ninguém é obrigado a transar com ninguém”. Em seguida, denominamos como *outros*, os comentários que narravam experiências individuais, interjeição, *emoji*, político eleitoral, *link* da notícia, marcação de amigos no *post* e discussão sobre feminismo.

Após essa categorização, iniciamos a terceira etapa de seleção do *corpus*, na qual demos início à triagem de comentários para a realização das análises. Para isso, utilizamos os seguintes critérios:

- a) comentários que versam sobre a reconstrução feita pela página *Não me kahlo* da manchete “Mulher nega sexo e mata marido”;
- b) comentários que se posicionam a respeito da notícia (a favor ou contra);
- c) comentários que não desviassem do evento principal, que é a notícia “Mulher nega sexo e mata marido”.

Feito isso, elencamos, para a análise do *corpus* desta pesquisa, quatro categorias com base na proposta sociocognitiva da ACD, cunhado por van Dijk (2001, 2002,

2003, 2006, 2012a, 2012b, 2012c 2015, 2016a, 2016b), que estão listadas no quadro abaixo:

Quadro 5: Categorias selecionadas para análise do *corpus*, com base nos estudos de van Dijk (2001, 2002, 2003, 2006, 2012a, 2012b, 2012c, 2015, 2016a, 2016b).

Categoria		Descrição da categoria
Nível Macro	Nível Micro	
<b>Estilo</b>	Léxico	Selecionar palavras menos negativas sobre as ações dos atores sociais como estratégia de representação negativa do Outro.
<b>Estruturas Globais</b>	Marcadores discursivos	Operar no nível semântico do discurso, a fim de focalizar ou ressaltar significados.
<b>Semântica Local</b>	Modalizadores	As modalidades dependem não somente de como os eventos são representados nos modelos mentais, mas também de algumas propriedades do contexto, como papéis e identidades dos participantes.
<b>Expressões Multimodais</b>	Tamanho da fonte	Enfatizar (fonte grande) significados positivos/negativos.

Fonte: Elaborado pela própria autora com base em leituras de van Dijk (2001, 2002, 2003, 2006, 2012a, 2012b, 2012c, 2015, 2016a, 2016b).

Essas categorias se fazem necessárias em nossas análises para que possamos identificar como as estruturas discursivas atuam ideologicamente nos comentários dos internautas ao se referirem aos grupos minoritários e/ou opostos. A partir dessas categorias, buscaremos desvelar se existem ideologias: sexista, machista e patriarcal no discurso dos comentários analisados.

Em seguida, elegemos, para a análise, comentários que versam para as categorias de análise selecionadas. Nesse sentido, elencamos apenas 20 (vinte) comentários da categoria *a favor da mulher* e 20 (vinte) comentários da categoria *contra a mulher*, totalizando 40 (quarenta comentários). Vale ressaltar que não iremos nos ater a análise dos 817 (oitocentos e dezessete) comentários por dois motivos:

- a) por não se adequarem aos critérios de seleção;
- b) devido ao tempo destinado à produção de nossa dissertação, o qual não seria suficiente se fôssemos analisar qualitativamente todos os 817 (oitocentos e dezessete) comentários.

A partir dessa divisão, desenvolvemos o código CXN para nomear os comentários selecionados para a análise, no qual a letra *C* diz respeito à palavra *comentário*, *X* à *categoria do comentário* e *N* ao *número do comentário*. Para fins de exemplificação, a nomenclatura *CCA01* faz referência ao Comentário Contra a Mulher de número um; a nomenclatura *CAF01* representa o Comentário a Favor da Mulher de número um.

No próximo tópico, analisaremos os 40 (quarenta) comentários selecionados com base nas categorias sociocognitivas da ACD.

## 6 ANÁLISE

Neste capítulo, realizaremos a análise qualitativa por amostragem dos 40 (quarenta) comentários selecionados. Para tanto, dividiremos as análises em subtópicos, de acordo com a categorização de cada tipo de comentários, como destacado no tópico 5.3, a fim de melhor organizá-las.

Os comentários foram copiados na íntegra, contudo criamos um código quando havia marcação do nome de outro internauta. Sendo assim, o código YYY refere-se à marcação do nome de outro internauta.

A seguir, analisaremos os comentários que versam para um posicionamento contra a atitude da mulher, vítima de violência doméstica.

### 6.1 ESTRUTURAS DO DISCURSO QUE APONTAM PARA UMA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA DOS COMENTÁRIOS CONTRA A MULHER

Para compreender melhor a análise deste tópico, construímos a tabela 2, a fim de destacar as estruturas discursivas encontradas nos comentários contra a mulher, bem como a ocorrência das estratégias discursivas utilizadas pelos internautas que apontam para uma polarização.

Tabela 2: Estruturas discursivas encontradas nos comentários contra a mulher.

COMENTÁRIOS CONTRA A MULHER	
COMENTÁRIOS	ESTRUTURAS DISCURSIVAS ENCONTRADAS
<p><b>CCA01</b> - A história e contada por aqueles que venceram. Não que eu seja contra a defesa dela, mas será mesmo que existiu o tal "estupro", ou ela premeditou o assassinato do marido? <i>[sic]</i></p>	<p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – marcador contra-argumentativo que insere uma ressalva, com o objetivo de demonstrar uma ideia de inversão ao argumento utilizado anteriormente, criando uma representação negativa da mulher.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>ou</i> – introduz argumentos de alternância, levando a conclusões opostas.</p>

	<p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – insere uma negação aparente, a fim de demonstrar que o eu-mesmo concorda com a imagem positiva criada pela mulher ao narrar o acontecimento e se defender.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>mesmo</i> – cria uma ideia de dúvida em relação ao estupro.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>o tal</i> – denota sentido de suposição, colocando em dúvida a ação do estupro marital.</p> <p><b>Expressão multimodal:</b> “<i>estupro</i>” – a utilização das aspas na palavra <i>estupro</i> pressupõe a noção de dúvida em relação a ação do agressor, isto é, apresenta uma ideia de acusação sem fundamento.</p>
<p><b>CCA02</b> - Não odeio feminismo, só acho patético varias feministas que se dizem lutar por igualdade mas que na verdade lutam apenas pela "igualdade" que lhes convém (que acaba sendo uma luta por privilégio), minimizam e banalizam qualquer sexismo/opressão que o homem sofre, que acaba sendo mto hipocrisia da parte delas pq elas ficam puta quando os homens fazem o mesmo com os problemas delas, é simplesmente patético. [sic]</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>patético, minimizam, banalizam</i> – possuem carga semântica depreciativa, criando, assim, uma imagem negativa em relação as ações do grupo social feminista.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – contrapõe-se ao argumento anterior de que o ator social não odeia o feminismo, fazendo uma ressalva sobre o grupo feminista, a fim de realizar uma representação negativa do outro.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>porque</i> – introduz uma explicação relativa ao enunciado anterior, ou seja, justifica o fato de o internauta considerar o grupo feminista hipócrita. Tal argumento contribui para fazer uma representação negativa do outro, isto é, do grupo feminista.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e</i> – soma argumentos a favor de uma mesma conclusão: apresentar duas ações negativas.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – insere uma negação aparente, a fim de demonstrar que o ator social não odeia o feminismo.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>só</i> – pressupõe a ideia de estar relacionando, contraditoriamente, duas proposições, visto que, neste caso esse modalizador está atuando como um marcador contra-argumentativo.</p>

	<p><b>Expressão multimodal:</b> “<i>igualdade</i>” – a utilização das aspas na palavra <i>igualdade</i> pressupõe a noção de dúvida em relação aos objetivos da luta feminista.</p>
<p><b>CCA03</b> - YYY, eu não passei o que ela passou, no lugar dela eu poderia ter feito o mesmo é totalmente compreensível, mas assim, outra coisa que eu não tinha pensado é que só temos o lado dela da história o dele não, até pq né... [sic]</p>	<p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – contrapõe ao argumento de empatia, orientando o ator social para uma conclusão contrária.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – insere uma estratégia de empatia aparente, no qual o ator social busca expressar um discurso de compreensão à atitude da mulher.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>poderia ter feito</i> – modalidade alética, de capacidade moral, que expressa um sentido de dúvida do ator social em relação a uma determinada ação.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>só</i> – introduz uma ideia de exclusão no discurso.</p>
<p><b>CCA04</b> - YYY, não estou indignado, e nem defendendo os homens, mas eu só fiz uma observação sobre a alegação da mulher, q abre precedentes para mais assassinatos sob o mesmo argumento, cada caso é um caso, nem todos podem ser visto da mesma forma, ou seja, sem provas, sem a certeza de q a mulher é a vítima, todos os comentários aqui não passam de opiniões, inclusive o meu. [sic]</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>alegação</i> – tira a credibilidade do depoimento da mulher.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – insere uma ressalva, contrapondo o argumento de empatia, inserido no início do comentário, a fim de desqualificar o depoimento da mulher e ameaçar a imagem positiva dela.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e nem</i> – soma argumentos a favor de uma mesma conclusão: fazer uma representação positiva de si mesmo.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – insere uma estratégia de empatia aparente, no qual o ator social busca expressar um discurso de compreensão à atitude da mulher.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>só</i> – introduz uma ideia de exclusão no discurso.</p>
<p><b>CCA05</b> - Concordo que o cara estava todo errado, mas isso de que a mídia sempre manipula a favor dos homens é balela. Se desenterrarmos qualquer tópico de violência mulher &gt; homem, o que encontraremos é a mulher saindo cheia de razão e outras achando graça do que aconteceu com o homem. A</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>tendenciosa</i> – possui carga semântica negativa e, com isso, ameaça a imagem positiva da mulher.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – marcador contra-argumentativo que introduz uma ressalva, a fim de negar seu discurso empático, o que demonstra, implicitamente, que o internauta não</p>

<p>médica (ironicamente, uma urologista) que ficou famosa por ter armado uma cilada para arrancar o pênis do marido está vivendo sua vida normalmente. Bolou todo um plano devido uma mera traição, e o que ouvi de 9 a cada 10 mulheres? "Achei que foi pouco!" Então essa coisa tendenciosa não se limita ao homem. Geralmente, cada um sempre puxa apenas pro lado que convém, independente de certo ou errado. As pessoas são assim, intelectualmente atrasadas, e principalmente hipócritas. [sic]</p>	<p>concorda com as ações da mulher.</p>
<p><b>CCA06</b> - Pra acabar com essas putinhas feministas que só querem falar merda na internet, essa ação justifica matar o cara? sério mesmo, um casal, que no caso você não tem a menor noção do que passa dentro da casa deles, qual o problema deles você sabe? nada justifica a ação... ambos estavam sobre o efeito de álcool. Com toda essa informação você tem a certeza de que ela estava certa? para de bostejar na internet, sua opinião é nula suas puta, não existe estupro em um relacionamento por apenas 1 motivo, estupro é contra a vontade total, todos temos nossos desejos e vontades. [sic]</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>putinhas, feministas, merda, bostejar, puta</i> – demonstram carga semântica depreciativa, o que faz uma representação negativa do grupo feminista.  <b>Modalizador:</b> <i>só</i> – introduz uma ideia de exclusão no discurso.</p>
<p><b>CCA07</b> - Puta que Pariu veio na boa, entendo o lado dela nessa briga... Agora estimular na mídia a idéia de que ela se defendeu de uma tentativa de estupro também é foda... Simplesmente pra continuar defendendo esse debate... Espero que ela arrume um bom advogado que a defenda e mostre precedentes de que realmente foi uma tentativa de estupro. [sic]</p>	<p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e</i> – soma argumentos a favor de uma mesma conclusão.  <b>Marcador discursivo:</b> <i>agora</i> – introduz um discurso com ideia adversativa.  <b>Modalizador:</b> <i>realmente</i> – indica uma qualificação cognitiva que o ator social faz sobre o indício de verdade da tentativa de estupro.  <b>Modalizador:</b> <i>entendo o lado dela</i> – a modalidade é expressa pelo verbo que indica a opinião ou crenças do ator social em relação a atitude da mulher.</p>
<p><b>CCA08</b> - Acho estranho isso de que a mulher negou sexo e o cara bateu nela, não falo que não aconteça porém é muito estranho, muito</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>estranho</i> – introduz uma ideia de dúvida em relação a ocorrência da violência contra a mulher, particularizando o caso.</p>

<p>estranho mesmo. [sic]</p>	<p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e</i> – estabelece uma relação de causa/consequência sobre a ação da mulher de negar sexo.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>porém</i> – marcador contra-argumentativo que introduz uma ressalva, demonstrando uma ideia de inversão ao argumento empático, utilizado anteriormente.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – insere uma estratégia de empatia aparente, na qual o internauta visa preservar a sua imagem socialmente em relação a existência da violência contra a mulher.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não falo que não aconteça</i> – introduz uma modalidade epistêmica subjetiva, a qual está relacionada a uma crença do ator social, atribuindo ao discurso um valor de possibilidade.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>muito</i> – modalidade que intensifica a ideia de dúvida em relação a veracidade da ocorrência da violência contra a mulher.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>mesmo</i> – reforça a crença que o ator social está defendendo no início do seu comentário.</p>
<p><b>CCA09</b> - Bom, eu discordo que vivemos em uma cultura do estupro e fico muito chateado em saber que atualmente casos de estupro ainda ocorre, mesmo com tanta reprovação da população.</p> <p>*Entendo que nesse caso a mulher em questão não queria transar, então não está errado colocar no título "negar sexo" tendo em vista esse ato a mulher deveria denunciar o abuso e se separar do cara, não que eu esteja o defendendo, afinal para esse tipo de atitude não tem defesa, mas precisava praticar o homicídio? [sic]</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>chateado</i> – faz uma representação positiva de si mesmo.</p> <p><b>Léxico:</b> <i>homicídio</i> – possui carga semântica negativa, o que apresenta a mulher negativamente devido a ação praticada por ela.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – marcador contra-argumentativo que demonstra a ideia de inversão ao argumento utilizado anteriormente pelo ator social de que ele não está defendendo o marido.</p> <p><b>Modalizadores:</b> <i>discordo, e fico muito, entendo</i> – a modalidade é expressa pelos verbos que indicam a opinião, crenças ou saber do ator social em relação ao evento que está sendo discutido.</p>
<p><b>CCA10</b> - Não, YYY, não é isso! Estupro é constranger alguém, mediante violência ou</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>necessita</i> – o internauta busca mitigar o estupro conjugal ao eufemizar tal ato como uma</p>

<p>grave ameaça, a ter conjunção carnal. Sexo faz parte das obrigações matrimoniais. Quando a mulher não tem ou perdeu o apetite sexual e o marido ainda necessita de sexo, penso eu, este deveria arranjar outra mulher que lhe desse carinho e sexo; contrariando a monogamia... sexo, YYY, é uma necessidade biológica, como o é a fome e a sede... [sic]</p>	<p>necessidade biológica masculina.  <b>Léxico:</b> <i>estupro</i> – ressignifica a palavra estupro, a fim de desenfaturar a ação negativa do marido em forçar sua esposa a fazer sexo.  <b>Marcador discursivo:</b> <i>ainda</i> – possui função de introduzir no discurso conteúdos pressupostos.  <b>Modalizador:</b> <i>não</i> – introduz no discurso a ideia de negação do ato, a fim de negar que houve estupro marital.</p>
<p><b>CCA11</b> - Matar é errado em qualquer situação, não tem argumento. [sic]</p>	<p><b>Modalizador:</b> <i>qualquer</i> – exclui o ato de legítima defesa como uma forma aceitável de assassinato, fazendo uma representação negativa da mulher que matou seu marido para se defender de uma tentativa de estupro marital.</p>
<p><b>CCA12</b> - Vcs tao chatas por isso nao existe mais casamento. Vcs estao a cada dia mais insuportaveis nao gosta de afazerem normais. [sic]</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>chatas, insuportáveis</i> - demonstram carga semântica negativa em relação ao grupo feminista.  <b>Léxico:</b> <i>normais</i> – considera o sexo como um afazer normal, obrigatório dentro do casamento.  <b>Marcador discursivo:</b> <i>por isso</i> – introduz uma conclusão relativa a argumentos apresentados anteriormente no discurso, ou seja, o fato de não existir mais casamento, de acordo com o ator social, se deve ao fato de as mulheres estarem chatas.</p>
<p><b>CCA13</b> - Se ela era casada, não ouve tentativa de estupro mesmo! [sic]</p>	<p><b>Marcador discursivo:</b> <i>se</i> – demonstra uma ideia de condição para a ocorrência do estupro.  <b>Modalizador:</b> <i>não</i> – modalidade objetiva, na qual o ator social baseia sua avaliação no conhecimento de situações relativas a um sistema de convenções morais e/ou sociais.  <b>Modalizador:</b> <i>mesmo</i> – evidencia o argumento apresentado pelo internauta, enfatizando seu discurso inicial de que não houve estupro.</p>
<p><b>CCA14</b> - Então, prova aí q foi legítima defesa! só a palavra dela não a torna. vítima, e eu apenas abri o leque de q nesse caso qualquer mulher pode matar o seu marido sob a alegação de estupro. [sic]</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>alegação, estupro</i> – desqualificam o depoimento da mulher, colocando em dúvida a real ocorrência da tentativa de estupro, a fim de vitimizar o agressor.  <b>Modalizadores:</b> <i>só, apenas</i> – introduzem uma ideia de exclusão no discurso.</p>

<p><b>CCA15</b> - Desde quando um marido precisa estuprar esposa? [sic]</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>marido, estupro, esposa</i> – demonstraram, por meio de uma crença socialmente compartilhada numa sociedade patriarcal e machista, que não existe estupro marital.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>desde quando</i> – refere-se a uma modalidade epistêmica objetiva, na qual o conhecimento sobre a não ocorrência do estupro marital está relacionado a uma crença socialmente compartilhada.</p>
<p><b>CCA16</b> - Claro que isso não tem base nenhuma e é uma histeria e inversão total da realidade. A mídia é feminista até o talo e quando sai 0,1% do script, leva marretada. Aliás, não há nenhuma prova, exceto o relato da homicida. [sic]</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>histeria, inversão, mídia, feminista</i> – demonstram carga semântica negativa em relação as ações do grupo social feminista.</p> <p><b>Léxico:</b> <i>homicida</i> – possui carga semântica negativa, o que apresenta a mulher negativamente devido a ação praticada por ela.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e</i> – soma argumentos a favor de uma mesma conclusão: apresentar duas ações negativas sobre as feministas, a fim de fazer uma representação negativa sobre esse grupo social.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – insere no discurso a ideia de negação do ato, a fim de negar que houve estupro marital.</p>
<p><b>CCA17</b> - A definição de marido e casamento que passei está no dicionário se não concordam vão lá protestar contra o Aurélio. Marido deve a esposa e a esposa ao marido em função da comunhão. Todos esses termos são previstos e aceitos no ato do casamento de forma ampla, lógico. Ou seja, não existe estupro em casamento. [sic]</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>marido, casamento, estupro</i> – demonstram, por meio de uma crença socialmente compartilhada numa sociedade patriarcal, que não existe estupro marital.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>se</i> – demonstra uma ideia de condição para a existência do estupro, baseada na definição do léxico “estupro” no dicionário Aurélio.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>ou seja</i> – introduz uma explicação sobre o argumento utilizado anteriormente no discurso.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – insere no discurso a ideia de negação do ato, a fim de negar que houve estupro marital.</p>
<p><b>CCA18</b> - YYY, segundo própria mulher ela passou a noite enchendo a cara com um</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>crime, bêbados, vagabundo</i> – demonstram carga semântica negativa em</p>

<p>homem que batia nela à 15 anos. O crime foi às cinco da madrugada, não vi na reportagem que ele tenha tentado fazer sexo na frente da filha, vi que eles se agrediram na frente dela, o título da reportagem é meramente sensacionalista.</p> <p>1-Temos um casal de bêbados brigando às cinco da madrugada na frente de uma criança.</p> <p>2-Se não prenderem essa mulher e derem a guarda da criança pra avó, adivinha o que vai acontecer?</p> <p>Resposta: A viúva alcoólatra vai arrumar outro vagabundo pior pra ajudar a criar a filha dela com MENOS respeito ainda. Se é para usar a palavra estupro fora de seu contexto, eu prefiro dizer que neste casamento caótico, quem estava sendo "estuprada" era a criança, a única inocente que estou vendo aí.</p> <p>[sic]</p>	<p>relação à mulher e suas ações. Tais escolhas corroboram para uma representação negativa da mulher.</p> <p><b>Léxico:</b> <i>sensacionalista</i> – desconsidera machista e sexista a manchete da notícia, definindo-a como sensacionalista.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>vi que</i> – pressupõe a introdução de uma ressalva no discurso do internauta, a fim de ameaçar a imagem da mulher em relação a veracidade de seu depoimento.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>se</i> – reforça a opinião do internauta, por meio de uma crença socialmente compartilhada numa sociedade patriarcal, que não existe estupro marital.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – introduz no discurso a ideia de negação do ato, a fim de negar que houve estupro marital.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>meramente</i> – modalização que desqualifica a construção da manchete da notícia como um discurso patriarcal, machista e sexista.</p> <p><b>Expressão multimodal:</b> <i>MENOS</i> – o destaque no tamanho da fonte objetiva enfatizar, implicitamente, que a mulher é uma mãe irresponsável, que não sabe selecionar seus companheiros. Tal estratégia faz uma representação negativa dela como mãe.</p> <p><b>Expressão multimodal:</b> <i>“estuprada”</i> – a utilização das aspas na palavra <i>estuprada</i> pressupõe a noção de dúvida em relação ao ocorrido, uma vez que o internauta não considera a existência de estupro marital.</p>
<p><b>CCA19</b> - Ué, na sua opinião sempre que alguma mulher for coagida a fazer sexo com o companheiro ela deverá matá-lo? É isso mesmo? E o divórcio/pensão/delegacia servem pra quê? Embora a atitude do marido seja injustificável e criminosa, a reação dessa moça foi desproporcional. Ninguém se mantém em</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>injustificável, criminosa, desproporcional</i> – tais léxicos introduzem uma polarização discursiva no comentário, uma vez que o internauta desenfatura a ação negativa do homem, enfatizando a reação da mulher por meio da palavra <i>desproporcional</i>. Isto é, embora a ação do marido seja negativa, a mulher teve</p>

<p>um casamento obrigada hj em dia. [sic]</p>	<p>uma reação ainda pior que a dele.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>embora</i> – introduz uma estratégia de antecipação, isto é, o ator social anuncia de antemão que o argumento introduzido por esse marcador discursivo vai ser anulado. Isso ocorre, principalmente, porque, o internauta, ao fazer perguntas retóricas no início do comentário, deixa pistas de que não concorda com a atitude da mulher.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>mesmo</i> – evidencia o argumento apresentado pelo internauta, enfatizando seu discurso inicial.</p>
<p><b>CCA20</b> - porra mas o cara n era marido dela? gente, ela n matou um estuprador na rua, ela matou O MARIDO DELA, pq não quis fazer amor com quem supostamente é o homem da vida dela. [sic]</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>marido</i> – ao fazer essa escolha lexical, o eu-mesmo demonstra, por meio de uma crença socialmente compartilhada numa sociedade patriarcal e machista, que não existe estupro marital devido ao fato de fazer tal associação ao significado do léxico <i>marido</i>.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>supostamente</i> – marca o discurso como provável.</p> <p><b>Expressão multimodal:</b> <i>O MARIDO DELA</i> – o realce do tamanho da fonte chama a atenção para o grau de familiaridade entre os atores sociais envolvidos no evento. O internauta busca fazer uma representação negativa da mulher ao destacar que a mulher não matou um estuprador na rua, mas sim o seu marido.</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora.<sup>14</sup>

Conforme visto na tabela 2, constatamos algumas estruturas do discurso que apontam para uma *negação aparente*. Isso ocorre devido ao fato de o internauta iniciar seu comentário demonstrando uma ideia de concordância com a atitude da mulher que matou o marido, mas, logo em seguida, utilizar argumentos contrários à defesa dela, como é possível verificar no CCA01:

<sup>14</sup> Embora saibamos que exista outras categorias para identificar a polarização discursiva nos comentários, mostramos, nessa tabela, a fim de didatizar a leitura, as categorias de análise que selecionamos para este estudo.

CCA01 – A história e contata por aqueles que venceram. Não que eu seja contra a defesa dela, mas será mesmo que existiu o tal "estupro", ou ela premeditou o assassinato do marido? [sic] (grifos nossos).

Nesse comentário, a partir de uma análise semântica mais local da construção oracional, é possível reconhecer o uso da ressalva como estrutura discursiva para materialização da polarização discursiva. Ou seja, ao iniciar seu comentário, o ator social utiliza um argumento aparentemente irrefutável e ao mesmo tempo irônico. Ao dizer que o acontecimento sobre o qual se fala (a história) é contado (narrado) por “aqueles que venceram”, ele deixa claro que “vencer” significa estar vivo. Decerto que, uma vez que o homem foi morto, a voz que narra os fatos é a da mulher que sobreviveu, sendo, portanto, a vencedora. Esse argumento é, então, marcado pela ironia e pela inferência de que só a mulher pode investir em uma narrativa, cujo objetivo é a representação positiva de si mesmo, invalidando completamente a voz do homem que está morto, condição que inviabiliza que este defenda sua imagem perante a sociedade.

Nessa mesma perspectiva analítica, a oração seguinte é iniciada por uma *negação aparente*, um tipo de ressalva que, supostamente, demonstra que o ator social do comentário concorda com a imagem positiva criada pela mulher ao narrar os fatos e se defender: “**não** que eu seja contra a defesa dela”. No entanto, parece-nos que a preocupação dele é preservar sua própria imagem, já que a oração seguinte é iniciada com um contra-argumento pelo uso do marcador contra-argumentativo **mas**, criando uma inversão da representação positiva de si mesmo para a representação negativa da mulher.

Nessa perspectiva, podemos dizer que essa estratégia funciona como uma apresentação positiva de si, visto que o ator social demonstra ser conivente com a atitude da mulher, entretanto, depois se contrapõe, utilizando proposições que destacam uma negação do seu discurso inicial.

Na sequência do comentário, é possível perceber também uma *negação sutil* por meio do pronome anafórico **o tal**, que, nesse caso, exerce função de adjetivo avaliativo por denotar sentido de suposição (o suposto estupro), reforçando o argumento que o internauta está defendendo. Em decorrência de esse qualificador

propor indícios de hipótese e/ou argumento falso, seu uso coloca em dúvida a ação do estupro, bem como a voz de quem conta o fato.

Além disso, para reforçar a ideia de dúvida sobre a ação do agressor, o internauta utiliza aspas na palavra **estupro**, que, conforme estudado no capítulo 3, é uma expressão multimodal, também pressupondo dúvida por parte do ator social, o qual busca negar a ação do agressor se distanciando de tal afirmação. Dessa forma, é possível observar que, ao utilizar essas estruturas discursivas na construção de seu comentário, o eu-mesmo parece destacar, implicitamente, que se trata de uma acusação sem fundamento e, por isso, usa a palavra que expressa o ato praticado, ou seja, o estupro marital, como palavra de outrem, negando, portanto, que tenha qualquer crença ou responsabilidade na enunciação da palavra.

De forma semelhante, o uso do modalizador **mesmo** cria uma ideia de dúvida no que concerne à ação do agressor em relação à ocorrência do estupro. Assim, van Dijk (2012b) esclarece que essa estrutura discursiva demonstra não só a forma como os eventos são representados nos modelos mentais, mas também os papéis e a identidade dos participantes, isto é, as propriedades contextuais. Em outras palavras, tais proposições sobre os participantes são construídas em relação à forma com que os modelos mentais do eu-mesmo os representam nos modelos de contexto.

Ainda nesse comentário, o ator social busca colocar em dúvida mais uma vez a ocorrência do estupro por meio da atenuação das ações negativas do agressor. Para tanto, utiliza o marcador discursivo **ou**, a fim de relacionar duas proposições: 1) “mas será mesmo que existiu o tal ‘estupro’”; 2) “ou ela premeditou o assassinato do marido”. Essa estratégia transmite uma ideia aparente de que há uma dupla possibilidade de interpretar o acontecimento. Ao utilizar esse mecanismo discursivo, percebemos que a intenção do ator social é apagar a primeira alternativa e colocar em destaque a segunda proposição. Com isso, o internauta busca desenfatar os aspectos negativos do homem e enfatizar os aspectos negativos da mulher, polarizando, assim, o seu discurso.

Desse modo, os modelos de contexto subjetivos são percebidos no comentário do internauta, justamente pela interface entre a cognição pessoal (modelo mental de

evento do internauta) e a cognição social dos modelos mentais contextuais (pragmáticos) sobre a relação entre homem e mulher em nossa sociedade. São, portanto, os modelos de contexto das ideologias patriarcais, disseminadas socialmente, na defesa de que o casamento confere à mulher o dever de obediência ao marido e a obrigatoriedade do sexo e, por isso, a crença de que não existe estupro marital. Nesse sentido, embora inicialmente o internauta tenha afirmado não ser contra a defesa da mulher, utiliza, logo em seguida, argumentos contrários a tal afirmação, colocando em dúvida o discurso daquela a que se refere.

Em consonância com Tomazi (2014b, p. 203), entende-se que o discurso defendido no comentário “desvelou a organização polarizada a nossa sociedade no que se refere às relações de gênero”, e, sob tal conjectura, a voz do internauta ressoa e se materializa em outras vozes de atores sociais: a voz do homem machista cujas crenças patriarcais ainda responsabilizam e acusam a mulher como responsável pelas agressões que sofre, inclusive as sexuais.

Em suma, percebemos, a partir da construção discursiva desse comentário, que o internauta busca disseminar, por meio dos modelos mentais, crenças que apontam para uma ideologia patriarcal e machista de que não existe estupro marital. Contudo, conforme abordado no capítulo 2 desta dissertação, Ferraz (2001) destaca que o fato de o casal dividir o mesmo teto não dá ao homem o direito de forçar a sua esposa a ter relação sexual com ele. No entanto, essas crenças, por já estarem cristalizadas no meio social, colaboram para que a mulher seja colocada em um nível de inferioridade ao homem, o que acarreta na falta de credibilidade ao discurso feminino e na subjugação desse gênero.

De maneira semelhante, outro comentário que também utiliza estruturas discursivas apontando para uma *negação aparente* é o CCA02, como é possível verificar abaixo:

**CCA02 – Não odeio feminismo, só acho patético varias feministas que se dizem lutar por igualdade mas que na verdade lutam apenas pela "igualdade" que lhes convém(que acaba sendo uma luta por privilégio), minimizam e banalizam qualquer sexismo/opressão que o homem sofre, que acaba sendo mto hipocrisia da parte delas pq elas ficam puta quando os homens fazem o mesmo com os problemas delas, é simplesmente patético [sic] (grifos nossos).**

Nesse comentário, o internauta afirma, em um primeiro momento, não odiar o feminismo. No entanto, logo em seguida, chama-nos a atenção a forma como o eu-mesmo prossegue com seu discurso, uma vez que no excerto “só acho patético varias [sic] feministas que se dizem lutar por igualdade”, o marcador contra-argumentativo **mas** parece estar inserido, implicitamente, no modalizador **só**, uma vez que pressupõe a ideia de estar relacionando contraditoriamente duas proposições: 1) “Não odeio feminismo”; 2) “só acho patético varias [sic] feministas que se dizem lutar por igualdade”.

Em uma análise semântica mais local do excerto “só acho patético varias [sic] feministas que se dizem lutar por igualdade”, é interessante destacar que a noção pejorativa marcada pelo uso da palavra **patético** parece estar associada ao quantificador **várias**, que, aparentemente, se refere a algumas feministas (e não a todas). Além disso, ao utilizar a marca conversacional **se dizem**, o internauta busca realizar uma representação negativa do exogrupo, ao colocar em dúvida a luta feminista.

A partir disso, percebemos que os argumentos do internauta apontam para uma polarização discursiva, uma vez que ele faz uma apresentação positiva de si, demonstrando não ser contra o feminismo. Contudo, ao utilizar o mecanismo discursivo **só**, que cria uma modalização de exclusão no discurso, concentra-se em destacar características negativas do Outro, opondo-se à primeira parte positiva. Consequentemente, essa estrutura discursiva aponta para uma *negação aparente*, na qual o eu-mesmo inicia seu comentário aparentemente de concordância com a atitude da mulher, no entanto, logo em seguida, faz o uso de argumentos contrários ao seu discurso inicial.

Ainda nesse comentário, é importante destacar que o uso do conectivo **na verdade** parece não atuar como um simples conector sequencial, mas como um reformulador de ideias. Assim, o ator social não apenas retoma o argumento de que as feministas não lutam por igualdade como também reforça essa ideia defendida por ele. Consoante a Cunha & Marinho (2017), o ator social realiza uma revisão de seus argumentos, embora não apague a oração anterior, isto é, ele faz uma reformulação, reforçando seus argumentos, a fim de persuadir seu leitor. Com isso, coloca em

dúvida o objetivo de igualdade da luta feminista, ameaçando, de tal modo, a imagem desse grupo social.

Além disso, ao utilizar a expressão multimodal aspas na palavra **igualdade**, o internauta reproduz uma *negação sutil*, a fim de demonstrar, implicitamente, dúvida diante da luta feminista, a qual busca a igualdade entre os gêneros e também uma nova forma do homem e da mulher se relacionarem socialmente. Desse modo, o uso das aspas parece funcionar como um recurso discursivo que, nesse caso, não atua como um simples mecanismo para reproduzir a fala de outrem, mas como uma estratégia discursiva que sinaliza dúvida quanto aos objetivos da luta feminista.

Por conseguinte, ainda que o ator social relaciona a palavra **igualdade** a privilégio, resignificando esse termo. Em função disso, busca desqualificar mais uma vez o significado real da luta feminista, alegando que esse grupo social luta apenas pelo que lhe convém. Para tanto, utiliza o conector **e**, a fim de somar duas ações negativas: 1) *minimizar*; 2) *banalizar*. Nesse contexto discursivo, essas palavras atribuem significados negativos, uma vez que possuem sentido, respectivamente, de *reduzir e tornar algo banal*. Isto é, o ator social tenta, mais uma vez, construir uma imagem negativa das feministas, afirmando que elas lutam por privilégio e não se importam com a violência que os homens também sofrem. Ao utilizar esses argumentos, o eu-mesmo emprega uma estratégia de *reversão* ao inverter a culpa de tais ações, direcionando-a ao grupo feminista, e, com isso, vitimiza o grupo social masculino.

Além da *negação aparente*, encontramos nos comentários outros tipos de negação que versam para uma ideia contrária à defesa da vítima, como a *empatia aparente*. Nesses comentários, o eu-mesmo demonstra apoio à vítima, mas, logo em seguida, desconstrói seu discurso com argumentos contrários, demonstrando não concordar com as atitudes dela, como é possível perceber no CCA03:

CCA03 – YYY, eu **não** passei o que ela passou, no lugar dela eu **poderia ter feito** o mesmo é **totalmente compreensível, mas assim**, outra coisa que eu não tinha pensado é que só temos o **lado** dela da história o dele não, **até pq né...** [sic] (grifos nossos).

Ao iniciar o comentário, o ator social utiliza um discurso que, aparentemente, demonstra empatia à atitude da vítima. No entanto, esse argumento é logo

desconstruído pela modalização discursiva **poderia ter feito**, a qual indica ideia de possibilidade. Nesse sentido, a partir de uma análise semântica local do comentário, percebemos que, ao utilizar essa expressão modalizadora, o eu-mesmo parece tentar minimizar seu discurso ao criar um argumento com sentido de possibilidade. Assim, percebemos que essa construção discursiva diz respeito a uma tentativa de fazer uma representação positiva de si mesmo.

Essa manutenção de preservação da imagem ocorre devido ao fato de, logo em seguida, o internauta utilizar o marcador contra-argumentativo **mas** para fazer uma ressalva em reação ao que foi dito anteriormente. E, ao introduzir outra ideia, o ator social anula a primeira oração: 1) “no lugar dela eu poderia ter feito o mesmo é totalmente compreensível” [sic], e coloca em primeiro plano a segunda oração: 2) “outra coisa que eu não tinha pensado é que só temos o lado dela da história o dele não” [sic].

Ao final do excerto “**só** temos o **lado** dela da história o dele não, **até pq né..**” [sic], é sinalizado por uma marca conversacional que expressa sentido de ironia. O internauta busca enfatizar que não é possível ouvir a versão do homem pelo fato de ele estar morto, o que ameaça a imagem positiva da mulher, visto que ele foi assassinado por ela. Ao utilizar o modalizador **só** para se referir à declaração da vítima, o eu-mesmo coloca em dúvida o discurso dela, uma vez que, semanticamente, esse mecanismo discursivo possui sentido de *somente*, o que cria uma ideia de exclusão. Sob tal perspectiva, parece que a versão declarada pela vítima não é o suficiente para provar que ela sofreu a violência de tentativa de estupro. Com isso, o internauta invalida o discurso da mulher e coloca a declaração do agressor como algo necessário, indispensável para comprovar tal violência.

Além disso, é interessante destacar ainda que, na estrutura discursiva “só temos o lado dela da história o dele não” [sic], percebemos que a utilização da palavra **lado**, caracteriza-se como um ordenador de abertura, apontando para uma divisão de grupos, o que reforça a polarização discursiva no comentário do internauta. Nesse caso, ao ser ressaltado pelo internauta que só há o lado (depoimento) da mulher na história, percebemos uma tentativa de vitimização do homem, isto é, a tentativa de desenfatar os aspectos ruins intragrupal, uma vez que, por o sujeito estar morto,

não teria a oportunidade de se “defender” da acusação de tentativa de estupro, por não existir o lado dele na história.

Por fim, embora o ator social tenha iniciado seu discurso demonstrando compreensão e apoio à atitude da mulher que matou seu marido ao se defender de uma tentativa de estupro, ele utiliza, logo em seguida, uma ressalva para negar seu discurso inicial. Tal estratégia está relacionada à cognição social dos modelos mentais do eu-mesmo, segundo a qual o casamento confere à mulher obrigatoriedade sexual. Dessa maneira, a ideologia machista e patriarcal propagada socialmente contribui para que a mulher seja representada, discursivamente, de maneira estereotipada, por meio dos modelos de contexto do internauta.

Sendo assim, o descrédito dado ao depoimento da mulher não está atrelado ao fato de não se ter acesso à versão do homem por ele estar morto, mas ao nível histórico e cultural de inferioridade no tratamento dado ao gênero feminino, o qual está associado a uma ideologia patriarcal, em que a mulher é vista sob uma perspectiva de *dominância*. Conforme abordam Ostermann e Fontana (2010), isso diz respeito ao *status* inferior dado à conversação da mulher em relação à prática de dominância social, isto é, à relação de poder do homem sobre a mulher.

Outro comentário que também utiliza estruturas discursivas que apontam para uma estratégia de *empatia aparente* é o CCA05, conforme é possível verificar a seguir:

CCA05 – Concordo que o cara estava todo errado, **mas** isso de que a mídia sempre manipula a favor dos homens é balela. Se desenterrarmos qualquer tópico de violência mulher > homem, o que encontraremos é a mulher saindo cheia de razão e outras achando graça do que aconteceu com o homem. A médica (ironicamente, uma **urologista**) que ficou famosa por ter armado uma cilada para arrancar o pênis do marido está vivendo sua vida normalmente. Bolou todo um plano devido uma mera traição, e o que ouvi de 9 a cada 10 mulheres? "Achei que foi pouco!" Então essa coisa **tendenciosa** não se limita ao homem. Geralmente, cada um **sempre** puxa apenas pro lado que convém, independente de certo ou errado. As pessoas são assim, intelectualmente atrasadas, e principalmente hipócritas [sic] (grifos nossos).

Ao analisar esse comentário, identificamos em sua materialidade discursiva que o internauta faz uso de uma estratégia discursiva nomeada por van Dijk (2012a) como *empatia aparente*. Constatamos isso a partir de uma análise semântica local da construção oracional, que nos permite reconhecer uma ressalva, o que aponta para uma semântica global ao constituir uma polarização discursiva. Isto é, ao iniciar seu

comentário, o ator social busca demonstrar empatia para com a mulher que matou seu marido na tentativa de se defender de um estupro marital. Para tanto, o autor do comentário ameaça a imagem do agressor, ressaltando que ele “estava todo errado”. Contudo, logo em seguida, o eu-mesmo utiliza um contra-argumento pelo uso do marcador discursivo **mas**, a fim de negar seu discurso empático, o que demonstra, implicitamente, que ele não concorda com as ações da mulher.

Na sequência, o ator social utiliza uma proposição que aponta para uma semântica local, com o quantificador **sempre**, a fim de negar a generalização de que a mídia fica sempre a favor dos homens, tentando, assim, vitimizar esse grupo social. Para dar credibilidade a esse argumento, cita o caso da médica que, ao descobrir a traição de seu marido, amputou o pênis dele. Ao citar esse evento, percebe-se que o ator social realiza uma estratégia de *reversão*, transferindo a culpa para a mulher e, simultaneamente, minimizando as ações negativas do homem, a fim de vitimizá-lo.

Além disso, a escolha lexical utilizada ao se referir à acusada reforça a ocupação profissional dela, urologista, com o intuito de destacar que não se trata de qualquer profissão. Isto é, o ator social busca destacar que a médica se aproveitou da sua competência profissional para praticar tal ação. Nesse sentido, busca, no excerto “Então essa coisa tendenciosa não se limita ao homem”, destacar que a mulher não é inocente e, para isso, utiliza o adjetivo avaliativo **tendenciosa**, com o objetivo de comprovar seu argumento.

É interessante destacar que, com a análise de nossa amostra, percebe-se que essa mesma evidência aparece em outros comentários, tais como: CCA04, CCA06, CCA07, CCA08 e CCA09.

Conforme comentado anteriormente, encontramos em nosso *corpus* de pesquisa outros tipos de negação nos comentários que versam para uma ideia contrária à defesa da vítima, como a *negação do ato*. Nesses comentários, o ator social nega a ocorrência da tentativa de estupro, embasado no argumento de que não existe estupro marital, como é possível perceber no CCA10:

CCA10 – **Não**, YYY, **não** é isso! Estupro é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal. Sexo faz parte das obrigações matrimoniais. Quando a mulher não tem ou perdeu o apetite sexual e o marido **ainda necessita** de sexo, penso eu, este deveria arranjar

outra mulher que lhe desse carinho e sexo; contrariando a monogamia... sexo, YYY, é uma necessidade biológica, como o é a fome e a sede... [sic] (grifos nossos).

Nesse comentário, nos chama a atenção a estrutura discursiva utilizada pelo internauta ao fazer, logo no início do comentário, uma proposição que aponta para uma estratégia de *negação do ato*, a fim de negar que houve estupro marital. Para tanto, o ator social se apoia na Lei 12015/2009, Lei do estupro, para sustentar seus argumentos de que não ocorreu esse crime. Nesse caso, tal justificativa, baseada em um discurso jurídico, colabora com uma representação negativa da mulher, além de também realçar a culpa dela em não se submeter, naquele momento, a ter uma relação sexual com seu esposo.

Ao justificar seu argumento de que não houve estupro, o internauta deixa claro no excerto “Sexo faz parte das obrigações matrimoniais” que seus modelos de contexto compartilham de uma visão ideológica estereotipada de que não existe estupro marital, uma vez que, no âmbito social, a prática sexual é considerada obrigatória em relacionamentos conjugais. Isso se deve ao fato de esses valores e crenças patriarcais e machistas estarem cristalizados socialmente e, com isso, determinarem que a mulher seja submissa ao seu esposo e lhe dê obediência. No entanto, conforme afirma Jesus (2002), o matrimônio não configura ao homem o direito de forçar a mulher ao ato sexual, empregando a ela a violência física em caso de recusa, como aconteceu no evento em questão.

Ao analisar semanticamente a proposição sequencial temporal **ainda**, a qual antecede a palavra **necessita**, percebe-se que essa construção discursiva aponta para uma semântica mais global, uma vez que o internauta busca desenfatar os aspectos negativos do grupo social masculino ao tentar ressignificar a palavra **estupro**. Isso ocorre devido ao fato de a palavra **necessita** remeter à ideia de *precisar* ou *carecer de algo*. Por meio disso, o eu-mesmo busca mitigar o estupro conjugal ao eufemizar tal ato como uma necessidade masculina. Além disso, na sequência de seu discurso, o ator social transfere a culpa de uma possível traição para o grupo social feminino, caso a mulher perca o desejo sexual. Ou seja, o internauta dissemina a ideia de que o grupo social masculino não consegue controlar os seus desejos, por isso, a mulher não deve estar disposta somente a

servi-lo, mas também precisa estar preparada para uma suposta traição, caso não atenda aos desejos sexuais do marido.

Assim, podemos identificar, a partir das categorias discursivas, que o discurso produzido pelo internauta apoia-se em uma polarização discursiva, pois, ao mesmo tempo em que o eu-mesmo faz uma representação social negativa da mulher, por colocar em evidência a sua integridade social e moral, também faz uma representação positiva do homem, ao destacar o sexo masculino como a parte superior da relação conjugal.

De modo semelhante, no CCA13 também identificamos categorias discursivas que contribuem para a *negação do ato*, isto é, a negação de que ocorreu uma tentativa de estupro, como veremos na análise a seguir:

CCA13 – **Se** ela era casada, **não** houve tentativa de estupro **mesmo!** [sic] (grifos nossos).

Nesse comentário, chama a atenção a estrutura discursiva utilizada pelo internauta ao fazer uso da proposição condicional **se**, que aponta para uma coerência referencial, uma vez que a ideia de matrimônio que o ator social possui em seus modelos mentais está associada às crenças de que o sexo faz parte das obrigações conjugais.

Esse argumento contribui para minimizar a responsabilidade do agressor e para culpar a mulher, reforçando o estereótipo de que não existe estupro marital. Como podemos identificar no discurso, o internauta utiliza o modalizador **não** a fim de negar que houve estupro, uma vez que a mulher era casada. A utilização desse mecanismo discursivo caracteriza o comentário do eu-mesmo como uma *negação do ato*. Ao fazer isso, o ator social desenfatura as ações negativas do agressor, transferindo a culpa para a vítima, o que ocasiona uma polarização discursiva.

Além disso, ao final do comentário, o internauta utiliza o modalizador **mesmo**, relacionando o evento aos seus modelos mentais, com o objetivo de evidenciar argumentos e dar credibilidade ao seu discurso inicial de que realmente não houve estupro. Podemos dizer, então, que essas estruturas discursivas não foram

construídas por acaso no comentário, pois exprimem as verdadeiras intenções, valores, propósitos e conhecimentos do internauta com relação à informação.

Nessa acepção, o internauta faz uma interface entre a cognição pessoal e social, deixando explícitas crenças que reforçam a ideia de que não existe estupro marital. Isto é, essa ideia é resultado de uma sociedade patriarcal e machista que determina as ações e o comportamento da mulher no meio social. Trata-se, portanto, de um conjunto de crenças que corroboram para a violência contra a mulher, uma vez que esta é tratada como propriedade do marido e, por isso, deve se submeter aos desmandos dele.

Ao analisar nossa amostra, percebe-se que essa evidência aparece em outros comentários, tais como: CCA11, CCA12, CCA14, CCA15, CCA16, CCA17, CCA18, CCA19 e CCA20.

No próximo tópico, analisaremos os comentários que versam para um posicionamento a favor da atitude da mulher, vítima de violência doméstica.

## 6.2 ESTRUTURAS DO DISCURSO QUE APONTAM PARA UMA POLARIZAÇÃO DISCURSIVA DOS COMENTÁRIOS A FAVOR DA MULHER

Para compreender melhor a análise deste tópico, construímos a tabela 3 a fim de destacar as estruturas discursivas encontradas nos comentários a favor da mulher, bem como a ocorrência das estratégias discursivas utilizadas pelos internautas que apontam para uma polarização.

Tabela 3: Estruturas discursivas encontradas nos comentários a favor da mulher.

<b>COMENTÁRIOS A FAVOR DA MULHER</b>	
<b>COMENTÁRIOS</b>	<b>ESTRUTURAS DISCURSIVAS ENCONTRADAS</b>
<b>CAF01</b> - YYY, não sou eu que determino quando é estupro ou não, é a lei. Sexo sem consentimento é caracterizado como estupro, independente se você conhece ou	<b>Léxico:</b> <i>estupro</i> – introduz uma representação negativa do marido, afirmando, por meio da Lei, que sua ação se configura como uma tentativa de estupro.

<p>não a pessoa, se é namorado(a), casado(a) e etc. (Artigo 213 do código penal). [sic]</p>	<p><b>Léxico:</b> <i>lei</i> – a utilização desse léxico insere a transferência da responsabilidade da definição de estupro para um discurso de autoridade.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>quando</i> – exprime uma marca temporal entre os seguimentos do discurso, a fim de demonstrar que a determinação para o estupro é dada pela Lei e não pelo ator social.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>ou</i> – introduz argumentos de alternância, levando a conclusão de que a ação do marido se configura como tentativa de estupro.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – insere uma negação do ato, a fim de justificar a ocorrência do estupro marital por meio da Lei.</p>
<p><b>CAF02</b> - Aqui a questão não é se o homicídio foi "certo" ou errado. Ela sofreu uma tentativa de estupro, com o agravante de agressões físicas. Essa foi a única maneira que pôde se defender naquele momento. A vítima nunca tem culpa. Parem que tá feio. [sic]</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>errado, vítima, culpa, feio</i> – a utilização desses léxicos no discurso faz uma representação positiva da mulher.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>ou</i> – introduz argumentos de alternância, levando a conclusões opostas.</p> <p><b>Expressão multimodal:</b> <i>“certo”</i> – a utilização das aspas na palavra <i>certo</i> pressupõe um distanciamento do ator social em relação ao julgamento moral em relação a ação da mulher.</p>
<p><b>CAF03</b> - Legítima defesa... simples... não é bandida. Ela matou o bandido pra se defender. Instinto de defesa... compreensível e tem que ser beneficiada pelo que diz a lei, nesses casos. Podem resmungar a vontade. Mas ela continua sendo vítima, apesar de tudo. Foi levada a praticar um crime, pra se defender de um estuprador. Compreensível. Ne todas tem essa chance. [sic]</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>bandido, estuprador</i> – possuem carga semântica depreciativa, o que insere uma representação negativa do ator social.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>e tem que</i> – introduz uma modalidade deontica com sentido de obrigação moral, interna, ditada pela consciência.</p>
<p><b>CAF04</b> - O que me basta é apenas rir mesmo. Não se trata se feminismo, se trata de humanidade. O marido tentou estupra-la e depois a agrediu. Eu realmente não entendo a crueldade de certas pessoas, que não entendem esse tipo de situação, e ainda vem expressar esse tipo de barbaridade e discurso de ódio. Para quem está apoiando o agressor, sinto-lhe informar, mas você é</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>barbaridade, agressor, desprezível, nojento, incrédulo, impiedoso</i> – demonstram carga semântica depreciativa em relação ao exogrupo, a fim realizar uma representação negativa do outro.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e, e ainda</i> – soma argumentos a favor de uma mesma conclusão: apresentar duas ações negativas.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – contrapõe ao argumento anterior, orientando o ator social para</p>

<p>desprezível, nojento, incrédulo e impiedoso. Se você não compreende nem isso, você não pode viver em sociedade, nem em nenhum lugar. <i>[sic]</i></p>	<p>uma conclusão contrária. <b>Modalizador:</b> <i>apenas</i> – introduz uma ideia de exclusão no discurso.</p>
<p><b>CAF05</b> - Se foi legítima defesa não foi "errado", na legítima defesa a vítima reage justamente porque é a única maneira de se defender, matar é uma consequência possível mas não desejada. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxico:</b> <i>vítima</i> – faz uma apresentação positiva da mulher. <b>Léxico:</b> <i>consequência</i> – relaciona a atitude da mulher como reação de legítima defesa não desejada, mas precisa. <b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – contrapõe ao argumento anterior, orientando o ator social para uma conclusão contrária. <b>Expressão multimodal:</b> “errado” – a utilização das aspas na palavra <i>errado</i> demonstra que o ator social relaciona a legítima defesa à ação da mulher e, com isso, considera juridicamente correta.</p>
<p><b>CAF06</b> - Ninguém possui ninguém, não existe dono do outro, não somos propriedades. Se não há acordo entre os dois, é estupro sim!! Seja no casamento, namoro, amizade colorida e afins. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxico:</b> <i>estupro</i> – introduz uma representação negativa do marido, afirmando que existe estupro marital. <b>Modalizadores:</b> <i>se, sim</i> – modalidade objetiva, na qual o ator social se baseia em suas crenças e na sua avaliação diante do conhecimento de situações concebidas em uma realidade hipotética.</p>
<p><b>CAF07</b> - É muito fácil julgar a mulher sem conhecer historia do casal. E tb se ela chegou a esse ponto, certamente teve um motivo muito forte. E homens (YYY) não é porque uma mulher é casada com um homem que ela é obrigada a fazer sexo com ele, tem de haver consenso, consentimento, se não é estupro. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>estupro, consentimento</i> – demonstra concordar que existe estupro marital. <b>Modalizadores:</b> <i>se, certamente, muito</i> – modalizadores epistêmicos que manifestam certeza sobre um determinado evento.</p>
<p><b>CAF08</b> - Isso é ridículo essa palhaçada de tentar minimizar a culpa do homem sempre...se é Não é não e pronto acabou! <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>ridículo, palhaçada, minimizar</i> – demonstram carga semântica negativa em relação ao exogrupo e suas ações. Tais escolhas corroboram para uma representação negativa do grupo social masculino.</p>
<p><b>CAF09</b> - Não ser consensual é estupro de qualquer maneira. O fato dele ser marido não torna menos estupro. Ridículo. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>estupro, marido</i> – relaciona os dois léxicos, a fim de demonstrar concordar que existe estupro marital.</p>
<p><b>CAF10</b> - Ela nem deveria ter sido presa.</p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>presa, criminoso, defender</i> – minimizam a</p>

<p>No artigo que fala sobre legítima defesa diz que não é criminoso quem mata para se defender. <i>[sic]</i></p>	<p>culpa da mulher em relação a sua ação, o que introduz uma representação positiva de sua imagem.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>nem deveria ter sido</i> – modalidade deôntica, que se situa em uma obrigação dada pelas crenças do internauta.</p>
<p><b>CAF11</b> - Definição de estupro: "crime que consiste no constrangimento a relações sexuais por meio de violência; violação". Não tem nada falando ali que se for o marido não é estupro ou que se não for denunciado deixa de ser também. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>marido, estupro</i> – relaciona os dois léxicos, a fim de demonstrar concordar que existe estupro marital.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>ou</i> – introduz argumentos de alternância, levando a conclusões opostas.</p>
<p><b>CAF12</b> - Não é porque existe um relacionamento contratual dado pelo casamento que ele irá garantir sexo entre os envolvidos. A mulher quando não respeitada pode sim ser violentada sexualmente dentro de uma relação seja qual for. Sexo deve ser feito com consentimento. Errada a moça em matar, mas errado o jornal em não classificar a tentativa de estupro e o ato como legítima defesa da mulher. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>violentada, sexualmente, consentimento</i> – relaciona os léxicos, a fim de demonstrar concordar que existe estupro marital.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – contrapõe ao argumento anterior, orientando o ator social para uma conclusão contrária, inserindo, assim, uma representação negativa do jornal.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e</i> – soma argumentos a favor de uma mesma conclusão: apresentar duas ações.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>não</i> – modalidade que insere uma justificativa para a ocorrência do estupro marital.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>deve ser feito</i> – modalidade deôntica, que se situa em uma obrigação dada pelas crenças do internauta.</p>
<p><b>CAF13</b> - YYY Exatamente. As pessoas acham que, só porque a mulher está casada com o homem, que ela tem obrigação de ter relações sexuais com ele a qualquer momento. Se ela está casada, então, ela deve sexo ao marido. Mas isso não é verdade: se uma mulher casada NÃO está disposta a fazer sexo POR ALGUM MOTIVO, ela tem o direito de negar sexo. E se o marido insistir, então ele estará tentando estuprar a mulher, porque forçar sexo é estupro. Ninguém tem o direito de</p>	<p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – contrapõe ao argumento anterior, orientando o ator social para uma conclusão contrária.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>nem mesmo</i> – assinala um argumento mais forte no discurso com sentido negativo.</p> <p><b>Modalizadores:</b> <i>só</i> – introduz uma ideia de exclusão no discurso.</p> <p><b>Expressões multimodais:</b> <i>POR ALGUM MOTIVO, NÃO</i> – o destaque no tamanho da fonte objetiva enfatizar que a mulher não é obrigada a satisfazer os desejos sexuais do seu marido quando não</p>

<p>obrigar outra pessoa a ter uma relação sexual, nem mesmo se estiver casado. Existe estupro em casamentos sim, quando a mulher não queria sexo de jeito nenhum e o marido forçou. <i>[sic]</i></p>	<p>quer.</p>
<p><b>CAF14</b> - Também sou totalmente contra a morte YYY, não importa o caso. Porém nesta situação até eu tenho de admitir que ela não tinha o que fazer. Provavelmente estavam em casa, ele mais forte que ela. Se ela não tivesse feito isso eu não vejo outra maneira dela sair da situação. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Marcador discursivo:</b> <i>porém</i> – contrapõe ao argumento anterior, orientando o ator social para uma conclusão contrária.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>até</i> – assinala um argumento mais forte no discurso, a fim de concordar com a ação da mulher de se defender da tentativa de estupro.</p> <p><b>Modalizadores:</b> <i>também, totalmente</i> – contribuem para a manutenção da preservação da imagem do internauta.</p>
<p><b>CAF15</b> - Na circunstância da mulher não ter outra alternativa seja ela sendo estuprada por seu marido ou outro MONSTRO, ela deve se defender sim, e se a situação pede que ela tenha que escolher em ficar viva ou sair totalmente agredida do ato ou talvez morta, ela deve reagir sim, não necessariamente com morte, mas há casos em que a escolha terá que ser entre um ou outro. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>circunstância, alternativa, estuprada, agredida, morta</i> – fazem uma representação positiva da mulher, enfatizando, por meio do léxico, a gravidade da situação que ela estava vivenciando, a fim de minimizar a sua culpa diante da reação que desencadeou a morte do marido.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>ou</i> – introduz argumentos de alternância, levando a conclusões opostas.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – contrapõe ao argumento anterior, orientando o ator social para uma conclusão contrária.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>deve reagir</i> – modalidade deôntica, que se situa em uma obrigação dada pelas crenças do internauta.</p> <p><b>Expressão multimodal:</b> <i>MONSTRO</i> – faz uma representação negativa do marido.</p>
<p><b>CAF16</b> - YYY, legítima defesa não pode ser errado jamais. Vcs estão sendo coniventes com o agressor da mesma forma, se o estuprador não fosse o marido vcs não classificariam a legítima defesa de "errada", tenho certeza. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>agressor, estuprador</i> – apresenta carga semântica depreciativa, a fim de realizar uma representação negativa do marido.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>tenho certeza</i> – modalizador epistêmico, no qual o internauta assume o discurso posicionando-se à avaliação com valor de verdade da proposição.</p> <p><b>Expressão multimodal:</b> <i>"errada"</i> – as aspas introduzem a ideia de acusação sem fundamento.</p>

<p><b>CAF17</b> - Alto lá, YYY... qualquer atentado sexual não consentido e com violência, mesmo dentro do casamento, é estupro. Tá na lei. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>casamento, estupro</i> – relaciona os dois léxicos, a fim de demonstrar concordar que existe estupro marital.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e</i> – soma argumentos a favor de uma mesma conclusão: apresentar duas ações negativas sobre o marido.</p>
<p><b>CAF18</b> - Cara apoiando estuprador é demais! Foda se o que está escrito no Aurélio! O cara era um estuprador sim. Casar não te dá direito de estuprar... Se ela matou ele por conta disso, foi é bem feito... <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>estuprador, estuprar</i> – possuem carga semântica depreciativa, a fim de fazer uma representação negativa do marido.</p>
<p><b>CAF19</b> - Não. Estupros não tem justificativa. Só quis dizer que tem o lado certo e o errado. Ela a vítima e ele o algoz. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxico:</b> <i>vítima</i> – introduz uma apresentação positiva da mulher.</p> <p><b>Léxicos:</b> <i>algoz, estuprador</i> – indicam uma carga semântica depreciativa a respeito do marido e, com isso, faz uma representação negativa a respeito dele.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>e</i> – soma dois argumentos, criando uma polarização discursiva.</p> <p><b>Modalizador:</b> <i>só</i> – introduz uma ideia de exclusão no discurso.</p>
<p><b>CAF20</b> - YYY se tentarem te agredir, estuprar ou qualquer coisa é você acabar matando o agressor. Você vai ser um assassino, mas em legítima defesa, só ler o artigo 25 do código penal. <i>[sic]</i></p>	<p><b>Léxicos:</b> <i>agredir, estuprar, agressor, assassino</i> – relaciona tais palavras, a fim de minimizar a culpa da mulher em matar seu marido com a justificativa de que ela estava em uma situação de risco.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>ou</i> – introduz argumentos de alternância.</p> <p><b>Marcador discursivo:</b> <i>mas</i> – contrapõe ao argumento anterior, orientando o ator social para uma conclusão contrária, a fim de realizar uma representação positiva da mulher que matou o marido.</p>

Fonte: Elaborado pela própria autora<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Embora saibamos que exista outras categorias para identificar a polarização discursiva nos comentários, mostramos, nesse quadro, a fim de didatizar a leitura, as categorias de análise que selecionamos para este estudo.

Conforme a tabela 3, constatamos algumas estruturas do discurso que apontam para uma estratégia cognitiva e social relacionada à negação, como, por exemplo, a *justificativa*. Isso ocorre devido ao fato de o ator social justificar a atitude negativa realizada pelo intragrupo como legítima defesa, em decorrência de uma ação negativa realizada pelo exogrupo, conforme é possível observar no CAFM03:

CAFM03 – **Legítima defesa... simples... não é bandida. Ela matou o bandido pra se defender.** Instinto de defesa... **compreensível e tem que ser beneficiada pelo que diz a lei**, nesses casos. Podem resmungar a vontade. **Mas ela continua sendo vítima**, apesar de tudo. **Foi levada a praticar um crime, pra se defender de um estuprador.** Compreensível. Ne todas tem essa chance [sic] (grifos nossos).

Ao iniciar o comentário com o excerto “Legítima defesa... simples... não é bandida” [sic], percebemos que o internauta busca negar a intenção da mulher de matar o seu marido com o ato. Para tanto, transfere a responsabilidade de tal consequência negativa para o homem. Isso advém da atitude do internauta de justificar a ação da mulher em consonância com a Lei 2848/40, cujo Artigo 25 define a ocorrência de legítima defesa quando uma pessoa, em situação de risco, pratica uma ação, considerada um crime, para se defender. Nesse sentido, o ator social visa a desenfatar o juízo negativo dado à atitude da mulher, negando sua intenção em praticar o homicídio.

Nessa mesma perspectiva, no excerto “Ela matou o bandido pra se defender”, a palavra **bandido** nos permite reconhecer a materialização da polarização discursiva, uma vez que esse léxico possui carga semântica negativa. Essa constatação pode ser observada por meio dos modelos mentais do eu-mesmo que, ao utilizar essa palavra, se remete a um cidadão que tenha cometido um crime. Nesse caso, uma tentativa de estupro. Com isso, justifica, mais uma vez, a atitude da mulher, a fim de desenfatar seu ato negativo e preservar a sua imagem socialmente. Vale ressaltar que, apesar de o eu-mesmo não negar a ação negativa que a mulher teria cometido, justifica tal ação em decorrência de uma necessidade relacionada à ação, também negativa, do marido. Assim, percebemos que o discurso do internauta é marcado pela ameaça da imagem (ou face) do homem, o que contribui para justificar a ação negativa da mulher em matar o marido.

Ao ressaltar que a ação da mulher foi uma consequência do instinto de defesa, o internauta busca destacar o apagamento da ação criminosa do homem da tentativa

de estupro e, por isso, infere que a mulher deve ser compreendida e beneficiada pelo Artigo 25 da Lei 2848/40. Ainda no excerto “compreensível e tem que ser beneficiada pelo que diz a lei”, é possível verificar que o ator social utiliza a modalidade deôntica **e tem que**, denotando o sentido de obrigação moral, o qual se liga a uma ordem. De acordo com Neves (1996), esse modalizador é característico das interações espontâneas, ditado pela consciência do ator social, o qual demonstra suas crenças por meio do discurso, neste caso, a defesa de legítima defesa da mulher que matou seu marido. Isto é, pelo fato de a atitude da mulher ser compreensível por se tratar de ato de “legítima defesa”, sua ação deve ser enquadrada no Artigo 25 da Lei 2848/40, uma vez que ela agiu em legítima defesa.

Adiante, a partir de uma análise da semântica mais local do trecho “Mas ela continua sendo vítima, apesar de tudo” [sic], averiguamos o uso de uma ressalva como estrutura discursiva. Ao fazer o uso desse movimento semântico, é possível perceber que esse mecanismo discursivo aponta para a inversão da culpa. Sendo assim, o eu-mesmo busca enfatizar que, embora a mulher tenha praticado ações negativas, a atitude do marido em tentar estuprá-la possui carga negativa ainda maior, o que faz a mulher ser considerada, pelo internauta, como a vítima do evento. Assim sendo, o internauta intenciona desenfatar as ações negativas do endogrupo e enfatizar as ações negativas do exogrupo, o que promove uma polarização discursiva.

Nessa mesma perspectiva analítica, a construção oracional do argumento seguinte, “Foi levada a praticar um crime, pra se defender de um estuprador”, é iniciada por outra justificativa, que acarreta, mais uma vez, a inversão da culpa para o homem. É possível reconhecer que a preocupação do internauta é construir uma imagem positiva da mulher e fazer uma representação negativa do homem, uma vez que o léxico utilizado por ele para se referir ao homem, **estuprador**, possui uma carga semântica depreciativa.

Dessa maneira, percebe-se que o internauta compactua com uma mesma crença social que a página *Não me kahlo*, uma vez que seus modelos de contextos subjetivos são ativados e reconhecidos a partir da justificativa em que ele interpreta a ação da mulher como decorrente da violência que sofria por parte de seu marido

durante o evento. E, embora o eu-mesmo não tenha negado a reação negativa da mulher, justifica-o, caracterizando como um ato de legítima defesa.

De maneira semelhante, outro comentário que também utiliza estruturas discursivas apontando para uma *justificativa* é o CAFM05, como é possível verificar abaixo:

*CAFM05* - Se foi legítima defesa não foi "errado", na legítima defesa a vítima reage justamente porque é a única maneira de se defender, matar é uma consequência possível mas não desejada [sic] (grifos nossos).

No início do comentário, o internauta impõe uma condição para o crime ter sido considerado errado ou não. Para tanto, o ator social inicia seu discurso introduzindo a proposição condicional **se**, mecanismo discursivo que aponta para uma coerência referencial. Ao utilizar essa estrutura discursiva, o eu-mesmo demonstra que a ideia que possui em seus modelos mentais sobre “legítima defesa” está associada às crenças de que esta é uma ação considerada correta, juridicamente. Logo em seguida, o internauta utiliza a expressão multimodal *aspas* na palavra **errado**. Tal recurso corrobora a materialização de uma *negação sutil*, a fim de demonstrar a não aceitação de tal julgamento por parte do internauta. Isto é, as aspas são inseridas no discurso do internauta para sinalizar que se trata de uma acusação sem fundamento do grupo oponente.

Ainda nesse comentário, no excerto “a vítima reage justamente porque é a única maneira de se defender”, o ator social cria um modelo de situação, no qual descreve o evento sob uma perspectiva dos seus modelos mentais, buscando explicar que a reação de uma pessoa em situação de violência se enquadra na legítima defesa. Para isso, utiliza a escolha lexical **vítima**, a fim de demonstrar que a mulher estava sofrendo um tipo de violência e, por isso, precisou se defender.

Na sequência, o excerto “matar é uma consequência possível mas não desejada”, é possível perceber uma manutenção da preservação da imagem da mulher. Isso ocorre devido ao fato de o internauta, ao utilizar o marcador discursivo **mas**, negar o que foi dito anteriormente. Esse excerto pode ser dividido em duas proposições que buscam amenizar a ação da mulher: 1) matar é uma consequência possível; 2) mas não desejada. Na primeira proposição, a palavra **consequência** transmite a ideia de algo que foi feito por causa de uma outra ação. Isto é, a atitude da mulher foi resultado da ação do homem. Além disso, o modalizador **possível** introduz a ideia

de possibilidade, algo que pode ou não acontecer. Portanto, essas estruturas discursivas revelam que o ator social busca destacar, a partir das representações de seus modelos contextuais, a ação da mulher agredida, que, ao se deparar com uma situação de violência de seu companheiro, tenta se defender de alguma forma, o que não significa que sua intenção seja tirar a vida de seu parceiro.

Já no segundo excerto, introduzido pelo marcador contra-argumentativo **mas**, outro argumento é destacado em prol da defesa da mulher, o qual busca disseminar os valores ideológicos do grupo que sofre com violência doméstica. O eu-mesmo objetiva ressaltar, por meio desse movimento semântico e cognitivo, uma representação positiva da mulher, que ao se defender de uma tentativa de estupro, matou o marido. Para tanto, o internauta alega a existência de uma possibilidade de morte, desencadeada pela agressão do homem. Nesse sentido, esses argumentos apresentados pelo ator social implicam na negação da intenção da vítima de cometer um crime.

Em suma, a partir da análise desse comentário, é possível perceber que as estruturas discursivas utilizadas pelo internauta consistem em uma estratégia de defesa da mulher, que, ao contrário do que foi noticiado pelo jornal *A Tribuna*, se defendeu de uma tentativa de estupro. Com isso, é possível perceber que o internauta justifica tal ato negativo transferindo a responsabilidade para o agressor, que iniciou o processo de violência. Sendo assim, verificamos que o discurso proferido pelo internauta busca desvelar o estereótipo enraizado socialmente sobre a visão estereotipada da mulher como desencadeadora de ações negativas em casos de violência contra mulher.

É interessante ressaltar que outros comentários, como os CAFM01, CAFM02, CAFM04, CAFM06, CAFM07, CAFM08, CAFM09, CAFM10, CAFM11, CAFM12, CAFM16, CAFM17, CAFM18, CAFM19 e CAFM20 também apontam para a mesma estratégia discursiva, a fim de polarizar o discurso e representar socialmente a mulher de forma positiva e o homem de forma negativa.

Outra estratégia discursiva também muito utilizada nos comentários é a *negação aparente*. Esse movimento semântico aponta para uma inversão argumentativa, uma vez que, em um primeiro momento, o ator social faz um discurso positivo do outro,

mas, logo em seguida, utiliza contra-argumentos “concentrando-se em características negativas dos Outros, contradizendo assim a primeira parte ‘positiva” (VAN DIJK, 2012a, p. 143). Com isso, essa estratégia discursiva contribui para uma materialização da polarização discursiva, conforme é possível perceber no CAFM14:

CAFM14 – Também **sou totalmente contra a morte** YYY, não importa o caso. **Porém nesta situação até eu tenho de admitir que ela não tinha o que fazer.** Provavelmente estavam em casa,ele mais forte que ela. **Se ela não tivesse feito isso eu não vejo outra maneira dela sair da situação** [sic] (grifos nossos).

Nesse comentário, o internauta inicia seu discurso utilizando o modalizador **também**, a fim de demonstrar pertencimento a um grupo que é contra a morte. Além disso, utiliza outro modalizador, **totalmente**, com o intuito de enfatizar tal afirmação. Essas estruturas discursivas contribuem para uma manutenção da preservação da imagem do eu-mesmo, uma vez que esses mecanismos discursivos realçam a veracidade de seu argumento. No entanto, logo em seguida, no excerto “Porém nesta situação até eu tenho de admitir que ela não tinha o que fazer”, o ator social utiliza um argumento introduzido pelo marcador contra-argumentativo **porém**, o qual nega o que foi dito inicialmente. Dessa forma, esse movimento local, materializado no discurso, nos permite reconhecer a inserção de uma ressalva, que aponta para uma *negação aparente*. Isso ocorre devido ao fato de esse marcador discursivo inserir argumentos em prol da defesa da mulher, a fim de preservar a imagem dela e de enfatizar que ela estava certa. Logo, parece-nos que o internauta busca minimizar as ações negativas da mulher, desfazendo a sua imagem de assassina, criada pelo grupo oponente, a partir da justificativa de que o homem é o culpado pelo ocorrido. Além disso, ao utilizar o marcador discursivo **até**, no excerto “até eu tenho de admitir”, o eu-mesmo busca evidenciar que até ele, que é totalmente contra a morte, dá razão para a atitude da mulher, logo, isso significa que ela não tinha outra saída, a não ser se defender.

Ademais, ao utilizar o mecanismo discursivo condicional **se**, que aponta para uma coerência referencial, o internauta enfatiza que matar o marido era uma condição para a mulher se manter viva, uma vez que ela possuía um histórico como vítima de violência contra mulher. Assim, essa proposição contribui para minimizar a responsabilidade da mulher nesse crime, reforçando a ideia de que as agressões

que ela sofria em seu matrimônio eram tão violentas e perigosas que ela poderia morrer, caso não se defendesse de seu marido naquele momento.

Por fim, embora o ator social tenha iniciado seu discurso demonstrando ser contra qualquer tipo de morte, o que inclui o homicídio, utiliza, logo em seguida, uma ressalva para negar seu argumento inicial. É importante destacar que essa estratégia discursiva está associada à cognição social dos modelos mentais do autor do comentário, que compactua da crença de que o casamento não confere à mulher obrigatoriedade sexual. Logo, por ela estar em uma situação de risco, deve sim se defender. Dessa forma, tal discurso contribui para que ideologias machistas e patriarcais, disseminadas socialmente, possam ser deslegitimadas, em prol da defesa da minoria social, no caso, a mulher.

De modo semelhante, outro comentário que também utiliza estruturas discursivas que apontam para uma *negação aparente* é o CAFM15, conforme é possível verificar abaixo:

CAFM15 - Na **circunstância** da mulher **não ter outra alternativa** seja ela sendo **estuprada por seu marido ou outro MONSTRO**, ela **deve se defender sim**, e **se** a situação pede que ela tenha que escolher em **ficar viva ou sair totalmente agredida do ato ou talvez morta**, ela **deve reagir sim**, **não necessariamente com morte**, **mas há casos em que a escolha terá que ser entre um ou outro** [sic] (grifos nossos).

Nesse comentário, o ator social defende a atitude da mulher e, para justificar sua opinião, utiliza a expressão “não ter outra alternativa”. Isto é, o internauta busca fazer uma representação positiva da vítima, que, segundo ele, estava em uma situação de risco e não tinha outra escolha. Para confirmar seu argumento, o eu-mesmo utiliza a definição “estupro”, em “sendo estuprada por seu marido ou outro MONSTRO”. O internauta confirma, por meio desse argumento, que compactua da crença de que existe estupro em casamento e que nesse caso, a mulher estava sofrendo uma tentativa de estupro marital, o que justifica a atitude de defesa que desencadeou a morte do agressor.

Ao utilizar o marcador discursivo **ou** no excerto “sendo estuprada por seu marido ou outro MONSTRO”, o ator social atribui ao seu comentário um sentido de alternância para o crime de estupro, que pode ocorrer em um relacionamento conjugal ou entre pessoas desconhecidas. Ao fazer tal afirmação, o internauta demonstra compactuar

da crença de que existe estupro marital. Além disso, ao fazer uso do qualificador **MONSTRO**, o eu-mesmo atribui tal característica ao marido que estupra a mulher, devido à utilização do pronome **outro**. E, ao utilizar essa estratégia discursiva para se remeter ao marido, o ator social faz uma representação negativa do homem.

Mais adiante, o internauta utiliza, novamente, o marcador discursivo **ou**, a fim de relacionar três proposições: 1) ficar viva; 2) ou sair totalmente agredida do ato; 3) ou talvez morta. Ao utilizar esse mecanismo discursivo, percebemos que a intenção do ator social é enfatizar a gravidade da situação que a mulher estava vivenciando naquele momento, a fim de minimizar a sua culpa diante de julgamentos sociais. À vista disso, o eu-mesmo busca desenfatar os aspectos negativos da ação da mulher e enfatizar os aspectos negativos da ação do homem, polarizando, assim, o seu discurso.

Ainda nesse comentário, o excerto “deve reagir sim, não necessariamente com morte, mas há casos em que a escolha terá que ser entre um ou outro”, o eu-mesmo evidencia mais uma vez que a atitude da mulher foi uma tentativa de defesa. Além disso, busca construir uma imagem positiva de si, demonstrando reconhecer que não há necessidade de matar o outro, mesmo que a vítima esteja em perigo. No entanto, ao inserir o marcador contra-argumentativo **mas**, o eu-mesmo apaga o argumento anterior, “não necessariamente com morte”, e evidencia o contra-argumento: “mas há casos em que a escolha terá que ser entre um ou outro”. A inserção desse contra-argumento revela uma estratégia de *negação aparente*. Outro fator importante a ser destacado nesse excerto é a polarização discursiva promovida pela expressão “entre um ou outro”. Essa expressão fomenta a ideia de divisão de grupos, neste caso, homem – mulher. A palavra **escolha**, utilizada pelo autor do comentário, remete a ficar vivo. Dessa forma, a escolha da mulher em se manter viva propõe a reação de defesa, a qual pode ou não ocasionar a morte do outro.

A partir da análise desse comentário, percebemos que o internauta busca reverter a culpa do evento por meio da disseminação de suas crenças. Arelado a isso, tenta representar o homem de maneira negativa, a fim de reforçar a ideia de que se tratava de um estupro marital e, com isso, desenfatar a negatividade perpetuada pela defesa da mulher. Ao fazer isso, o eu-mesmo constrói uma interface entre a cognição pessoal e a social, buscando demonstrar que a violência sofrida pela

mulher desencadeou a determinação do comportamento dela, assumido para se defender de uma tentativa de estupro. Logo, o discurso do autor do comentário busca enfatizar, por meio de uma estratégia de defesa, que, embora a mulher tenha tomado uma medida rigorosa, sua reação foi em decorrência de uma provocação violenta por parte do seu marido. Portanto, isso justifica sua ação como legítima defesa. Assim, a negação da culpa da mulher é uma estratégia no gerenciamento da imagem do grupo que sofre tal violência, uma vez que é vista como uma estratégia de autodefesa.

É interessante ressaltar que um outro comentário, como o CAF13 também aponta para a mesma estratégia discursiva, a fim de polarizar o discurso e representar socialmente a mulher de forma positiva e o homem de forma negativa.

No próximo tópico faremos as considerações finais desta dissertação, a partir dos resultados obtidos por meio das análises.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os comentários do *post* da página *Não me Kahlo*, percebemos que o *corpus* de nosso estudo ultrapassa a violência que ocorre entre quatro paredes, uma vez que notamos, por meio de alguns comentários, que a violência contra a mulher também pode ser disseminada por meio do discurso veiculado em mídias sociais. Isso possibilita que essa prática violenta se naturalize mais facilmente, pois esse discurso é transmitido de maneira *online* e permite o acesso de muitos usuários da internet. Nesse sentido, a mulher não é vítima somente da violência física e sexual, mas também da violência verbal, psicológica, moral e patrimonial, ou seja, ela também é vítima de uma sociedade cujos valores são patriarcais.

Nessa perspectiva, pudemos identificar, a partir da construção discursiva da manchete “Mulher nega sexo e mata marido”, veiculada pelo jornal *A Tribuna*, no dia 1º de maio de 2016, que essa mídia hegemônica propaga discursivamente uma ideologia machista, sexista e patriarcal. Tal atitude contribui com a manutenção de uma representação estereotipada da mulher vítima de violência doméstica. Prova disso são os comentários publicados no *post* da página *Não me Kahlo*, mídia social que reconstruiu a manchete veiculada pelo jornal *A Tribuna* e em seguida a compartilhou em sua página.

A partir da análise dos comentários dos internautas sobre o *post* da página *Não me Kahlo*, percebemos que, embora o compartilhamento tenha sido feito em uma mídia social de cunho feminista, as estruturas discursivas utilizadas pelos atores sociais na construção dos comentários demonstram uma polarização, visto que os internautas se dividem em um grupo com ideologias machistas, sexistas e patriarcais, e outro com ideologias feministas. Desse modo, percebemos que não são apenas os internautas que compactuam com a mesma ideologia da página que se posicionam quanto às postagens, mas também os atores sociais que possuem crenças contrárias às da página *Não me Kahlo*.

Em relação à análise dos comentários do grupo contra a mulher, identificamos que os internautas utilizam um discurso estereotipado quanto à compreensão do lugar da mulher na sociedade, a fim de silenciar a voz desse grupo minoritário e a violência sofrida por ele. Dessa forma, essa prática social demonstra a falta de credibilidade

no depoimento da mulher, ora a partir de questionamentos sobre a real ocorrência do estupro, ora por meio de pronunciamentos que naturalizam a opressão feminina, já que o sexo é visto socialmente, pelo senso comum, como uma necessidade biológica para o homem, principalmente em casos de relacionamentos conjugais.

É interessante salientar que, na forma como foi noticiado que a mulher, ao se defender, desencadeou a morte de alguém que poderia, naquele momento, matá-la, houve o apagamento da violência sofrida por ela e o destaque de sua reação. Essa situação, promovida por uma mídia social, pode colaborar ainda mais com o silenciamento de muitas vítimas de violência de gênero, que, por medo ou receio da repercussão que isso poderia gerar, não reagem em defesa própria e também não denunciam os atos violentos de seus companheiros, principalmente quando se trata de violência sexual.

Nessa acepção, a culpabilização da mulher pelo evento se deve ao fato de tal discurso ser construído rotineiramente em mídias hegemônicas e, com isso, esse tipo de situação já estar representado nos modelos mentais dos atores sociais. Sendo assim, o jornal *A Tribuna*, ao veicular uma notícia de violência contra a mulher com uma manchete ideologicamente distorcida e estereotipada, enfatiza uma representação social desse grupo minoritário de forma negativa nos modelos contextuais de seus leitores, o que contribui para que eles reproduzam essas mesmas crenças ao se depararem com outros casos semelhantes.

Diante disso, verificamos, nas análises dos comentários contra a mulher, que algumas estruturas discursivas – modalizadores, léxico e marcadores discursivos – contribuem para reforçar as crenças patriarcais, sexistas e machistas propagadas pelo jornal *A Tribuna* na notícia “Mulher nega sexo e mata marido”, uma vez que, na construção discursiva dos comentários, ocorre a reversão da culpa do evento para a mulher, devido ao fato de os internautas não considerarem a ação do homem como um estupro marital.

Além dos comentários contra a mulher, analisamos comentários do *post* que versam para uma ideologia a favor da mulher e, simultaneamente, contrária às crenças disseminadas na construção discursiva da notícia “Mulher nega sexo e mata marido”, veiculada pelo jornal *A Tribuna*.

Em relação à análise dos comentários do grupo a favor da mulher, identificamos que os internautas buscam dar credibilidade à voz da mulher, vítima de violência doméstica e, com isso, tentam desfazer a imagem negativa dela, construída pelo grupo oponente. Dessa maneira, observamos que a intenção desses atores sociais não foi de negar o assassinato cometido por ela, mas de justificar tal homicídio, considerando-o como uma ação de legítima defesa, em decorrência da violência que a esposa estava sofrendo naquele momento.

Para tanto, os autores dos comentários utilizam estruturas discursivas – léxicos, marcadores discursivos e modalizadores – como estratégia de defesa da mulher, opondo-se às crenças machistas, sexistas e patriarcais compartilhadas na manchete do jornal *A Tribuna*, o que desencadeia uma polarização discursiva. Isto é, o discurso utilizado por esses internautas pode ser considerado uma estratégia de gerenciamento da imagem do grupo social mulher, tentando desconstruir crenças e valores históricos e culturais de cunho sexista e patriarcal segundo as quais o casamento garantiria ao homem a posse sobre a mulher e a obrigatoriedade sexual por parte dela.

Nessa perspectiva, por compactuar com o mesmo conjunto de crenças e valores da página *Não me Kahlo*, os internautas que apoiam a atitude da mulher, ao compartilharem os comentários no *post* da página feminista, ativam seus modelos de contexto subjetivos sobre uma situação de violência contra a mulher e, com isso, buscam desvelar essa imagem estereotipada do sexo feminino como motivador de ações violentas de seus parceiros. Ou seja, buscam deslegitimar as ideologias machista, sexista e patriarcal disseminadas pelo jornal em prol da defesa dessa minoria social.

Ao verificar essa divisão de grupos que ocasiona uma polarização discursiva nos comentários dos internautas no *post* da página *Não me Kahlo* sobre um caso de violência contra a mulher, notamos que ainda é necessário discutirmos sobre as relações de poder existentes entre grupos hegemônicos e de minoria social, uma vez que é um desafio muito grande a desmitificação do poder do homem sobre a mulher, devido às ideologias machistas e patriarcais construídas historicamente em nossa sociedade.

Por fim, é interessante destacarmos a importância da construção discursiva de informações nos meios de comunicação, para que não haja distorções em um evento noticiado, afinal, tais informações podem influenciar a opinião pública, principalmente ao se tratar de uma mídia hegemônica como o jornal *A Tribuna* – jornal de maior circulação no estado do Espírito Santo. Tal comportamento pode acarretar manutenção e, conseqüentemente, aumento de um problema social, como a violência contra a mulher, pois a reprodução constante de uma ideologia machista, sexista e patriarcal em uma mídia pode contribuir com a manipulação dos modelos mentais, bem como dos modelos de contexto dos leitores, uma vez que a linguagem é a maior ferramenta de manipulação.

Pensando nisso, elaboramos uma tabela, a fim de realizar algumas recomendações relevantes para evitar a circulação de discursos de cunho machista, sexista e patriarcal nas redes sociais.

Tabela 4: Recomendações para evitar um discurso machista, sexista e patriarcal nas mídias sociais.

<b>Recomendações para evitar um discurso machista, patriarcal e sexista</b>		
<b>Estrutura discursiva</b>	<b>Exemplo</b>	<b>Recomendação</b>
<b>Léxico</b>	Putinhas, feministas, insuportáveis, chatas, bêbados, criminosa etc.	Evitar escolhas lexicais que depreciem a imagem do outro, uma vez que as palavras que o falante escolhe revelam seus valores e opiniões.
<b>Marcador discursivo</b>	Mas, porém	Evitar marcadores discursivos que introduzem ressalvas no discurso enfatizando aspectos positivos sobre Nós e negativos sobre Eles.
	Ou	Evitar marcador discursivo que insere proposições de alternância que podem depreciar o exogrupo.
	E	Evitar marcador discursivo que some ações e/ou argumentos que podem depreciar o exogrupo.

<b>Modalizador</b>	Mesmo	Evitar esse modalizador em final de oração, para não construir ideia de dúvida no discurso.
	O tal	Evitar modalizador que denote ideia de suposição, que possa colocar em dúvida a ação do exogrupo.
	Só	Evitar modalizador que pressupõe ideia de estar relacionando, contraditoriamente, duas proposições.
	Poderia ter feito, e tem que, nem deveria ter sido	Evitar modalizadores que denotam ideia de obrigação moral, dada pelas crenças do ator social.
<b>Expressão multimodal</b>	Aspas	Evitar essa expressão multimodal para não causar ideia de dúvida ou distanciamento.

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Com essas recomendações objetivamos, sobretudo, colaborar para minimizar o uso de discursos estereotipados, sexistas e machistas que desvalorizam o gênero feminino e contribuem com a consolidação de crenças que atuam negativamente sobre as mulheres e constroem nos modelos mentais do leitor uma imagem social negativa da mulher, vítima de violência doméstica.

## 8 REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean Claude. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994, p. 7-20.

ALMEIDA, Jane Soares de. Os paradigmas da submissão: mulheres, educação e ideologia religiosa – uma perspectiva histórica. In: SILVA, Gilvan Ventura da. *et al.* **História, mulher e poder**. Vitória. Edufes; PPGHist, 2006. p. 59 – 76.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, Vera Maria. (Org). **Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender**. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 10. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: LP&A, 2000, p. 05 - 59.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

BAUER, W. Martin. GASKELL, George. ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, W. Martin. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, 12ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 16 – 40.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4.ed. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1970. p. 309.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Brasília**: DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher. **Brasília**: DF, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Brasília**: DF, 1 ago. 1996. Disponível em: 157. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Brasília**: DF, 15 mar. 2015. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2018.

BRAZÃO, Analba Teixeira; GROSSI, Miriam Pillar. Organizadoras. **Histórias para contar**: retrato da violência física e sexual. Natal: Casa Renascer; 2000, p. 5 - 50.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p.15 - 202.

CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. **A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual**: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 7. dez 2014, p. 69 – 85.

CARVALO, Nelly; KRAMER, Rita. A linguagem no Facebook. In: SALIÉS, Tânia Gastão; SHEPHERD, Tânia Granja. (Org). **Linguística da internet**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 77 - 92.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Vozes feministas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985-2005). In: SILVA, Gilvan Ventura da. *et al.* **História, mulher e poder**. Vitória. Edufes; PPGHist, 2006. p. 253 – 276.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2010, p 120 - 150.

CUNHA, Gustavo Ximenes; MARINHO, Janice Helena Chaves. A expressão conectiva na verdade: contribuições para uma abordagem polifônica dos conectores reformulativos. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, jan. 2017. ISSN 1982-2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/7867>>. Acesso em: 01 jun 2018.

DEMONER, Tamiris; TOMAZI, Micheline Mattedi. A violência contra mulher no cenário jornalístico: análise discursiva de notícias. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 2018, Florianópolis. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]: 13th. Womens Worlds Congress. Florianópolis: UFSC, 2017. v. 1. p. 1-12.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 39 – 115.

FERRAZ, Carolina Valença. **A responsabilidade civil por dano moral e patrimonial na separação judicial**. São Paulo: PUC, 2001. p.194-195.

FREITAS, Lúcia. PINHEIRO, Veralúcia. **Violência de gênero, linguagem e direito: análise de discurso crítica em processos na Lei Maria da Penha**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 1 – 15.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o jornal, tv, rádio e internet fazem captar e manter a atenção do público**. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

HOLLANDA, Taís de. Mulher nega sexo e mata marido. **A Tribuna**. Vitória, 01 maio de 2016. Polícia, p. 24.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 3, p.96.

LARA, Bruna de; RANGEL, Bruna; MOURA, Gabriela; BARIONI, Paola; MALAQUIAS, Thaysa. **Não me Kalho**. 01 de maio de 2016. Disponível em: <<<https://www.facebook.com/NaoKahlo/photos/a.382671338573205.1073741828.313545132152493/602847366555600/?type=3&theater>> Acesso em: 12 out. 2016.

LESSA, Fábio de Souza; SOUZA, Maria Angélica R. de Souza. Tornar-se *mélissa* em Atenas: educação e socialização femininas. In: SILVA, Gilvan Ventura da. *et al. História, mulher e poder*. Vitória. Edufes; PPGHist, 2006. p. 27 – 39.

LIMA, Raquel Freitas de. O par post/comentário em rede social: um estudo a partir da noção de gêneros textuais. 2015. 183 f. **Dissertação** (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997. p. 174.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológico-crítico. 1. ed. – Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MORRISON, Wagner. **Filosofia do direito**: dos gregos ao pós-modernismo. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.571.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 5 – 51.

NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Ventura da. *et al. História, mulher e poder*. Vitória. Edufes; PPGHist, 2006. p. 235 – 252.

NATALE, Raquelli. A representação social da violência de gênero contra mulher no Espírito Santo. 2015. 146f. **Dissertação** (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: KOCH, Ingedore (org.). **Gramática do Português Falado**, Vol. VI, Campinas – FAPES/ Editora da Unicamp, 1996, p. 171 – 208.

OSTERMANN, Ana Cristina. FONTANA, Beatriz. Linguagem. Gênero. Sexualidade: uma introdução. In: OSTERMANN, Ana Cristina. FONTANA, Beatriz (Org). **Linguagem, gênero e sexualidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 9 – 12.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Facebook: um estado atrator na internet. In: LEFFA, Vilson; ARAÚJO, Júlio (Org.). **Redes Sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?**. 1. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 65 - 80.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v.18, n,36, 2010. p. 15 – 23.

RECUERO, Raquel. Discurso mediado por computador nas redes sociais. In: LEFFA, Vilson; ARAÚJO, Júlio (Org.). **Redes Sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?**. 1. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 17 - 48.

SALIÉS, Tânia Gastão; SHEPHERD, Tânia Granja. Por uma linguística da internet. In: SALIÉS, Tânia Gastão; SHEPHERD, Tânia Granja. (Org). **Linguística da internet**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 07 - 12.

SANTOS, Maricelly Costa. SOARES, Fabiana da Paz. SANTOS, Lourivânia Fernandes dos. MONTE, Priscilla Falcão Farias. **Violência contra a mulher no Brasil: algumas reflexões sobre a implementação da Lei Maria da Penha**. Ciências Humanas e Sociais. Alagoas, v. 3, n.3, 2016, p. 37-50. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/3625>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: a useful category of historical analysis. In: **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, dez. 1986, p. 1053-1075. Disponível em: <[http://facultypages.morris.umn.edu/~deanej/UMM%20Home%20Page/2001/Reading%20s/Gender/Scott\\_Useful%20Category.pdf](http://facultypages.morris.umn.edu/~deanej/UMM%20Home%20Page/2001/Reading%20s/Gender/Scott_Useful%20Category.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2017.

SOUZA, Giselle Lopes. Um estudo crítico do sexismo: modelos mentais em notícias sobre violência contra mulher. 2015. 139f. **Dissertação** (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo.

TOMAZI, Micheline. Mattedi. **Articulação discursiva em depoimentos sobre violência doméstica** 2014a. Estágio Pós-doutoral em Linguística – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014a.

TOMAZI, Micheline Mattedi. Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO Junior Rivaldo. (Orgs.). **Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos**. Vitória: PPGEL/UFES, 2014b, p.187-205.

TOMAZI, Micheline Mattedi; MARINHO, Janice Helena Chaves. Discurso jurídico e relações de poder: gestão de faces e territórios. **Revista (Con)textos Linguísticos**. Vol. 8, n 10.1. 2014c, p. 245-278.

TOMAZI, Micheline Mattedi; NATALE, Raquelli. [Des]caminhos da violência de gênero no Brasil: discurso, mídia e representação social. In: **Passado, presente e futuro dos Estudos de Discurso na América Latina** [recurso eletrônico]. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p. 138-157.

TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; ORTEGA, Jéssica Cabral. Violência Machista em manchetes jornalísticas. In: TOMAZI, Micheline Mattedi. *et al.* **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota Editora, 2016, p. 43 – 63.

VAN DIJK, Teun A. La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato em favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth. MEYER, Michael. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2001.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. (Org. e apresentação de Ingedore Villaça Koch). 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 9 - 203.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction**. Barcelona, Ariel, 2003.

VAN DIJK, Teun A. **Ideología: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 2ª Ed. 2006, p. 15 – 52.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012a, p. 9 - 263.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto; 2012b, p. 15 – 309.

VAN DIJK, Teun A. Política, ideologia e discurso. In: MELO, Iran Ferreira de. (Org.) **Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2012c, p. 15-49.

VAN DIJK, Teun A. Ideologia. Tradução de Pedro Theobald. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 50, n. esp., Dez. 2015, p. 54 – 61.

VAN DIJK. Teun A. Análise Crítica do Discurso. In: TOMAZI, Micheline Mattedi. *et al.* **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota Editora, 2016a, p. 19 - 35.

VAN DIJK. Teun A. **Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso**. Letrônica. Porto Alegre, v. 9, n. esp. 2016b, p. 8 – 29.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. Vol 4, número especial, 2004, p. 1 – 21.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. Brasil, 2015, Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

## APÉNDICE

Polícia

FALE COM A EDITORA GIOVANNA SANTOS E-MAIL: policia@redetrbsuna.com.br

AGREDIDA DENTRO DE CASA

# Mulher nega sexo e mata marido

Sidilene Durães foi presa após esfaquear o serralheiro Gilberto Carlos da Silva. Crime ocorreu em Pedro Fontes, Cariacica



FOTOS: FERNANDO ABERKANT

**POLICIAL MILITAR** conduz Sidilene de Oliveira Durães na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, onde ela foi ouvida sobre o morto do marido. Ela admitiu ter esfaqueado o companheiro, após ser agredida por se negar a fazer sexo. Crime aconteceu no bairro Pedro Fontes

Tais de Holanda

Ao ser agredida por se negar a fazer sexo com o marido, uma faxineira de 29 anos acabou matando o serralheiro, de 33 anos, com um golpe de faca. Sidilene de Oliveira Durães alegou que estava cansada das agressões e confessou o crime.

O caso foi às 5h20 de ontem, no bairro Pedro Fontes, em Cariacica. A facada atingiu o lado esquerdo do peito da vítima.

Segundo familiares, Sidilene e o marido, o serralheiro Gilberto Carlos da Silva, de 33 anos, estavam em casa bebendo. Após um tempo, o marido propôs que eles fizessem sexo, mas a jovem se recusou.

“Ele queria fazer sexo com ela na frente da filha caçula deles, de 2 anos. Ela não quis. Então ele começou a dar tapas nela e tirar a roupa dela. Até que ela pegou uma faca e o golpeou”, contou a mãe de Sidilene, a dona de casa Ana Maria Durães, de 52 anos.

A dona de casa ficou sabendo do crime, após o outro filho ir até sua casa e contar. Eles moram a cerca de 12 quilômetros do local.

O soldado Luciano Cancellieri da 4ª Companhia (Nova Rosa da Penha) do 7º Batalhão (Cariacica) da PM informou que, quando a polícia chegou ao local, a jovem estava dentro de casa ainda suja de sangue e confessou o crime.

“Ela ligou para o Ciodes avisando que o marido estava agressivo e que queria transar com ela à força. Tentou sufocá-la e ela o atacou com uma faca. Depois que ele saiu de casa correndo, ela ainda contou que trancou a porta com o cadeado, pois estava com medo dele. A filha de 2 anos viu tudo e chorou”.

Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), depois do ataque, Gilberto saiu de casa correndo nu e caiu no chão na rua Bela Vista. Ele morreu no local.

Sidilene foi levada ao Pronto-Atendimento de Alto Laje com ferimentos no cotovelo e no joelho esquerdo e teve de levar pontos no cotovelo. Na DHPP, a faxineira só disse: “Simplesmente, ele me agredia e eu só fui me defender”.

**VIOLÊNCIA**

Segundo a mãe de Sidilene, a filha foi morar com o marido aos 14 anos e sempre foi agredida. “Ele sentia ciúmes dela. Mas ela disse que não conseguia se separar dele, pois tinha medo de morrer. Ainda bem que minha neta de 9 anos estava dormindo na casa da tia durante essa briga”, relatou.

## União marcada por brigas, afirma pai



JOSÉ DURÃES: “Filhas trancadas”

Um histórico de brigas, principalmente motivadas por causa de excesso de bebida, marcaram a vida da faxineira Sidilene de Oliveira Durães, de 29 anos, e do serralheiro Gilberto Carlos da Silva, de 33 anos, segundo familiares.

O pai de Sidilene, o pedreiro José Durães da Silva, de 62 anos, afirmou que a família já presenciou casos em que Gilberto deixava as filhas de 2 e 9 anos em casa sozinhas trancadas.

“Minha filha ia trabalhar e ele quem tomava conta das crianças.

E chegava à tarde ele saía para ir no bar e trancava elas dentro de casa”, contou.

Na madrugada de ontem, depois de recusar fazer sexo com o marido, a faxineira Sidilene pegou uma faca e golpeou o marido no peito.

Um parente de Sidilene, que não quis se identificar, contou que já teve de arrombar a porta da casa da faxineira em uma dessas situações.

“Eu arrombei a porta e as meninas estavam lá sozinhas. Já entrei em luta corporal enquanto ele a

agredia”, contou.

Por duas vezes Sidilene já levou o caso para a polícia no Plantão Especializado da Mulher (PEM), todas as duas por agressão.

“Mas da segunda vez ela retirou a queixa contra ele. A mãe dela conversava muito sobre isso e até com a minha neta de 9 anos. Mas ela tinha muito medo de se separar”, contou o pai.

Na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Sidilene foi autuada por homicídio e encaaminhada ao presídio.

**ANA MARIA DURÃES MÃE DA ACUSADA**

## “Ele ameaçou envenenar ela e as filhas”

Segundo a dona de casa Ana Maria Durães, de 52 anos, mãe da faxineira Sidilene de Oliveira Durães, de 29 anos – que confessou ter dado uma facada no marido, que acabou morrendo – por várias vezes a jovem já precisou fugir do marido para não morrer.

**A TRIBUNA – Como a senhora soube da facada?**

**ANA MARIA DURÃES** – Estava dormindo e meu filho me chamou no portão, depois foi até a minha cama e disse: ‘Mãe. O que a gente não queria que acontecesse, aconteceu’. Eu comecei a bambear e

quando soube pensei: ‘Eu preciso correr pela minha filha’.

**> O que aconteceu?**

O que soube é que ele queria fazer sexo bem na frente da minha neta de 2 anos e minha filha não queria. Não esperava essa reação dela. Mas ela sofreu por muitos anos.

**> A relação deles sempre foi conturbada?**

Desde o início do relacionamento, ela já começou a ser agredida. E nós já incentivávamos ela a se separar dele. Ele também costuma beber muito e, quando bebia, ele ficava mais agressivo.

**> E qual o motivo?**

Era muita ciúmeira dele e a minha neta de 9 anos acabou convivendo com tudo isso. Em uma das vezes, a minha filha me ligou de madrugada e falou: ‘Mãe. Estou no meio do mato. Ven me ajudar’. Ela tinha de se esconder. Até trazer

mulher para dentro de casa ele trouxe. E minha filha aturou tudo isso. Ele falava para ela que: ‘Se não fosse com ele, não seria mais com ninguém’.

**> Ele fez outras ameaças?**

Uma vez ela estava decidida a se separar e ele disse a mim que, se ela saísse de casa, ele daria veneno para as crianças e também a mataria envenenada. Ele ameaçou envenenar ela e as filhas. Eu não contei isso para ela. Já ameaçou colocar fogo na casa para matar a todos nós.

**> E o que espera agora?**

Eu não queria que as coisas tivessem tomado esse fim. Queria que eles tivessem ido cada um para o seu lado. Mas tenho certeza que era ela ou ele. As vezes ela me dizia: ‘Mãe, eu não aguento mais. Não posso me separar senão morro’. Eu espero que Deus a abençoe para ela sair da prisão eu poder cuidar dela e das minhas netas.



**MARIA DURÃES, mãe da faxineira que matou o marido, disse que a filha começou a ser agredida no início do relacionamento. “Tenho certeza que era ela ou ele”, afirmou**

## APÊNDICE 2

### COMENTÁRIOS CONTRA A MULHER

**CCA01** - A história é contada por aqueles que venceram. Não que eu seja contra a defesa dela, mas será mesmo que existiu o tal "estupro", ou ela premeditou o assassinato do marido? *[sic]*

**CCA02** - Não odeio feminismo, só acho patético varias feministas que se dizem lutar por igualdade mas que na verdade lutam apenas pela "igualdade" que lhes convém(que acaba sendo uma luta por privilégio), minimizam e banalizam qualquer sexismo/opressão que o homem sofre, que acaba sendo mto hipocrisia da parte delas pq elas ficam puta quando os homens fazem o mesmo com os problemas delas, é simplesmente patético. *[sic]*

**CCA03** - YYY, eu não passei o que ela passou, no lugar dela eu poderia ter feito o mesmo é totalmente compreensível, mas assim, outra coisa que eu não tinha pensado é que só temos o lado dela da história o dele não, até pq né... *[sic]*

**CCA04** - YYY, não estou indignado, e nem defendendo os homens, mas eu só fiz uma observação sobre a alegação da mulher, q abre precedentes para mais assassinatos sob o mesmo argumento, cada caso é um caso, nem todos podem ser visto da mesma forma, ou seja, sem provas, sem a certeza de q a mulher é a vítima, todos os comentários aqui não passam de opiniões, inclusive o meu. *[sic]*

**CCA05** - Concordo que o cara estava todo errado, mas isso de que a mídia sempre manipula a favor dos homens é balela. Se desenterrarmos qualquer tópico de violência mulher > homem, o que encontraremos é a mulher saindo cheia de razão e outras achando graça do que aconteceu com o homem. A médica (ironicamente, uma urologista) que ficou famosa por ter armado uma cilada para arrancar o pênis do marido está vivendo sua vida normalmente. Bolou todo um plano devido uma mera traição, e o que ouvi de 9 a cada 10 mulheres? "Achei que foi pouco!" Então essa coisa tendenciosa não se limita ao homem. Geralmente, cada um sempre puxa apenas pro lado que convém, independente de certo ou errado. As pessoas são assim, intelectualmente atrasadas, e principalmente hipócritas. *[sic]*

**CCA06** - Pra acabar com essas putinhas feministas que só querem falar merda na internet, essa ação justifica matar o cara? sério mesmo, um casal, que no caso você não tem a menor noção do que passa dentro da casa deles, qual o problema deles

você sabe? nada justifica a ação... ambos estavam sobre o efeito de álcool. Com toda essa informação você tem a certeza de que ela estava certa? para de bostejar na internet, sua opinião é nula suas puta, não existe estupro em um relacionamento por apenas 1 motivo, estupro é contra a vontade total, todos temos nossos desejos e vontades. *[sic]*

**CCA07** - Puta que Pariu veio na boa, entendo o lado dela nessa briga... Agora estimular na mídia a idéia de que ela se defendeu de uma tentativa de estupro também é foda... Simplesmente pra continuar defendendo esse debate... Espero que ela arrume um bom advogado que a defenda e mostre precedentes de que realmente foi uma tentativa de estupro. *[sic]*

**CCA08** - Acho estranho isso de que a mulher negou sexo e o cara bateu nela, não falo que não aconteça porém é muito estranho, muito estranho mesmo. *[sic]*

**CCA09** - Bom, eu discordo que vivemos em uma cultura do estupro e fico muito chateado em saber que atualmente casos de estupro ainda ocorre, mesmo com tanta reprovção da população.  
\*Entendo que nesse caso a mulher em questão não queria transar, então não está errado colocar no título "negar sexo" tendo em vista esse ato a mulher deveria denunciar o abuso e se separar do cara, não que eu esteja o defendendo, afinal para esse tipo de atitude não tem defesa, mas precisava praticar o homicídio? *[sic]*

**CCA10** - Não, YYY, não é isso! Estupro é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal. Sexo faz parte das obrigações matrimoniais. Quando a mulher não tem ou perdeu o apetite sexual e o marido ainda necessita de sexo, penso eu, este deveria arranjar outra mulher que lhe desse carinho e sexo; contrariando a monogamia.... sexo, YYY, é uma necessidade biológica, como o é a fome e a sede... *[sic]*

**CCA11** - Matar é errado em qualquer situação, não tem argumento. *[sic]*

**CCA12** - Vcs tao chatas por isso nao existe mais casamento. Vcs estao a cada dia mais insuportaveis nao gosta de afazerem normais. *[sic]*

**CCA13** - Se ela era casada, não ouve tentativa de estupro mesmo! *[sic]*

**CCA14** - Então, prova aí q foi legítima defesa! só a palavra dela não a torna. vítima, e eu apenas abri o leque de q nesse caso qualquer mulher pode matar o seu marido sob a alegação de estupro. *[sic]*

**CCA15** - Desde quando um marido precisa estuprar esposa? *[sic]*

**CCA16** - Claro que isso não tem base nenhuma e é uma histeria e inversão total da realidade. A mídia é feminista até o talo e quando sai 0,1% do script, leva marretada. Aliás, não há nenhuma prova, exceto o relato da homicida. *[sic]*

**CCA17** - A definição de marido e casamento que passei está no dicionário se não concordam vão lá protestar contra o Aurélio. Marido deve a esposa e a esposa ao marido em função da comunhão. Todos esses termos são previstos e aceitos no ato do casamento de forma ampla, lógico. Ou seja, não existe estupro em casamento. *[sic]*

**CCA18** - YYY, segundo própria mulher ela passou a noite enchendo a cara com um homem que batia nela à 15 anos. O crime foi às cinco da madrugada, não vi na reportagem que ele tenha tentado fazer sexo na frente da filha, vi que eles se agrediram na frente dela, o título da reportagem é meramente sensacionalista.

1-Temos um casal de bêbados brigando às cinco da madrugada na frente de uma criança.

2-Se não prenderem essa mulher e derem a guarda da criança pra avó, adivinha o que vai acontecer?

Resposta: A viúva alcoólatra vai arrumar outro vagabundo pior pra ajudar a criar a filha dela com MENOS respeito ainda.

Se é para usar a palavra estupro fora de seu contexto, eu prefiro dizer que neste casamento caótico, quem estava sendo "estuprada" era a criança, a única inocente que estou vendo aí. *[sic]*

**CCA19** - Ué, na sua opinião sempre que alguma mulher for coagida a fazer sexo com o companheiro ela deverá matá-lo? É isso mesmo? E o divórcio/pensão/delegacia servem pra quê? Embora a atitude do marido seja injustificável e criminosa, a reação dessa moça foi desproporcional. Ninguém se mantém em um casamento obrigada hj em dia. *[sic]*

**CCA20** - porra mas o cara n era marido dela? gente, ela n mato um estuprador na rua, ela mato O MARIDO DELA, pq não quis fazer amor com quem supostamente é o homem da vida dela. *[sic]*

## **COMENTÁRIOS A FAVOR DA MULHER**

**CAFM01** - YYY, não sou eu que determino quando é estupro ou não, é a lei. Sexo sem consentimento é caracterizado como estupro, independente se você conhece ou não a pessoa, se é namorado(a), casado(a) e etc. (Artigo 213 do código penal). *[sic]*

**CAFM02** - Aqui a questão não é se o homicídio foi "certo" ou errado. Ela sofreu uma tentativa de estupro, com o agravante de agressões físicas. Essa foi a única maneira que pôde se defender naquele momento. A vítima nunca tem culpa. Paren que tá feio. *[sic]*

**CAFM03** - Legítima defesa... simples... não é bandida. Ela matou o bandido pra se defender. Instinto de defesa... compreensível e tem que ser beneficiada pelo que diz a lei, nesses casos. Podem resmungar a vontade. Mas ela continua sendo vítima, apesar de tudo. Foi levada a praticar um crime, pra se defender de um estuprador. Compreensível. Ne todas tem essa chance. *[sic]*

**CAFM04** - O que me basta é apenas rir mesmo. Não se trata se feminismo, se trata de humanidade. O marido tentou estupra-la e depois a agrediu. Eu realmente não entendo a crueldade de certas pessoas, que não entendem esse tipo de situação, e ainda vem expressar esse tipo de barbaridade e discurso de ódio. Para quem está apoiando o agressor, sinto-lhe informar, mas você é desprezível, nojento, incrédulo e impiedoso. Se você não compreende nem isso, você não pode viver em sociedade, nem em nenhum lugar. *[sic]*

**CAFM05** - Se foi legítima defesa não foi "errado", na legítima defesa a vítima reage justamente porque é a única maneira de se defender, matar é uma consequência possível mas não desejada. *[sic]*

**CAFM06** - Ninguém possui ninguém, não existe dono do outro, não somos propriedades. Se não há acordo entre os dois, é estupro sim!! Seja no casamento, namoro, amizade colorida e afins. *[sic]*

**CAF07** - É muito fácil julgar a mulher sem conhecer historia do casal. E tb se ela chegou a esse ponto, certamente teve um motivo muito forte. E homens (YYY) não é porque uma mulher é casada com um homem que ela é obrigada a fazer sexo com ele, tem de haver consenso, consentimento, se não é estupro. *[sic]*

**CAF08** - Isso é ridículo essa palhaçada de tentar minimizar a culpa do homem sempre...se é Não é não e pronto acabou! *[sic]*

**CAF09** - Não ser consensual é estupro de qualquer maneira. O fato dele ser marido não torna menos estupro. Ridículo. *[sic]*

**CAF10** - Ela nem deveria ter sido presa. No artigo que fala sobre legítima defesa diz que não é criminoso quem mata para se defender. *[sic]*

**CAF11**

Definição de estupro: "crime que consiste no constrangimento a relações sexuais por meio de violência; violação." Não tem nada falando ali que se for o marido não é estupro ou que se não for denunciado deixa de ser também. *[sic]*

**CAF12** - Não é porque existe um relacionamento contratual dado pelo casamento que ele irá garantir sexo entre os envolvidos. A mulher quando não respeitada pode sim ser violentada sexualmente dentro de uma relação seja qual for. Sexo deve ser feito com consentimento. Errada a moça em matar, mas errado o jornal em não classificar a tentativa de estupro e o ato como legítima defesa da mulher. *[sic]*

**CAF13** - YYY Exatamente. As pessoas acham que, só porque a mulher está casada com o homem, que ela tem obrigação de ter relações sexuais com ele a qualquer momento. Se ela está casada, então, ela deve sexo ao marido. Mas isso não é verdade: se uma mulher casada NÃO está disposta a fazer sexo POR ALGUM MOTIVO, ela tem o direito de negar sexo. E se o marido insistir, então ele estará tentando estuprar a mulher, porque forçar sexo é estupro. Ninguém tem o direito de obrigar outra pessoa a ter uma relação sexual, nem mesmo se estiver casado. Existe estupro em casamentos sim, quando a mulher não queria sexo de jeito nenhum e o marido forçou. *[sic]*

**CAF14** - Também sou totalmente contra a morte YYY, não importa o caso. Porém nesta situação até eu tenho de admitir que ela não tinha o que fazer. Provavelmente

estavam em casa,ele mais forte que ela. Se ela não tivesse feito isso eu não vejo outra maneira dela sair da situação. *[sic]*

**CAFM15** - Na circunstância da mulher não ter outra alternativa seja ela sendo estuprada por seu marido ou outro MONSTRO, ela deve se defender sim, e se a situação pede que ela tenha que escolher em ficar viva ou sair totalmente agredida do ato ou talvez morta, ela deve reagir sim, não necessariamente com morte, mas há casos em que a escolha terá que ser entre um ou outro. *[sic]*

**CAFM16** - YYY, legítima defesa não pode ser errado jamais. Vcs estão sendo coniventes com o agressor da mesma forma, se o estuprador não fosse o marido vcs não classificariam a legítima defesa de "errada", tenho certeza. *[sic]*

**CAFM17** - Alto lá, YYY... qualquer atentado sexual não consentido e com violência, mesmo dentro do casamento, é estupro. Tá na lei. *[sic]*

**CAFM18** - Cara apoiando estuprador é demais! Foda se o que está escrito no Aurélio! O cara era um estuprador sim. Casar não te dá direito de estuprar... Se ela matou ele por conta disso, foi é bem feito... *[sic]*

**CAFM19** - Não. Estupros não tem justificativa. Só quis dizer que tem o lado certo e o errado. Ela a vítima e ele o algoz. *[sic]*

**CAFM20** - YYY se tentarem te agredir, estuprar ou qualquer coisa é você acabar matando o agressor. Você vai ser um assassino, mas em legítima defesa, só ler o artigo 25 do código penal. *[sic]*